



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 431

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA

ATA N.º 18 DE 22/04/2024

No dia 22 de abril de 2024 reuniu, pelas 20:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Castelo de Paiva em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM), com a seguinte ordem de trabalhos:

Período Antes da Ordem do dia

1. Informações gerais e expediente.

1.1. Apreciação e deliberação - Voto de Pesar pelo falecimento do Professor José da Silva Campos (Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e Presidente da Assembleia Municipal de Felgueiras).

2. Votação da ata da reunião ordinária de 26 de fevereiro de 2024.

3. Assuntos gerais de interesse municipal.

4. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.

Período de Intervenção do Público

5. Intervenção do Público.

Período da Ordem do dia

6. Apreciação e deliberação - Prestação de Contas 2023 – Relatório de Gestão.

7. Apreciação e deliberação - Integração do Saldo da Gerência do ano de 2023.

8. Apreciação e deliberação - Terceira Proposta de Correção Material do PDM – Plano Diretor Municipal de Castelo de Paiva.

9. Apreciação e deliberação - Reabilitação de 30 habitações nos conjuntos habitacionais de Curvite, Póvoa, Raiva e Oliveira do Arda – Repartição de Encargos Plurianuais.

10. Recomendação e relatório da visita ao Canil/Gatil Intermunicipal Cinfães e Castelo de Paiva.

10.1. Apreciação e discussão do relatório.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

10.2. Apreciação e deliberação de recomendação.

11. Comissão Permanente de Acompanhamento do Testamento do Conde de Castelo de Paiva.

11.1. Discussão e apreciação - Teor da última reunião da Comissão Permanente de Acompanhamento, realizada aos 14 de março de 2024.

11.2. Informação e discussão - Ponto da situação quanto às diligências concretas levadas a cabo pelo Executivo Municipal e contidas no Relatório Final aprovado por unanimidade por esta Assembleia Municipal.

11.3. Informação e discussão - Ponto atual da situação sobre o Memorando de Entendimento e perspetivas futuras, no entender do Exmo. Sr. Presidente da Câmara e da Câmara Municipal.

12. Discussão e apreciação do Boletim Municipal de dezembro de 2023.

13. Informação para apreciação e conhecimento da AM:

13.1. Plano de Desenvolvimento Social - 2024-2030.

Intervenção do Público

14. Intervenção do Público.

Mesa:

Presidente: Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira

Primeiro-Secretário: Pedro Maldonado Martins de Carvalho

Segunda-Secretária: Ana Margarida Pinto da Rocha

Deputados Eleitos presentes na sessão:

• Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira (GMPD);

• José António da Costa Moreira da Rocha, em substituição de Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus (GMPD);

• Pedro Maldonado Martins de Carvalho (GMPD);

• Manuel António da Rocha Pereira (GMPD);

• Jorge Humberto Castro Rocha Quintas (GMPD);

• Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira (GMPD);

• Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro (GMPD);

• Paulo Ramalheira Teixeira (UCPT);

• Carlos Filipe Gonçalves Trindade (GMPD);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 432

- 63 • Manuel António Fernandes Mendes (GMPS);
64 • António Luis da Costa Esteves (GMPD);
65 • Rodrigo António Joaquina Pereira, em substituição de Silvia Raquel
66 Amaral da Cruz (GMMPM);
67 • Ana Margarida Pinto da Rocha (GMPD);
68 • Giselda Martins de Sousa Neves (GMPS);
69 • Paulo Carlos Alves Vieira (UCPT);
70 • Cristiana Sofia Martins Vieira, em substituição de Manuel José Soares
71 Marçal (GMPD) e de João Manuel Ferreira da Silva (GMPD);
72 • João Luiz da Silva Vieira (GMMPM);
73 • Ângelo Soares Fernandes (GMPS);
74 • José Carlos Vieira Tavares, em substituição de Inês Duarte da Silva
75 Martins (GMPD);
76 • José Vieira Gonçalves (GMPS).
77 **Presidentes de Junta de Freguesia presentes na sessão:**
78 • António da Costa e Cunha (GMPD);
79 • Pedro Miguel de Jesus Mendes (GMPS), em representação da UF da
80 Raiva, Pedorido e Paraíso;
81 • Ricardo Jorge Mendes Cardoso (GMPS);
82 • Francisco Manuel Fernandes Silva (GMPD);
83 • Carlos Manuel da Silva Moreira (GMPD);
84 • Carlos Alberto Moreira da Rocha (GMMPM).
85 **Elementos da Câmara Municipal (CM) presentes na sessão:**
86 Presidente da Câmara: José Duarte de Sousa e Rocha
87 Vereadores: José António dos Santos Vilela, Liliana Catarina Martins
88 Vieira, José Manuel Moreira de Carvalho, Vítor Manuel Quintas Pinho e
89 Ricardo Jorge Martins Alves.
90 Faltou: António da Silva Pinto (GMPS), sem motivo justificado.
91 Verificada a existência de quórum Sr. Presidente da AM declarou aberta a
92 sessão pelas 20:10 horas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de substituição para a presente sessão:

- Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, eleito pelo PS, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituído pelo deputado José António da Costa Moreira da Rocha, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.ª da referida Lei.

- Sílvia Raquel Amaral da Cruz, eleita pelo MPM, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituída pelo deputado Rodrigo António Joaquina Pereira, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.ª da referida Lei.

- Inês Duarte da Silva Martins, eleita pelo PSD, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituída pelo deputado José Carlos Vieira Tavares, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.ª da referida Lei.

- Manuel José Soares Marçal, eleito pelo PSD, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituído pelo deputado João Manuel Ferreira da Silva, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.ª da referida Lei.

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de suspensão de mandato:

- João Manuel Ferreira da Silva, eleito pelo PSD, nos termos do previsto no artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, pelo período de 1 dia, nos termos do previsto nos termos do previsto no n.º 2 e 3

- alínea g), do artigo 4.º do Regimento da AM, e do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, que depois de apreciado foi aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 433

123 De seguida operou-se a respetiva substituição pela deputada Cristiana Sofia
124 Martins Vieira, nos termos do previsto no n.º 4, do artigo 76.º da referida
125 Lei.

126 -----
127 **O deputado Manuel Mendes (GMPS)** usou da palavra para dizer que
128 solicitou um ponto de ordem à Mesa para dar seguimento àquilo que
129 informalmente já falou com os líderes das bancadas e com o Sr. Presidente
130 da AM, no sentido de que tendo em conta que a AM se inicia numa
131 segunda-feira e amanhã é um dia normal de trabalho para a maioria dos
132 eleitos, propunha que considerassem a suspensão dos trabalhos à meia-
133 noite e, se tal for necessário, reagendar e reorganizar a ordem de trabalhos.

134 **O Sr. Presidente da AM** usou da palavra para confirmar que já teve
135 aquela informação.

136 Informou que consultou a Vereadora Liliana Vieira e o Sr. Presidente da
137 Câmara, que lhe disseram que os pontos de interesse que tinham de ter
138 eficácia imediata são o 6, 7, 8 e 9, que já estão por essa ordem na ordem do
139 dia, pelo que não há necessidade da sua reordenação.

140 Referiu que tendo em conta que o deputado Manuel Mendes (GMPS) terá
141 falado com todos e obtido a concordância de todos, ia colocar à votação a
142 recomendação do GMPS no sentido de que a AM, chegando à meia-noite,
143 termina o ponto em discussão e se reagende uma nova AM. Colocada a
144 recomendação à votação, foi aprovada por maioria.

145 **Período Antes da Ordem do dia**

146 ***1. Informações gerais e expediente.***

147 **O Sr. Presidente da AM** usou da palavra para dar uma nota relativamente
148 à documentação que chegou aos Senhores Deputados referente às suas
149 representações. Disse que falta fazer referência à sua participação na “Feira
150 do Vinho de Real”, tendo pedido ao secretário da presente sessão que
151 depois adicione essa nota.

152 A AM tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

1.1. Apreciação e deliberação - Voto de Pesar pelo falecimento do Professor José da Silva Campos (Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e Presidente da Assembleia Municipal de Felgueiras).

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para apresentar a sua proposta de apreciação e deliberação de um voto de pesar e reconhecimento pelo falecimento do Professor José da Silva Campos, que leu, e que a seguir de reproduz:

“- No passado dia 30 de março faleceu o Exmo. Sr. Professor José da Silva Campos, à data Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e Presidente da Assembleia Municipal de Felgueiras.

Com fortes ligações familiares a Castelo de Paiva, o Professor José da Silva Campos iniciou a sua participação na vida autárquica como Vereador independente pelo Partido Socialista em regime de não permanência na Câmara Municipal de Felgueiras, e prosseguiu nessas funções de 1986 a 1993 como Vereador em regime de permanência, tendo no executivo seguinte de 1994 a 1997, sido candidato integrando, como independente, a lista do PSD, terminando um ciclo de 15 anos enquanto Autarca.

Em 2005 foi candidato independente à Câmara Municipal de Felgueiras e, em 2017, foi eleito Presidente da Assembleia Municipal de Felgueiras, e em 2021 foi eleito Presidente da Assembleia Intermunicipal do Tâmega e Sousa funções que desempenhou até à data do seu falecimento.

Teve também um percurso notável de mais de 40 anos ligado a diversas instituições e organizações, entre as quais se destaca a de comandante dos Bombeiros Voluntários da Lixa.

Pelo seu percurso e dedicação à causa pública, proponho que a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva delibere:

- Aprovar o presente “VOTO DE PESAR E RECONHECIMENTO”;

- Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 444

- *Dar conhecimento à Assembleia Municipal de Felgueiras e Assembleia Intermunicipal do Tâmega e Sousa*

- *Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem.* ”

O deputado Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para dizer que o GMMPM, e ele próprio, não podia estar mais de acordo com este voto de pesar, que aprovam, porque tinha uma relação de amizade com o Professor José da Silva Campos, era o Presidente (deles) da Assembleia Intermunicipal do Tâmega e Sousa, mas acha que falta completar mais o texto, pelo que tomou a liberdade fazer um pequeno texto que, se os Senhores Deputados aceitassem, seria incluído no voto de pesar, que leu, e que a seguir se reproduz:

“- Todos aqueles que com ele trabalharam e privaram destacam a sua vertente social e humana, que merece um profundo respeito e admiração.

O Professor José Carlos é reconhecido como um homem de causas, um homem de bem e um amigo”.

O Sr. Presidente da AM referiu que da sua parte, enquanto autor da proposta, aceitava a introdução do texto proposto pelo GMMPM no voto de pesar e reconhecimento, pelo que ia colocar o mesmo à votação.

Deliberação: Apreciado e aprovado por unanimidade.

2. Votação da ata da reunião ordinária de 26 de fevereiro de 2024.

O deputado Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para dizer que é a segunda vez que acontece, e pedia desculpa, porque a ata foi-lhes enviada com tempo para lerem e para fazerem correções. Disse que são pequenas correções: na linha 203, onde está “passados dois”, falta a palavra “dias”; na sua intervenção, na linha 401, referindo-se à indemnização, referiu o valor de 170.000,00€ e na ata está 70.000,00; na linha 640 falta um “a” antes da palavra “partir”; na linha 720 consta a frase “composta por apresentantes”, devendo constar “composta por representantes”; na linha 1167 consta a palavra “morre”, devendo constar a palavra “more”.

Deliberação: Apreciada e aprovada por unanimidade pelos deputados presentes na referida sessão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

215 **3. Assuntos gerais de interesse municipal.**

216 **O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para dar os
217 parabéns ao Município pelo programa da comemoração dos 50 anos do 25
218 de abril de 1974. Disse que é o melhor programa de sempre desde 1974.

219 Deu os parabéns ao Sr. Presidente da AM pela eleição como deputado da
220 Nação. Referiu que é o quinto Paivense a estar na Assembleia da República
221 após o 25 de abril depois de Adriano Pinto, de Santa Maria de Sardoura,
222 António Silva Carvalho, de Bairros, Antero Gaspar, de Sobrado e Pedro
223 Soares, da Raiva, sendo que é a terceira vez que o concelho tem, no início
224 da legislatura, um deputado a viver em Castelo de Paiva. Disse que espera
225 que agora o concelho possa beneficiar mais do que no passado, pois tal
226 como foi recordado no passado sábado, para além do pavilhão municipal de
227 desportos de Castelo de Paiva, que teve em Adriano Pinto um grande
228 amigo, s.m.o., de mais nada se beneficiou até hoje por termos um
229 representante na Assembleia da República. Salientou que a proximidade do
230 atual Primeiro-Ministro aos dois maiores representantes do Município leva-
231 o a dizer que não se perca tempo: ou é desta vez ou o futuro das novas
232 gerações ficará hipotecado, pois a falta de acessibilidades ao concelho é o
233 seu grande cancro.

234 Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Presidente da AM, disse
235 que agora que têm um Primeiro-Ministro que conhecem bem, e que o
236 próprio teve a honra de trazer a Castelo de Paiva, pela primeira vez, no
237 início deste século, quando ele iniciava a sua candidatura à Câmara
238 Municipal de Espinho e, posteriormente, a caminhada para ser deputado da
239 Nação, que solicitem, caso ainda o não tenham feito, audiências ao
240 Secretário de Estado do Ambiente, Emídio Sousa, profundo conhecedor da
241 necessidade da conclusão da Variante à EN 222, ele que foi 11 anos
242 Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e é atualmente
243 Presidente da Distrital de Aveiro do PSD, e que tutela a “APA – Agência
244 Portuguesa do Ambiente”, ou até ao próprio Ministro das Obras Públicas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 465

245 Miguel Pinto Luz, Vice-Presidente do PSD, para colocarem rapidamente no
246 terreno a Variante à EN 222.

247 Saudou a iniciativa realizada no passado sábado do “Movimento Cidadãos
248 do Mundo”, que conseguiu pela primeira vez na história democrática de
249 Castelo de Paiva, juntar na mesma mesa os Presidentes das Câmaras
250 Municipais eleitos após o 25 de abril, faltando somente por motivos
251 familiares o Dr. Fernandino Rocha, e por já não estar entre nós o Professor
252 Joaquim Quintas. Disse que foi uma iniciativa que debateu o passado, o
253 presente e o futuro de Castelo de Paiva sem tabus, sem filtros, e que
254 decorreu com muita urbanidade, tendo valido a pena.

255 Deu nota que na última sessão da AM, relativamente ao edifício
256 “Marmoiral”, referiu que a 25 de agosto de 2023 um dos vãos foi
257 encerrado, faltando encerrar o segundo vão, e que já em 2024 os serviços
258 municipais colocaram um contador da água junto à loja (diga-se vão, que
259 foi encerrado), tendo questionado a que é que se deve essa situação.

260 Referiu que o Sr. Presidente da Câmara pediu para lhe enviar um e-mail, o
261 que fez, tendo perguntado se já tem resposta para ele.

262 Apelou ao Sr. Presidente da Câmara no sentido da colocação de iluminação
263 pública no troço da Variante entre a rotunda do Côto e a entrada para o
264 “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas”, porque é uma zona
265 muito escura e com a abertura nos próximos meses de uma nova fábrica
266 com entrada neste troço, é fundamental que o mesmo tenha uma
267 iluminação que evite acidentes de maior.

268 **O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha**
269 **(GMMPM)**, usou da palavra para felicitar o Sr. Presidente da AM pela sua
270 eleição para deputado da Assembleia da República.

271 Agradeceu à Câmara Municipal o contributo que deu para a realização da
272 “14.ª Mostra de Vinhos de Real”, tendo endereçado um cumprimento muito
273 especial aos funcionários camarários que fizeram um trabalho notável
274 juntamente com os funcionários da Junta de Freguesia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

275 Informou que depois de uma grande luta que tiveram com a “ANACOM –
276 Autoridade Nacional de Comunicações” e com a “DSTelecom”, a partir do
277 próximo dia 26 terão a rede de fibra ótica disponível no Gilde para quem
278 quiser usufruir dessa regalia.

279 Manifestou o seu agrado com o programa que foi elaborado pela Câmara
280 Municipal para as comemorações de 25 de abril. Disse que os primeiros
281 dois eventos a que teve o privilégio de assistir já deram uma mostra muito
282 boa daquilo que poderá vir a ser o resto do programa, sobretudo com a
283 realização da sessão solene.

284 Defendeu que é fundamental fazerem uma reflexão muito grande, têm na
285 AM uma representação do PS e uma representação do PSD, com mais
286 corresponsabilidade do PS, ou seja, têm de fazer um acordo de regime
287 como fez a Irlanda durante 20 anos. Disse que não podem andar só num
288 subir e baixar de impostos da parte de quem estiver a governar;
289 que estão a acontecer algumas coisas que poderão pôr em perigo a
290 democracia, pelo que se calhar valerá mais a pena que haja uma relação de
291 respeito e de grande amor a Portugal traduzida na circunstância de os dois
292 principais partidos da área do poder (exclui o “Chega” porque é fruto de
293 uma desorganização muito grande entre aqueles dois partidos, mas que
294 tenderá a desaparecer no preciso momento em que os mesmos fizeram um
295 acordo de regime) criarem um ambiente capaz de tirar o país da “cepa
296 torta”, porque senão, qualquer dia, até a Albânia passa por Portugal.

297 Salientou que têm de pedir ao PS, porque tem muito mais responsabilidade,
298 tem muitos anos de governação após o 25 de abril, e também ao PSD, para
299 que façam uma “task force” muito grande, que se juntem, e que tracem um
300 plano para 20 anos.

301 Defendeu que a justiça não pode ser só uma justiça para defender os pobres
302 e deixar ricos à solta, tem de ser uma justiça que seja “salomónica”, que
303 seja igual para todos e que não seja tão cara como é, caso contrário os casos
304 que se conhecem arrastam-se e nunca mais se chega a uma conclusão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 446

André
44

305 Realçou que o país está a ter problemas gravíssimos de natalidade, com os
306 jovens, com os nossos idosos, pelo que é preciso que o Governo pense nos
307 idosos e que ajude a construir lares em todo o lado e que não asfixie as
308 nossas IPSS.

309 O deputado Ângelo Fernandes (GMPS) usou da palavra para dizer que
310 faz parte do programa eleitoral do Sr. Presidente da Câmara um projeto
311 ambicioso que é a “Feira do Mineiro”, tendo questionado quando é que
312 esse projeto poderá ser implementado.

313 Manifestou a sua indignação pelo facto de no dia 30 de março e no dia 5 de
314 abril o “INEM” ter andado à deriva. Referiu que não sabe se tem a ver com
315 a toponímia ou se não há registo “GPS” nos programas daquela entidade,
316 mas o facto é que se uma munícipe tivesse sido socorrida a tempo ainda
317 podia estar viva.

318 Deu nota que falta iluminação na rua ribeirinha do Jardim do Arda, sendo
319 um local que à noite é muito escuro.

320 Deu também nota que a Câmara Municipal colocou um sinal para
321 deficientes no Choupal e esse sinal desapareceu.

322 Informou que houve um munícipe que fez um muro em Gaído praticamente
323 junto ao alcatrão, tendo questionado se é possível construir um muro em
324 blocos numa estrada com 3 metros.

325 Referiu que passaram 6 anos desde o incêndio de 2017, tendo questionado
326 que prevenção é que se tem feito; se há algum acordo com os bombeiros; se
327 há um levantamento topográfico sobre a construção de caminhos.

328 Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se tem conhecimento de que a
329 empresa de calçado “CINDICALFE - Indústria de Calçado, Lda.” vai para
330 Vilamaior, fechando a linha de produção na zona industrial da Póvoa.

331 O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, Carlos Moreira
332 (GMPSD), usou da palavra para agradecer à Câmara Municipal os
333 investimentos que tem feito na freguesia de Fornos.

334 Deu nota que a empreitada do caminho da Figueira está em fase de
335 conclusão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

Referindo-se às vias municipais, questionou como é que está o processo da rua que liga o lugar do Casal à freguesia de Bairros, porque com o inverno que se fez sentir este ano esta rua ficou transitável.

Solicitou um ponto de situação dos projetos previstos para a freguesia de Fornos, nomeadamente a Rua das Fontainhas, caminho de Gião e calçada de Moimenta.

O deputado Rodrigo Pereira (GMMPM) usou da palavra para dar os parabéns ao Sr. Presidente da AM pela sua eleição para deputado da Assembleia da República. Disse que fica a aguardar que o Sr. Presidente da AM, como é seu timbre, e tem a certeza que sim, venha a interessar-se pelos interesses do concelho.

Dirigindo-se ao Sr. Presidente da AM, questionou se a gravação das sessões da AM fica disponível por determinado tempo ou indefinidamente.

Referiu que na última AM colocou uma questão relativamente às pessoas que estão a pagar coimas levantadas pela “GNR – Guarda Nacional Republicana” por deitarem abaixo madeiras que ficam próximas do rio, em leito de cheia, porque essas pessoas convencem-se que aquela lenha era dos proprietários. Disse que na altura ficaram de lhe dar uma resposta, pelo que agradecia que o Sr. Presidente da Câmara, ou o Sr. Presidente da Câmara, lhe dê uma resposta relativa a este assunto.

Deu nota que o Sr. Luis Moreira, enquanto representante da associação “Movimento Cidadãos do Mundo”, realizou uma iniciativa com os antigos Presidentes de Câmara. Disse que não compareceram apenas dois, o Dr. Fernandino da Silva Rocha, por motivos pessoais e, por infelicidade, o Professor Joaquim Quintas, que infelizmente já faleceu. Referiu que foi uma iniciativa brilhante, boa para todo o concelho e, sobretudo, para lembrar aqueles que ao longo dos anos serviram o nosso concelho, tendo dado os parabéns ao Sr. Luis Moreira como representante da associação.

Referindo-se à questão do saneamento em Bairros, disse que é uma coisa terrível.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 447

André
VH

366 Referiu que relativamente ao acesso a Várzea pelo estradão da Ladroeira,
367 era conveniente que a Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente da
368 Câmara e dos restantes Vereadores, tomasse essa situação em boa nota,
369 porque referem em vários relatórios que o concelho está muito dependente
370 de uma boa gestão ao nível do turismo, e aquela é uma zona turística
371 importante.

372 Salientou que o parque desportivo da Soalheira continua num estado
373 lastimável, com veículos abandonados naquele local há mais de 20 anos,
374 pelo que convém que a Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente da
375 Câmara e dos restantes Vereadores, tome esta situação como referência
376 para que deem ao local um fim diferente.

377 **A deputada Fátima Strecht (GMPS)** usou da palavra para, referindo-se à
378 Rua Direita, dizer que de há uns tempos para cá têm vindo a surgir
379 problemas cada vez maiores. Disse que as pedras que se situam no meio da
380 rua estão cada vez mais partidas, nomeadamente as que servem para o
381 escoamento das águas, constituindo um perigo quer para os peões, quer
382 para as pessoas que ali circulam de automóvel, que dizem que se derem
383 cabo do carro virão pedir contas à Câmara Municipal. Referiu que qualquer
384 dia vai dar-se ali uma tragédia (ainda há pouco tempo uma Senhora
385 tropeçou numa pedra solta e caiu).

386 Lembrava que este executivo já tomou posse há dois anos e meio e falou
387 deste assunto quase logo no início do mandato, tendo-lhe sido dito que
388 estariam a estudar uma forma de proteger os peões, porque não há ali uma
389 divisão que indique por onde é que os peões circulam, e por onde é que
390 circulam os automóveis; que colocaram um sinal de perigo, mas isso não
391 resolve nem de longe, nem de perto a situação, pelo que queria saber o que
392 é que a Câmara Municipal já fez e o que é que está a pensar fazer para
393 resolver o problema antes que aconteça ali uma tragédia.

394 Deu nota do estado de abandono, desleixo completo, a que está votado o
395 cemitério municipal de sobrado. Referiu que têm todos que ter a
396 consciência de que estão a decorrer obras num espaço contigo para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

ampliação do cemitério, mas isso não justifica, nem pode justificar, o que está a acontecer: o cemitério está sujo; existe uma grade situada no piso superior entre as escadas e a capela que coloca as pessoas em perigo; as torneiras não abrem, e quando se abre um bocadinho molha as pessoas.

Referiu que o trabalhador que lá está de certeza que não desempenha a função a tempo inteiro, o tempo que ali despende é praticamente nulo. Referindo-se ao Transporte Solidário, disse que não sabe se a Câmara Municipal tem acompanhado a execução da medida, se está tudo a correr “sobre rodas”, porque os ecos que lhe chegam é que não é assim. Referiu que já vieram ter consigo beneficiados do Transporte Solidário a queixarem-se do tratamento um bocado diferenciado em relação àqueles que não são transportados no âmbito da medida, tendo salientado que pessoas que a ele recorrem é porque precisam, achando que merecem igual tratamento comparativamente aos outros doentes.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho de Sardoura, Francisco Silva (GMPD), usou da palavra para felicitar o Sr. Luis Moreira da associação “Movimento Cidadãos do Mundo” pelo debate que organizou no passado sábado sobre o tema “50 anos de liberdade e democracia, o poder local Paivense - Passado, presente e futuro”. Referiu que estiveram presentes os Senhores ex-Presidentes da Câmara, António Esteves, Dr. Antero Gaspar, Dr. Paulo Teixeira, Dr. Gonçalo Rocha e o Engenheiro José Rocha, num debate superiormente moderado pelo jornalista Paivense Emanuel Damas. Disse que foi interessante ouvir as várias experiências, conhecer assuntos que certamente a maioria dos presentes desconhecem, e foi importante falar sobre o presente e sobre o futuro de Castelo de Paiva.

Salientou que gostou muito de ouvir o Dr. Gonçalo Rocha dizer que têm de combater o populismo, tendo usado precisamente a expressão “combater o populismo”; que têm de ser coerentes e responsáveis, têm de se deixar de guerras e guerrinhas e trabalhar todos em conjunto por Castelo de Paiva,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 448

tendo sido estas as palavras que gostou de ouvir do ex-Presidente da Câmara, Dr. Gonçalo Rocha.

Realçou que devem existir mais debates como este, dado que foi um excelente debate, com educação, e onde se debateram os problemas do concelho, tendo percebido que estavam todos a defender Castelo de Paiva.

O deputado João Viera (GMMPM) usou da palavra para dizer que na última AM questionou a Câmara Municipal sobre o estado de abandono da rotunda junto à “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico e Cultural de Castelo de Paiva”, tendo perguntado ao Sr. Presidente da Câmara se já tem alguma informação a esse respeito, se vai lá fazer alguma intervenção, porque tratando-se da entrada principal da Vila, acha que merece mais dignidade.

Questionou a razão pela qual foi colocada uma estrutura metálica de publicidade na Rua D. José de Arrochela, junto à “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico e Cultural de Castelo de Paiva”. Referiu que aquilo lhe parece descabido, uma vez que ocupa o espaço destinado à circulação de peões e velocípedes, pelo que gostaria de saber se a Câmara Municipal deu autorização para essa intervenção que considera uma verdadeira aberração.

Informou que as tampas de saneamento na urbanização de Curvite, por estarem mal colocadas, fazem bastante barulho quando os carros lhes passam por cima, são um incómodo para os moradores, já que, sobretudo à noite, perturbam o descanso dos moradores.

A deputada Giselda Neves (GMPS) usou da palavra para dizer que queria saudar em nome do GMPS a eleição do Dr. Almiro Moreira como deputado da Assembleia da República, tendo desejado que tenha um trabalho profícuo em prol do concelho.

Deu nota que o executivo já tomou posse há dois anos e meio e, portanto, é normal, a bem de todos, que se façam algumas críticas, porque as críticas construtivas também fazem avançar o país e o concelho, já bastou, no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

457 passado, ter-se seguido durante quase 50 anos uma linha política única que
458 atrasou imenso o país, pelo que é altura de fazer alguns balanços.
459 Deu nota que se aproxima a época de verão e fazia parte do programa
460 eleitoral o trabalhar a possibilidade das famílias se juntarem, de fazerem
461 um piquenique na Quinta do Pinheiro. Disse que, excetuando o Choupal, na
462 parte mais de cima do concelho não há um bom sítio para essa junção
463 familiar que muitos parques da cidade oferecem. Referiu que fazia parte do
464 programa eleitoral a manutenção regular da Quinta do Pinheiro e a correção
465 de alguns erros da sua requalificação, tendo perguntado se isso está a ser
466 feito.
467 Referindo-se ao programa “CLDS-5G” aprovado para o concelho, referiu
468 que os últimos executivos têm feito uma forte aposta na ação social, e
469 muito bem, porque os problemas sociais são um dos problemas mais
470 prementes do concelho. Questionou qual é o valor do projeto e quem é a
471 entidade coordenadora.
472 Lembrava que em 2019, mais precisamente a 15 de janeiro, o então
473 Vereador do PSD, José Rocha, atual Presidente da Câmara, questionou e
474 votou contra o facto da entidade coordenadora ser uma entidade externa ao
475 concelho, e citou: “... *que não se percebe como é que com tantas e tão*
476 *prestigiadas instituições em Castelo de Paiva, o executivo socialista teve a*
477 *necessidade de escolher uma instituição de Arouca ... com esta decisão o*
478 *executivo socialista mostra que não confia nas instituições Paivenses*”.
479 Questionou o que é que mudou, ou não mudou, para que a entidade
480 coordenadora continue a ser a mesma.
481 Elogiou o programa das comemorações do 25 de abril. Referiu que teve
482 oportunidade de assistir à primeira iniciativa, a exposição dos trabalhos dos
483 alunos do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, uma cerimónia
484 extremamente bonita, com trabalhos interessantes, que mostrou o caminho
485 a seguir pelos nossos jovens, sendo que é a nossa geração quem tem de os
486 motivar. Disse saber que a iniciativa foi um repto lançado pelo Sr.
487 Presidente da AM, tendo um pequeno reparo a fazer: é o 50.º aniversário de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 449

Assinatura
[Assinatura]

488 abril, e o direito à participação e à igualdade de oportunidades é muito
489 importante, pelo que foi pena o Sr. Presidente da AM não ter lançado o
490 repto ao Agrupamento do Couto Mineiro do Pejão, porque era importante
491 juntar todos os jovens do concelho numa iniciativa desta natureza. Referiu
492 que foi apenas uma pequena falha que de certeza será reparada nos anos
493 seguintes.

494 **O deputado Filipe Trindade (GMPD)** usou da palavra para em nome do
495 GMPD felicitar o Sr. Presidente da AM pela sua eleição como deputado
496 da nação. Referiu que estão confiantes que certamente fará um bom
497 trabalho e que zelarão pelos interesses de todos os Paivenses, sendo certo
498 que há algumas obras que urge serem levadas a cabo, nomeadamente a
499 conclusão da Variante à EN222 e a construção do IC35, que são redes
500 viárias prioritárias para alavancar o nosso concelho.

501 Referiu que ainda bem que o PS fez “mea culpa” relativamente à Rua
502 Direita que se encontra num estado deplorável. Defendeu que devem ter a
503 coragem de juntamente com o executivo propor, ou decidir, acabar com o
504 trânsito quer na Rua Direita, quer no largo do Conde, sabendo que isso
505 pode ser penoso para os Paivenses, mas tem de haver essa coragem, sob
506 pena de estarem anos a fio a ter de levar a cabo obras nestes locais, tendo
507 desafiado o executivo para que de uma vez por todas se decida.

508 Deu os parabéns à Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura pela
509 intervenção que fez no largo da capela de Santo Antão, uma obra que veio
510 embelezar aquele espaço, mas também dar os parabéns ao executivo pelo
511 investimento de mais de 20.000,00€ ao nível de meios humanos e
512 maquinaria, realçando que este executivo trata todas as freguesias por igual
513 (ainda se lembram dos queixumes do anterior Presidente da Junta de
514 Freguesia de Real relativamente ao anterior executivo, e era do mesmo
515 partido).

516 Referindo-se à estrada de Santo Adrião, informou que teve conhecimento
517 que um cidadão que trabalha em Castelo de Paiva danificou a sua viatura
518 ao circular naquela via. Disse que estava naturalmente frustrado porque a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

519 estrada está a ficar intransitável, é um perigo para os automobilistas, pelo
520 que acha que urge ver o que é que se passa e intervir, nomeadamente onde
521 se vira para Sequeirô até à convergência da estrada com Arouca.

522 Manifestou a sua preocupação com a sinalização rodoviária. Referiu que
523 muitos dos nossos sinais, quer verticais, quer horizontais, carecem de ser
524 substituídos, fazer uma nova reavaliação, porque muitos deles estão pouco
525 visíveis, outros estão deteriorados, outros foram arrancados e deitados ao
526 chão, pelo que acha que é premente fazer essa avaliação.

527 **O deputado Jorge Quintas (GMMPM)** usou da palavra para dizer que ia
528 ver se não gastava o tempo todo e se não era chamado à atenção para os
529 míseros quatro minutos que lhes são concedidos, podia ter sido dado mais
530 tempo tal como foi feito na anterior AM.

531 Deu nota que o GMMPM se associa aos votos de que todo o trabalho na
532 Assembleia da República seja profícuo para o concelho, que bem precisa,
533 esperando que o Sr. Presidente da AM seja uma voz ativa.

534 Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, referiu que o Vereador Vitor
535 Quintas trouxe à cerca de dois anos a reunião de Câmara um problema que
536 se prendia com o cais do Castelo, nomeadamente com o barco de nome
537 “Andorinha”, que no tempo morto do turismo fica ali atracado lado.
538 Informou que a empresa entrou em contato com o GMMPM (não sabe se
539 entrou em contato com mais algum movimento ou partido) para pedir uma
540 coisa muito simples no sentido de até reduzir a pegada ecológica, porque
541 aquele barco ali estacionado tem um consumo diário de 500 litros de diesel:
542 a colocação de um ponto de água para poderem abastecer o barco com água
543 potável, porque tem de vir um camião-cisterna abastecer o barco ao
544 Castelo, e um ponto de luz para que os motores a diesel fossem desligados,
545 e assim a manutenção do barco ser feita a eletricidade, o que seria muito
546 menos poluente. Referiu que sabe que tal é da competência da “APDL -
547 Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.”,
548 mas recorda-se que o Sr. Presidente disse na reunião de Câmara que iria
549 efetuar algumas diligências para se ultrapassar este problema, pelo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 450

questionava o que é que se fez nestes últimos dois anos e se há alguma coisa que se possa anunciar, porque esteve lá recentemente e ouviu as mesmas queixas por parte da tripulação do barco.

Salientou que o cais do Castelo é um lugar lindíssimo que merecia outro enquadramento. Disse que no domingo passado eram muitos os veraneantes que lá estavam, uma praia não vigiada (aí a Câmara Municipal não tem culpa porque se está fora da época balnear), mas os acessos são os mesmos há décadas, algo que é sempre um problema grave naquele lugar. Referiu que ouviu um lamento da parte de um pai pelo facto do jardim ter sido decorado com cactos, que apesar da sua beleza são um bocado perigosos para as crianças, porque recentemente uma criança caiu em cima de um cacto e deve ter sido um sofrimento terrível. Pediu se era possível retirar aqueles cactos e embelezar o local com outros arbustos.

Chamou à atenção para um ativo tangível do Município que é o matadouro de Fundões. Referiu que aquele prédio está completamente ao abandono e em ruínas, tendo questionado se a Câmara Municipal tem algum fim destinado para aquele espaço, já parece mal um edifício daqueles junto à estrada estar no estado que está.

Deu nota que na última AM a deputada Fátima Strecht (GMPS), e ele próprio, falou na questão do estacionamento no largo do Conde (preocupa-o mais a existência de trânsito em conjunto com os peões), tendo o Sr. Presidente da Câmara referido em resposta à referida deputada que na semana seguinte seria feita uma reformulação do largo do Conde para cuidar do trânsito. Disse que acha que a reformulação que foi feita foi a colocação das floreiras, ficou muito mais bonito, mas relativamente ao trânsito continua tudo igual.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, Ricardo Cardoso (GMPS), usou da palavra para dizer que já tem alertado relativamente à situação da EM 222-1, na ligação da Cruz da Carreira até Greire, que se encontra em mau estado em vários pontos, pelo que gostaria de saber se o executivo municipal tem planeada alguma empreitada para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

581 tentarem colmatar esses problemas. Disse que se o fizerem agora, à
582 imagem do que foi feito em 2009, ainda podem remediar a situação.
583 Solicitou que se faça a alteração da sinalética vertical e horizontal porque
584 as estradas já não têm qualquer tipo de sinalética. Disse que a Junta de
585 Freguesia está inteiramente disponível para colaborar com a colocação
586 dessa sinalética, para já, nas vias principais, deixando os caminhos mais
587 pequenos para um futuro próximo.
588 Deu nota que a pedido de vários pais, solicitava à Câmara Municipal que
589 apressasse os trabalhos de reparação das piscinas municipais. Referiu que
590 lá passaram cerca de 8 meses, já falaram disso nesta AM, estando vários
591 pais a questionar o porquê de tanta demora, tendo considerado que 8 meses
592 é tempo a mais. Solicitou um ponto de situação dos trabalhos.
593 Alertou que a ponte Hintze Ribeiro está praticamente sem iluminação e que
594 a outra ponte de Entre-os-Rios se encontra sem iluminação pública, algo
595 que já foi comunicado pela Junta de Freguesia por diversas vezes, mas
596 ainda não houve qualquer alteração. Referiu que não sabe se o Município
597 poderá fazer alguma coisa para apressar essa questão.
598 Deu nota que as margens do rio Douro do lado de Penafiel são locais
599 bonitos, com uma enorme dinâmica envolvente, tal como acontece com as
600 margens do lado de Marco de Canaveses e do Torrão, mas o cais de Boure
601 continua em mau estado, continua sem qualquer tipo de dinâmica.
602 Defendeu que se criassem ali algumas infraestruturas, designadamente uma
603 ciclovia e alguns bares e restaurantes, potenciariam essa dinâmica, dado
604 que o local tem um maior potencial ribeirinho comparativamente às
605 margens dos nossos concelhos vizinhos. Referiu que o Sr. Presidente da
606 Câmara já disse que tinha todo o interesse em ali intervir, chegaram a estar
607 presentes em reuniões conjuntas com a “APDL - Administração dos Portos
608 do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.”, tendo questionado se houve
609 algum desenvolvimento nesse sentido, ou não, atendendo a que foi
610 celebrado um protocolo, uma parceria, em 2021, sendo que até agora não
611 houve qualquer desenvolvimento neste âmbito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 451

Assessor
Uk

612 **A deputada Vanessa Pereira (GMPD)** usou da palavra para dar os
613 parabéns ao Município por neste mês de abril ter iluminado a Câmara
614 Municipal de azul. Disse é um pequeno gesto, mas que foi feito por este
615 executivo para lembrar a prevenção dos maus-tratos na infância, algo que
616 acha que devem ressaltar, porque é importante que todos tenham
617 consciência desta problemática durante todos os dias do ano.
618 Deu os parabéns ao executivo pela colocação da água em vários locais da
619 freguesia de Real e em Nogueira, locais que até agora não tinham
620 abastecimento de água ao domicílio, e fazendo Nogueira faz parte da UF da
621 Raiva, Pedorido e Paraíso, de onde é natural, queria deixar essa nota.
622 Deu também os parabéns ao executivo por também ter levado à reunião de
623 Câmara o processo referente à abertura de um concurso para a
624 requalificação do pavilhão do Couto Mineiro do Pejão, uma obra que está
625 orçada em mais de 500.000,00€. Salientou que é necessário requalificar um
626 espaço tão importante para o Couto Mineiro e para os seus habitantes.
627 Felicitou o executivo por ter dado mais um passo na instalação da rede de
628 saneamento, designadamente com a colocação de uma ETAR nas
629 Lavagueiras, um problema que já vinha de há alguns anos.
630 Realçou que são três coisas que foram feitas na UF da Raiva, Pedorido e
631 Paraíso que a si lhe compete assinalar, porque acha que são importantes
632 para todo o concelho, naturalmente, mas também para quem habita naquela
633 UF, porque demoraram mais de uma década para conseguirem ter essas
634 situações resolvidas.
635 **O deputado Rocha Pereira (GMPS)** usou da palavra para dizer que foi
636 alertado de que consta da ata um pedido seu feito ao Sr. Presidente da Mesa
637 para a obtenção de uma fotocópia do Protocolo celebrado entre o
638 Município e a rádio, tendo questionado se esse documento foi passado.
639 Informou que há 2 ou 3 semanas se deslocou ao Fojo para ver o Cavalete e
640 teve a pouca sorte de ser num dia chuvoso, pelo que é com muita
641 dificuldade que se chega lá com um carro ligeiro. Questionou se a obra está
642 concluída (a parte edificada) e qual é o destino que vai ser dado a esse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

643 | edificado onde crê que já foram investidos 200 ou 300.000,00€ (ainda não
644 | tem energia elétrica, tem um gerador); se se pensa criar um acesso digno a
645 | esse espaço, ou se nada sendo feito, como já aqui foi referido, a
646 | manutenção é algo muito importante seja no que for, não pode acontecer
647 | que estejam a criar um elefante branco, seria uma enorme
648 | irresponsabilidade. Disse que a questão do Cavalete o levou a outras coisas:
649 | na bienal de 2023, foi levada a efeito nesse espaço uma iniciativa que se
650 | traduziu num convite que foi feito a 2 pessoas ou 3, com vista a
651 | desenvolverem uma temática interessantíssima de um homem muito
652 | interessante, o escritor Manuel António Pina. Referiu que foi tudo feito ao
653 | contrário, ou seja, no espaço de uma mina, sem energia elétrica, levar a
654 | cultura a dar a conhecer a quem, questionou. Deu nota que não esteve lá,
655 | mas quem lá esteve disse que não estavam mais do que “meia dúzia de
656 | gatos pingados”, pelo que lhe parecia importante que essa iniciativa fosse
657 | feita no local apropriado; falar de Manuel António Pina, que teve o prazer e
658 | a honra de conhecer, é levar a sua obra ao conhecimento dos alunos, às
659 | escolas, fomentar o conhecimento pela poesia, pela escrita. Por outro lado,
660 | disse, a questão ao contrário: aquele local seria o indicado para se
661 | lembrarem do que foram os mineiros, do que foram as minas do Pejão,
662 | Castelo de Paiva, o Couto Mineiro.
663 | Salientou que o Sr. Presidente da Câmara não precisa de sair da família
664 | para poder levar a cabo um evento com dignidade e com pessoas que
665 | efetivamente estão entre nós e que muito sabem e conhecem sobre essa
666 | temática. Disse que tomou a liberdade de trazer o livro “Minas do Pejão –
667 | Memórias” que foi escrito pelo Sr. Eng.º Mário Gonçalves Pereira, tio do
668 | Sr. Presidente da Câmara, que fez uma obra que acha que deveria ser
669 | divulgada (está em crer que estará disponível na nossa biblioteca).
670 | Concluiu, referindo que é possível fazer as coisas de modo diferente, mas
671 | melhor, porque não acredita que quem elaborou o programa conhecesse
672 | aquilo que estava efetivamente a sugerir, pelo que acha que se impunha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 452

uma coisa muito simples: o correto é levar a cultura às escolas; o correto é comemorar a vida, o passado, a história dos mineiros junto das minas.

O deputado Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para em nome do GMPS felicitar o Sr. Presidente da AM pela sua eleição como deputado da Assembleia da República, tendo-lhe desejado as maiores felicidades no exercício do seu mandato, que seja produtivo para todos os Paivenses. Endereçou uma palavra de felicitação à camarada e candidata Susana Sousa, que consciente que o lugar que ocupava na lista não seria o mais vantajoso, no entanto esforçou-se, como sempre o fez, para defender os seus ideais e o concelho.

Deu nota que na última AM fez comentários sobre situações que vão sendo faladas na praça pública, se calhar, previamente àquilo que é falado dentro da Câmara Municipal, designadamente duas situações concretas: a contratação de músicos para a Feira do Vinho Verde e para o São João, e a outra (até se brincava, perdoe-se-lhe a expressão, “o Cunha parece que usou a cunha do nome”) era a possibilidade, que se confirmou, da contratação do Presidente da Assembleia de Freguesia de São Martinho para funcionário municipal. Referiu que quando questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre essas duas situações naturalmente que foram negadas, mas o que é certo é que pouco tempo depois foi confirmada uma delas, no próprio fim-de-semana, pelo funcionário municipal, que fez questão de publicar uma fotografia numa rede social a felicitar a contratação desses artistas. Disse que das duas uma: ou o Sr. Presidente da Câmara não está informado das situações e o povo e os funcionários municipais sabem primeiro do que ele, ao então se sabe, quando é questionado dias antes omite a informação a este órgão.

Deu também nota de uma proposta que o GMPS fez há bastantes meses sugerindo a aquisição de um terreno junto ao Parque da Feira que poderia servir para a “ELH - Estratégia Local de Habitação”. Referiu que já interpelaram a Câmara Municipal sobre o que é que foi feito desde então, mas precisam de uma resposta sobre esta temática.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

Solicitou a consulta do processo referente à permuta dos terrenos entre o Município e os Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva e, se possível, que lhes fosse facultada uma cópia integral do mesmo em formato digital, a remeter para o e-mail da liderança da bancada do GMPS.

Informou que hoje é o “Dia da Terra” e isso leva-o para questões ambientais, pelo que foi analisar o programa eleitoral do PSD, tendo-lhe surgido algumas perguntas que queria fazer, nomeadamente: quantos metros é que o executivo acrescentou de rede de saneamento e de água pública; quanto ecopontos é que acrescentou aos existentes; o ponto de situação da criação do “Centro de Recolha de Resíduos de Construção Civil”; o ponto de situação da criação das hortas comunitárias; o que é que foi feito na promoção da compostagem; o que é que está planeado fazer no combate ao desperdício de água.

Referiu que também analisou partes das ideias para a economia e para o empreendedorismo, tendo questionado como é que o Sr. Presidente da Câmara pretende promover no estrangeiro as empresas localizadas em Castelo de Paiva; se já foi feita alguma promoção, de que empresas, e de que forma é que isso foi feito; qual é o ponto de situação da criação do “Gabinete de Apoio aos Fundos Comunitários”, se já existe e se pode ser usado por cidadãos a título individual ou apenas por empresas, ou ambos, ou Juntas de Freguesia; qual é o ponto de situação do “Hub” criativo para Castelo de Paiva.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para agradecer os parabéns e as congratulações que lhe foram endereçadas, e que tudo fará, dentro das suas possibilidades e competências, para poder contribuir para o desenvolvimento de Castelo de Paiva, sendo uma das razões pelas quais concorreu e foi eleito. Referindo-se ao reparo feito à Mesa, e neste caso, ao seu Presidente, sobre a o facto de nas comemorações do 25 de abril ter sido apenas incluindo o Agrupamento das Escolas de Castelo de Paiva, disse que encaixava bem o reparo porque poderia ter endereçado o convite aos dois agrupamentos e não o fez, pelo que tentará corrigir esse lapso numa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 453

735 próxima iniciativa. Disse que se penitenciava duplamente porque o
736 deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) também já havia referido na última
737 AM que se envolvesse o Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro; que
738 ficava aqui o seu reparo e o seu pedido de desculpas.

739 Referindo-se ao pedido que foi feito pelo deputado Manuel Mendes
740 (GMPS) para consultar um processo, solicitou que formalizasse o pedido
741 por escrito e que depois responderiam em conformidade.

742 Referindo-se ao pedido do deputado Rocha Pereira (GMPS) relativamente
743 às fotocópias do protocolo que referiu, disse que certamente foi lapso seu,
744 pelo que irá pedir aos serviços que enviem essa cópia o mais rapidamente
745 possível. Penso que a Mesa não terá sido dirigida mais nenhuma questão e
746 por isso passar a palavra.

747 Relativamente à questão colocada pelo deputado Rodrigo Pereira
748 (GMMPM) sobre os áudios das sessões da AM, respondeu que não fez
749 nenhuma diligência diferente daquela que referiu na última AM. Referiu
750 que vai tentar que na próxima AM o assunto fique resolvido, ou seja, saber
751 se é, ou não é, legalmente possível, até por questões de proteção de dados
752 pessoais, que o áudio esteja disponível online por tempo indeterminado.

753 **O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às diversas
754 questões que lhe foram colocadas.

755 Referindo à intervenção do deputado Paulo Teixeira (GMUCPT), referiu
756 que não poderia estar mais de acordo sobre a pertinência e a forma como
757 decorreu a mesa-redonda organizada pelo “Movimento Cidadãos do
758 Mundo”. Disse que deu uma imagem do que é democracia, da sua
759 importância, numa altura em que se irá celebrar no próximo dia 25 os 50
760 anos da revolução de abril. Deu nota que tanto ele como o Sr. Presidente da
761 AM, no âmbito das suas funções e conhecendo os intervenientes da política
762 nacional, esperam que consigam ter um acesso mais fácil aos nossos
763 governantes, algo que não aconteceu com o Sr. Secretário de Estado do
764 Trabalho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

765 Referindo-se à intervenção do deputado Ângelo Fernandes (GMPS), referiu
766 que a toponímia está aprovada desde 2017, não é uma novidade, pelo que
767 toda a gente pode entrar na plataforma e consultar a toponímia,
768 inclusivamente verificar quais são as casas que têm a numeração solicitada.
769 Referiu que poderá ter havido alguma questão relacionada com o “GPS” do
770 “INEM”, poderá aquela entidade não ter a plataforma informática
771 atualizada, ou quem fez o contato pode não ter dado a informação mais
772 precisa sobre o local, mas terá de se questionar o “INEM”.

773 Em relação à iluminação no Jardim do Arda, respondeu que a Câmara
774 Municipal está a colocar a iluminação na Ponte Centenária de Pedorido,
775 algo que não fazia parte do projeto. Informou que o executivo tem estado
776 em contato com “APA – Agência Portuguesa do Ambiente” porque têm a
777 vontade de reformular toda aquela zona, sendo que estiveram cerca de três
778 meses à espera de uma simples informação relacionada com a cota de cheia
779 daquele local, dado que como se sabe está em zona de cheia, está em zona
780 abrangida pelo “POACL – Plano de Ordenamento da Albufeira de
781 Crestuma e Lever”, e qualquer tipo de intervenção que se queira fazer
782 carece de licenciamento daquela entidade.

783 Relativamente ao sinal para deficientes colocado no Choupal e que
784 desapareceu, respondeu que presume que terá sido um ato de vandalismo
785 ou alguém que o subtraiu. Disse que irá dar nota aos serviços para que seja
786 novamente colocado, porque é obrigatório ter naquela zona o lugar de
787 estacionamento para deficientes reservado.

788 Quanto à construção do muro, solicitou ao deputado Ângelo Fernandes
789 (GMPS) que, se pudesse, fizesse uma exposição por escrito a identificar o
790 muro para que a fiscalização se desloque ao local para verificar se se trata
791 de uma obra ilegal, ou não, para posterior processo de contraordenação e
792 legalização, ou, não sendo possível a legalização, proceder-se à demolição
793 do muro.

794 Em relação à empresa “CINDICALFE - Indústria de Calçado, Lda.”,
795 respondeu que falou com o administrador da empresa e este informou-o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 454

796 que a empresa optou por vender os pavilhões que se situam na zona
797 industrial das Lavagueiras, e sendo uma empresa de capitais privados é
798 algo que não se pode impedir. Disse que o administrador lhe explicou que a
799 empresa passou por algumas dificuldades na altura da “Covid-19”, pelo que
800 estava com necessidade de liquidez de tesouraria para manter os postos de
801 trabalho e que se comprometia a mantê-los. Referiu que as instalações já
802 foram vendidas, esperando que quem as adquiriu rapidamente ponha ali a
803 funcionar uma unidade industrial e que crie mais postos de trabalho no
804 concelho.

805 Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Fornos, Carlos
806 Moreira (GMPSD), informou que o caminho da Figueira estará a ficar
807 concluído.

808 Sobre o processo referente à estrada que liga Casal a Bairros, respondeu
809 que o executivo tem noção do estado em que se encontra o pavimento.
810 Informou que já têm o projeto pronto para avançar, mas há a necessidade
811 de colocar uma conduta de saneamento em alta que é da responsabilidade
812 da “Simdouro”, tendo já notificado a empresa da necessidade dessa e de
813 outras intervenções a executar em conjunto com a Câmara Municipal numa
814 lógica de divisão e racionalização de custos de operação, designadamente
815 uma intervenção no lugar da Balsa, em Santa Maria de Sardoura. Referiu
816 que a Câmara Municipal enviou os projetos para a “Simdouro” analisar,
817 tendo dado um prazo de dois meses para a obtenção de uma resposta.

818 Relativamente às Fontainhas, Gião e Moimenta, informou que os projetos
819 estão a ficar concluídos, esperando que o lugar de Gião fique servido com a
820 rede de saneamento que tanta falta faz.

821 Referindo-se à intervenção do deputado Rodrigo Pereira (GMMPM),
822 respondeu que a Câmara Municipal contactou a “APA - Agência Portuguesa
823 do Ambiente” sobre os terrenos que se encontram junto ao leito de cheia,
824 que informou que principalmente em zonas onde existem madeiras
825 protegidas, como por exemplo salgueiros ou choupos, a sua remoção carece
826 de autorização daquela entidade, tal como para se fazer a limpeza de silvas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

827 e mato numa lógica de preservação da fauna e flora existente junto às
828 linhas de água.

829 Quanto à situação do saneamento na Ladroeira, respondeu que é necessário
830 fazer a ligação de parte de Bairros ao Casal onde já existe a conduta em alta
831 para depois se fazer a ligação à ETAR de Fornos. Referiu que com a “ELH
832 - Estratégia Local de Habitação” e com o terreno que a Câmara Municipal
833 adquiriu, está a ser ponderada numa fase inicial aquando da aprovação dos
834 projetos para construção, a colocação naquele local de uma mini ETAR
835 para colmatar as necessidades que também existem na zona da Feitoria e
836 em todo aquele Vale.

837 Referindo-se à intervenção da deputada Fátima Strecht (GMPS)
838 relativamente à Rua Direita, respondeu que como a referida deputada disse,
839 e bem, houve um erro no projeto inicial, dado que aquele não é o material
840 adequado para o trânsito de veículos. Informou que os serviços notificaram
841 o empreiteiro diversas vezes para que repare as lajes que se encontram
842 soltas, mas este tem colocado entraves a essa reparação, sendo que os
843 serviços têm estado a responder aos argumentos do empreiteiro. Realçou
844 que as garantias bancárias estão na posse da Câmara Municipal e, em
845 último recurso, terão de as acionar. Referiu que estão a aguardar uma
846 resposta afirmativa da parte do empreiteiro, tendo lembrado que foi um
847 projeto que contou com fundos comunitários e durante pelo menos cinco
848 anos tem de se manter o que foi projetado e financiado; que passando os
849 cinco anos, se calhar, irão ponderar a substituição daquele material por
850 paralelos, ou por outro tipo de lajes, em função do que for informado pelos
851 técnicos.

852 Em relação ao cemitério de Sobrado, informou que as obras de ampliação
853 estarão concluídas ainda no final deste mês ou no início do próximo.
854 Informou que a Câmara Municipal vai dar um arranjo ao cemitério, a
855 começar pela pintura das paredes e a substituição de algumas torneiras,
856 sendo que está uma pessoa a trabalhar praticamente a tempo inteiro no
857 cemitério, tal como já acontecia no mandato anterior.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 455

858 Quanto ao Transporte Solidário, respondeu que tem funcionado dentro da
859 normalidade: tem havido a requisição do serviço por parte dos utentes, cuja
860 análise é feita pelos serviços de acordo com o previsto no regulamento, e
861 não têm chegado queixas ao Município relativamente ao serviço que é
862 prestado pelos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva. Reiterou que
863 ninguém lhe deu nota que havia tratamento diferenciado ao nível da
864 prestação do serviço por parte dos Bombeiros Voluntários, mas irá
865 averiguar junto da direção e do Sr. Comandante da corporação se tal
866 acontece nos termos referidos pela deputada Fátima Strecht (GMPS),
867 porque o Município, através do protocolo que celebrou com os Bombeiros
868 Voluntários, paga a prestação do serviço, pelo que se pretende que toda a
869 gente dele usufrua de igual forma.

870 Referindo-se à intervenção do deputado João Vieira (GMMPM)
871 relativamente à rotunda junto à “ADEP – Associação de Defesa e Estudo
872 do Património Histórico e Cultural de Castelo de Paiva”, informou que têm
873 feito diligências junto da “Infraestruturas de Portugal”, porque é vontade do
874 executivo requalificar toda aquela entrada na Vila.

875 Em relação às tampas de saneamento na urbanização de Curvite, respondeu
876 que irá informar os serviços. Referiu que se for da responsabilidade do
877 empreiteiro irão notificá-lo para resolver o problema; se não tiver havido
878 intervenção do empreiteiro, será da responsabilidade da Câmara Municipal
879 Sobre a estrutura com publicidade colocada na Rua D. José de Arrochela,
880 informou que houve autorização da Câmara Municipal, não para aquele
881 local, mas para a parte de trás. Deu nota que o privado já foi notificado para
882 proceder à remoção da publicidade para o local onde deverá ficar achando
883 que o prazo dado para tal ainda não terminou.

884 Referindo-se à intervenção da deputada Gisela Neves (GMPS) relativa ao
885 “CLDS-5G”, respondeu que se recordava muito bem do que disse. Referiu
886 que o programa tem uma dotação de cerca de 400.000,00€ para o período
887 de 48 meses, e que uma das coisas que disse foi que apesar de ser uma
888 instituição que estava sediada em Arouca, nem sequer foi submetida à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

889 reunião do “CLAS – Conselho Local de Ação Social” a votação da
890 associação em causa para entidade coordenadora do programa, e sido o
891 assunto remetido diretamente a reunião de Câmara. Salientou que teve o
892 cuidado de levar o assunto à reunião do “CLAS – Conselho Local de Ação
893 Social” tendo sido aprovado por unanimidade de todos os presentes.
894 Realçou que como se costuma dizer, só não muda de opinião quem é ...,
895 pelo que tendo tido a oportunidade de durante sensivelmente dois anos ver
896 o trabalho que é desenvolvido pela “ADRMAG – Associação de
897 Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e
898 Gralheira” em Castelo de Paiva, muitas vezes em coordenação com a
899 Câmara Municipal, achou-se por bem, até pela experiência adquirida,
900 propor a manutenção da mesma equipa que trabalhou no “CLDS-3G” e no
901 “CLDS-4G”.
902 Em relação à Quinta do Pinheiro, concordou que há a necessidades de
903 melhorar o espaço e de proceder à sua limpeza, algo em que estão focados,
904 porque começa a chegar o bom tempo e convém dar a possibilidade a todos
905 de usufruírem daquele espaço.
906 Referindo-se à intervenção do deputado Carlos Trindade (GMPD),
907 respondeu que espera ainda este ano conseguir lançar o projeto para a
908 requalificação da estrada do Gafanhão até ao Chão da Carraçosa que se
909 encontra muito degradada, sendo que, entretanto, em colaboração com a
910 Junta de Freguesia, será colocada massa betuminosa nos locais onde a
911 estrada está mais degradada.
912 Em relação aos sinais de trânsito, informou que a Câmara Municipal tem
913 feito ao levantamento dos que desapareceram, como é o caso do sinal que
914 foi colocado no Choupal. Referiu que devido a atos de vandalismo ou por
915 decurso do tempo, alguns necessitam de ser substituídos, tal como acontece
916 com muitos espelhos que se encontram partidos.
917 Referindo-se à intervenção do deputado Jorge Quintas (GMMPM)
918 relativamente ao barco “Andorinha”, respondeu que tal como disse em 28
919 de janeiro de 2022 ao Vereador Victor Quintas, trata-se de um espaço que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 456

920 pertence à “APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana
921 do Castelo, S.A.”. Informou que foi submetido um projeto na Câmara
922 Municipal para a instalação de um ponto de luz que, entretanto, foi
923 colocado, cabendo agora àquela entidade autorizar, ou não, o barco a
924 utilizá-lo, porque é algo que não passa pela jurisdição do Município.
925 Sublinhou que, infelizmente, o barco gasta 500 litros de gasóleo, mas
926 alguém terá de pagar a eletricidade, não será o Município a suportar esse
927 custo, sendo que essas empresas além do que faturam durante o verão nas
928 viagens no nosso Rio Douro, causando prejuízos aos municípios com a
929 erosão que provocam às margens, quando adquirem esse tipo de
930 embarcações deviam ter consciência de que necessitam de estar parados em
931 locais apropriados onde possam fazer a sua manutenção. Reiterou, achando
932 que estarão todos de acordo, que não será o Município de Castelo de Paiva
933 a pagar a luz para que uma embarcação daquelas esteja ali parada; a
934 empresa terá de fazer o pedido à “APDL - Administração dos Portos do
935 Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.” e certamente terá de pagar as
936 taxas que aquela entidade irá cobrar.

937 Relativamente ao matadouro, respondeu que é mais um dos equipamentos
938 que já se encontra abandonado há muitos anos. Disse que tem notado que
939 parte da cobertura já está aberta, pelo que se irá colocar uma cobertura
940 nova naquele equipamento. Referiu que é um edifício faz falta ao
941 Município para armazenamento de algum equipamento.

942 Em relação ao largo do Conde, respondeu que o ordenamento do
943 estacionamento efetuado com a colocação dos vasos fez com que pelo
944 menos deixasse de existir parte do estacionamento selvagem. Informou que
945 os serviços já solicitaram à empresa que faz a manutenção e a
946 reprogramação dos parquímetros para que os venha analisar, porque cada
947 parquímetro custa cerca de 7.000,00€, e um dos que estão neste momento
948 parados poderá ser colocado em frente ao “Millennium BCP” e à “CGD -
949 Caixa Geral de Depósitos”, junto à baía de estacionamento, com a
950 limitação de estacionamento ao máximo de um quarto de hora a trinta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

951 minutos, porque há muitas reclamações sobre a falta de estacionamento,
952 principalmente para o comércio, mas depois verifica-se que às vezes são os
953 próprios comerciantes que param ali o carro de manhã até ao final do dia
954 impedindo muitas vezes a circulação.

955 Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de
956 Santa Maria de Sardoura, Ricardo Cardoso (GMPS), respondeu que estão a
957 analisar a questão da EM 222-1, que poderá passar por intervir nas zonas
958 que estão mais degradadas, até porque se trata de uma estrada com uma
959 dimensão considerável e uma repavimentação custaria uns largos milhares
960 de euros, sendo que também terá de se ligar o saneamento a todo o vale de
961 Sardoura. Relativamente às piscinas municipais, informou que o
962 empreiteiro já está em obra. Salientou que nenhum Presidente de Câmara
963 gosta de encerrar equipamentos, mas a piscina chegou a um estado em que
964 não era possível garantir condições de higiene, segurança e saúde.
965 Recordava que a piscina abria numa semana e fechava na seguinte por
966 ordem da Senhora Delegada de Saúde, daí ter-se optado pelo encerramento
967 e de se fazer o levantamento das necessidades de intervenção,
968 designadamente ao nível da desinfeção da água através de sistemas
969 automáticos com controladores de “PH”, do controle da “legionella”
970 através da injeção de água a 90º em todos os circuitos da piscina e
971 balneários, esperando que as obras fiquem concluídas em junho\julho.

972 Quanto à iluminação pública nas duas pontes de Entre-os-Rios, respondeu
973 que a Câmara Municipal também já interpelou por diversas vezes os
974 responsáveis da entidade competente na matéria. Informou que há uma
975 plataforma à qual cedeu o acesso aos senhores Presidentes de Junta para
976 comunicarem as avarias relativas à iluminação.

977 Sobre as margens do rio Douro na zona ribeirinha de Entre-os-Rios, em
978 Boure, respondeu que já reuniram com a “APDL - Administração dos
979 Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.” sobre o assunto.
980 Referiu que existe um protocolo que vem do anterior executivo que não é
981 explícito em relação àquela zona, uma vez que se refere ao conjunto dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 457

cais de Boure, Midões e Castelo, pelo que há que definir o que é da responsabilidade de cada uma das entidades, dado que, por exemplo, os jardins são da responsabilidade da “APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.”, mas os passeios são da responsabilidade da Câmara Municipal, estando a trabalhar nesse sentido. Informou que já deu nota à “APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.” que tendo em conta que havendo ali um cais comercial cuja exploração já foi por duas, ou três vezes, a hasta pública, tendo os procedimentos ficado desertos, que todo aquele espaço possa reverter para o Município para que o possam revitalizar, porque seria um local de excelência para poderem desenvolver atividades ligadas ao turismo.

Referindo-se à intervenção da deputada Vanessa Pereira (GMPD), realçou a empreitada de abastecimento de água ao domicílio em Nogueira e a vários locais de Real, a requalificação do pavilhão do Couto Mineiro do Pejão, e a instalação da ETARI das Lavagueiras representam um investimento a rondar o montante de 1.000.000,00€.

Referindo-se à intervenção do deputado Rocha Pereira (GMPD), esclareceu que a Câmara Municipal não celebrou um protocolo com a rádio, mas sim um contrato de prestação de serviços com o respetivo caderno de encargos, presumindo que quando o referido deputado falou em protocolo se queria referir ao caderno de encargos.

Em relação ao Cavalete do Fojo, concordou que é necessário arranjar os acessos. Informou que o projeto não contemplava essa intervenção, dentro das várias pavimentações que são necessárias executar um pouco por todo o Município.

Quanto à Bienal da Cultura, respondeu que há registos fotográficos que demonstram que esteve muita gente no Cavalete do Fojo. Defendeu que a cultura não é só divulgada nas escolas, tem de chegar a todas as freguesias do concelho, algo que têm feito. Disse que a reação que teve um pouco por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

1012 todos os locais por onde passou a Bienal da Cultura foi de agrado da parte
1013 das pessoas.

1014 Referindo-se à intervenção do deputado Manuel Mendes (GMPS),
1015 lembrava que o referido deputado colocou em causa os elementos do júri
1016 designados para os concursos que foram abertos para os lugares de chefia,
1017 tendo questionado a sua idoneidade; que questionou se esses concursos
1018 eram destinados a alguém das Juntas de Freguesia, ao que lhe respondeu na
1019 altura que nenhum dos membros da Assembleia de Freguesia ou da
1020 Assembleia Municipal do PSD estavam em condições de concorrer, pese
1021 embora o único que o poderia fazer até seria o Sr. Presidente da Junta de
1022 Freguesia de Santa Maria de Sardoura porque trabalha na “CIM-TS –
1023 Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”; que colocou em causa
1024 pessoas indicadas pelos municípios de Penafiel, Ovar, Santa Maria da
1025 Feira, do Instituto Politécnico do Porto (aconselhou o deputado Manuel
1026 Mendes (GMPS) a reler a ata), que neste caso será a Presidente do júri, tal
1027 como já foi a Presidente do júri em situações idênticas ocorridas com o
1028 anterior executivo, pelo que presume que a idoneidade dessas pessoas
1029 esteja bem patente nas escolhas do anterior executivo.

1030 Em relação aos artistas para o S. João e para a Feira do Vinho Verde,
1031 confirmou que existem negociações, achando que o Vitorino, o Tony
1032 Carreira e o Toy irão alegrar os festejos de todos aqueles que venham a
1033 Castelo de Paiva.

1034 Informou que a conduta de água a instalar em Nogueira e em Real tem uma
1035 extensão de cerca de 8 km.

1036 Relativamente ao saneamento, respondeu que todas as obras que têm sido
1037 feitas pelo executivo municipal, como é o exemplo da obra do Pinheiro,
1038 apesar de ainda não haver a possibilidade de se fazer a ligação à rede, estão
1039 a ser contempladas com as infraestruturas necessárias para quando tal for
1040 possível. Referiu que não tinha de cabeça os km de condutas de
1041 saneamento instaladas, mas se o deputado Manuel Mendes (GMPS) o
1042 entender pode requerer essa informação aos serviços.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 458

Referindo-se ainda à intervenção do deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) na parte relativa à colocação de um contador de água no edifício “Marmoiral”, respondeu que o requerente deu entrada do pedido na última quarta-feira, presumindo que nem sequer exista um contador naquele local, existindo apenas uma caixa, tendo já pedido aos serviços municipais para verificar essa situação. Disse que se porventura lá existir um contador tem de estar em nome de algum contribuinte ou do condomínio, mas depois fará chegar a resposta a este assunto ao deputado Paulo Teixeira (GMUCPT).

O deputado Manuel Mendes (GMPS) interveio novamente para dizer que não pôs em causa a idoneidade das pessoas que constituem o júri dos concursos, pelo que lamentava se o Sr. Presidente da Câmara interpretou dessa forma, não era esse o intuito. Referiu que o Sr. Presidente da Câmara não respondeu de forma clara se se sabe primeiro lá fora ou cá dentro, ou não lhes conta, ou então não sabe, sendo isso o que fica registado.

Deu nota que fez mais questões sobre projetos incluídos no programa eleitoral do Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente sobre questões ambientais, sobre o Plano de Economia, Emprego e Empreendedorismo; sobre a criação do Centro de Recolha de Resíduos de Construção Civil, se já existe algum projeto; sobre a criação de hortas comunitárias, o que é que pretende e para quando; sobre o que é que tem feito da promoção da compostagem, bem como relativamente ao combate ao desperdício de água; sobre a promoção no estrangeiro das empresas localizadas em Castelo de Paiva, designadamente que empresas já foram promovidas e qual o método utilizado; o ponto de situação da criação do Gabinete de Apoio aos Fundos Comunitários, assim como o ponto de situação da criação do “Hub” criativo para Castelo de Paiva.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que a Câmara Municipal vai distribuir vários ecopontos de compostagem em parceria com a “Ambisousa”. Informou que tem sido feito um reforço dos ecopontos em vários pontos do concelho, também em parceria com a “Ambisousa”,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

1073 designadamente em todas as escolas do Município e no edifício da Câmara
1074 Municipal.

1075 Em relação ao Centro de Recolha de Resíduos de Construção Civil,
1076 respondeu que estão a analisar o que poderão vir a ser neste âmbito os
1077 fundos comunitários do programa “Portugal 2030”, para se fazer uma
1078 possível candidatura. Referiu que o projeto necessita, entre outros, do
1079 parecer da “APA - Agência Portuguesa do Ambiente”, tal como também é
1080 necessário conseguir um local apropriado para que o equipamento possa
1081 funcionar bem e cumprir todas as normas aplicáveis à recolha desse tipo de
1082 detritos.

1083 Relativamente ao “Hub”, informou que saiu um aviso no âmbito da “CIM-
1084 TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, estando a aguardar
1085 a abertura de novos concursos para que consigam criar um “Hub” em
1086 Castelo Paiva direcionado, principalmente, para as novas tecnologias e para
1087 as empresas que queiram vir para o concelho.

1088 Salientou que, como é obvio, é o primeiro a saber tudo o que se passa na
1089 Câmara Municipal.

1090 Referindo-se novamente à intervenção do deputado Ângelo Soares (GMPS)
1091 na parte relativa aos incêndios de 2017, informou que a Câmara Municipal
1092 tem feito a limpeza das faixas de gestão de combustível. Salientou que
1093 desde 2017 não é publicada legislação relativa ao ordenamento florestal,
1094 pelo que fora do âmbito da obrigatoriedade da limpeza dos 50 metros junto
1095 às habitações e de 100 metros junto dos aglomerados populacionais, não há
1096 mais nenhuma lei que obrigue a outro tipo de gestão florestal. Referiu que
1097 espera que haja em breve um reordenamento florestal, porque o último foi
1098 há bem mais de 50 anos.

1099 ***4. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação***
1100 ***financeira do Município.***

1101 **O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para dizer que é
1102 referido na página 3 da Atividade da Câmara que substituíram as lâmpadas
1103 no pavilhão da Cruz da Carreira, tendo questionado se se mantém a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 459

concessão municipal daquele espaço, iniciada com o executivo a que presidiu, e mantida nos executivos do Dr. Gonçalo Rocha, dado que uma das condições era que a manutenção do equipamento seria por conta da entidade a quem tinha sido atribuída a concessão.

Referindo-se ao monumento “Anjo de Portugal”, solicitou que se limpe aquela zona com mais regularidade e não somente nas vésperas do dia 4 de março, pois aquele espaço é responsável pela maior parte do turismo religioso que se faz em Castelo de Paiva.

O deputado Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para dizer que a última reunião da Assembleia Municipal teve lugar no dia 26 de fevereiro, tendo-se falado sobre várias questões, nomeadamente a questão dos artistas, e o Sr. Presidente da Câmara disse que não tinha sequer iniciado o procedimento. Referiu que houve uma iniciativa no dia 28 de fevereiro, a representação do Município na “BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa 2024”, e uma vez que nesse dia 28 o próprio artista disse que já estava contratado, questionava se essa contratação foi feita, ou não, na dita feira.

Deu nota que a Atividade da Câmara tem atividades de 2 de fevereiro a 3 de abril, pelo que gostava de saber se a intervenção de José Rocha enquanto Presidente da Câmara Municipal numa escritura pública é, ou não, considerada como uma atividade desenvolvida pela Câmara Municipal.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas.

Referindo-se à intervenção do deputado Paulo Teixeira (GMUCPT), respondeu que o pavilhão da Cruz da Carreira está a ser explorado por uma associação que solicitou ajuda à Câmara Municipal na disponibilização de mão-de-obra para a colocação das lâmpadas que foram pagas pela entidade.

Referindo-se à intervenção do deputado Rocha Pereira (GMPS), confirmou que esteve na “BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa” em representação do Município. Salientou que não fez a contratação de nenhum artista, todas as diligências foram feitas à posteriori, pelo que as publicações que alguém



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

1135 faz nas suas redes pessoais a nada o ligam ou condicionam, não pode
1136 responder por uma qualquer publicação que seja feita por terceiras pessoas.
1137 Em relação à questão da escritura, respondeu que o GMPS já solicitou o
1138 acesso à documentação. Referiu que a permuta já foi dada a conhecer em
1139 sede de reunião de Câmara e anunciada em vários eventos públicos, dando
1140 cumprimento a algo que prometeu fazer durante a campanha eleitoral, ou
1141 seja, que iria tentar reverter o “PG2” para o património do Município, algo
1142 que se conseguiu através da permuta com a “Associação Humanitária dos
1143 Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva” de um terreno que a entidade
1144 pretendia possuir para proceder à ampliação do seu quartel. Salientou que
1145 foi o próprio quem geriu esse processo, está tudo claro, e por isso mesmo
1146 existe a escritura pública, estando a documentação disponível para
1147 consulta.

1148 **O deputado Rocha Pereira (GMPS)** interveio novamente para dizer que a
1149 questão que foi colocada mais uma vez não foi respondida pelo Sr.
1150 Presidente da Câmara, ou seja, porque é que a referência a esse ato não
1151 consta da Atividade da Câmara.

1152 **O Sr. Presidente da Câmara** respondeu que foram feitas diversas
1153 escrituras durante o exercício da sua Presidência que também não vieram
1154 plasmadas na Atividade da Câmara. Disse que percebeu que o deputado
1155 Rocha Pereira (GMPS) quer fazer uma recomendação no sentido de que
1156 sempre que seja feita uma escrita esta venha plasmada na Atividade da
1157 Câmara, não vendo nisso um problema.

1158 **Deliberação:** A AM tomou conhecimento

1159 **Período de Intervenção do Público**

1160 **5. Intervenção do Público**

1161 **O munícipe José Adelino Nunes**, residente na UF de Sobrado e Bairros,
1162 usou da palavra para dar os parabéns à Câmara Municipal pelo programa
1163 das comemorações do 25 de abril, designadamente o evento referente às
1164 cópias de notícias de 1974.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 460

Solicitou ao executivo para pensar na história que haverá na casa da Boavista para que saibam o que se passou ao tempo na história do Castelo de Paiva. Realçou que o 25 de abril foi feito e dinamizado por jovens e para os jovens, para que acreditassem no seu futuro.

Deu nota que passados treze anos comemorou-se pela primeira vez o 25 de Abril em Castelo de Paiva, designadamente com o início dos Jogos Desportivos e Culturais de Castelo de Paiva. Disse que não foi por acaso que os jogos foram criados no 25 de abril, foi para que os jovens pensassem sempre nessa data, tendo sugerido à AM e ao executivo que façam algo pelos jovens, como por exemplo uma AM para jovens, para que se intrometam um pouco na política.

Deu também nota que ainda não viu nada a anunciar a realização dos Jogos Desportivos e Culturais deste ano.

O munícipe José Rocha, residente na UF de Sobrado e Bairros, usou da palavra para dar os parabéns ao Sr. Presidente da AM pela sua eleição como deputado da Assembleia da República, desejando-lhe felicidades no trabalho que tem pela frente em prol do concelho de Castelo de Paiva.

Defendeu que não é com politiquice que vão levar o concelho para a frente, é como ideias.

Referiu que o 25 de abril surgiu para as pessoas poderem manifestar as suas ideias e dar as suas opiniões, e são dessas ideias que precisam para o concelho, coisa que não têm tido até agora. Disse que a oposição também é culpada, porque tem de saber preparar o seu trabalho para que as pessoas que estão à frente dos setores tenham a noção objetiva das necessidades do concelho, algo que não tem acontecido.

O Sr. Presidente da AM propôs a realização de um intervalo de 10 minutos, que foi aceite.

Retomados os trabalhos, o Sr. Presidente da AM abriu a discussão referente ao ponto 6 da ordem de trabalhos.

Período da Ordem do dia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

6. Apreciação e deliberação - Prestação de Contas 2023 – Relatório de Gestão.

A Vereadora Liliana Vieira usou da palavra para fazer uma breve apresentação da prestação de contas referente ao ano de 2023.

Deu nota que ao nível da receita foi arrecadado um montante de 19.345.992,64€, que corresponde a uma taxa de execução de 74% face àquilo que era a previsão da dotação corrigida do orçamento.

Referiu que no que concerne à receita corrente, que é aquela que, por norma, tem uma maior preponderância nos orçamentos municipais, o Município arrecadou cerca de 15.000.000,00€, correspondendo a uma taxa de execução de quase 100%; no que concerne à receita de capital o Município só conseguiu uma taxa de execução de 30%, ou seja, cerca de 3.000.000,00€. Explicou que este desvio se deve a algumas receitas de capital que estavam previstas no âmbito de projetos cofinanciados com fundos comunitários que não foram executadas face ao atraso significativo que se verifica na abertura de novos avisos para o conselho no âmbito do “Portugal 2030”.

Informou que a receita, face ao ano de 2022, teve uma variação positiva na ordem dos 18%, o que quer dizer que o Município tem vindo a aumentar as suas receitas e a aproximar a execução daquilo que é a sua previsão de arrecadação das receitas.

Deu nota que o Município teve uma despesa no montante de cerca de 16.500.000,00€, e executou na sua plenitude 63% daquilo que tinha estimado para o orçamento do ano de 2023. Referiu que as despesas com o pessoal e as despesas com aquisição de bens e serviços, em relação ao ano de 2022, tiveram um acréscimo de 2.000.000,00€ devido à assunção de competências na área da educação e da saúde (processo iniciado em abril e junho, respetivamente, de 2022), designadamente a passagem dos funcionários para o quadro de pessoal do Município que já se refletiu nos 12 meses do ano de 2023. Disse que tem havido atualizações salariais todos os anos, algumas por imposição legal, designadamente a legislação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 461

1226 referente aos aceleradores de carreiras, pelo que tudo isso também reflete o
1227 aumento de cerca de 700.000,00€ das despesas com o pessoal.
1228 Informou que a aquisição de bens e serviços teve um acréscimo de
1229 636.000,00€ relativamente ao ano de 2022, sendo que, em 2023, o
1230 Município assumiu a delegação de competências na área da ação social,
1231 tendo daí advindo outros custos, nomeadamente na aquisição de bens e
1232 serviços por força da legislação que previa alguns apoios ao nível do
1233 “SAAS” que passou a ser da competência dos municípios.
1234 Salientou que o Município não é alheio à inflação que se vai registando ao
1235 nível da aquisição de bens e serviços.
1236 Referindo-se às transferências correntes, que também se incluem na
1237 despesa corrente, disse que se registou um aumento de 400.000,00€
1238 também devido à assunção da delegação de competências na área da ação
1239 social. Referiu que, em 2023, o Município fez um reforço dos apoios às
1240 IPSS, designadamente a atualização do valor das refeições pagas àquelas
1241 entidades para 3,00€/refeição, ao invés do ano de 2022 cujo valor era de
1242 2,20€; a atualização dos valores referentes aos transportes escolares (valor
1243 por quilómetro). Realçou que em 2023 o Município fez uma grande aposta
1244 nos apoios às famílias, designadamente a isenção do pagamento das
1245 refeições dos alunos com o escalão 1 e 2, e para o escalão 3, ou superior, o
1246 Município assumiu 50% do valor.
1247 Salientou que foi nesta rubrica das transferências correntes que o
1248 Município deu cumprimento à sentença judicial referente ao acordo
1249 atingido com a empresa “Jopavera – Construções, Lda.” no montante de
1250 170.000,00€, valor que foi pago em 2023.
1251 Salientou também que no ano de 2023 o Município fez mais um reforço
1252 dos apoios às Juntas de Freguesia. Disse que foi criado o programa “Apoios
1253 de Proximidade” que se traduziu num montante de mais de 50.000,00€
1254 transferido para as freguesias que também se reflete nas transferências
1255 correntes; que o Município transferiu mais montantes para as associações e
1256 para as entidades intermunicipais das quais faz parte, dado que, durante o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

1257 ano de 2023, foram confrontados com a existência de valores ainda por
1258 regularizar junto da “CIM-TS - Comunidade Intermunicipal do Tâmega e
1259 Sousa” num montante de cerca de 150.000,00€, fruto de algumas
1260 candidaturas que o Município vinha a desenvolver com aquela entidade que
1261 se reportavam ao período entre 2015 e 2022.

1262 Referindo-se às despesas de capital, deu nota que o Município manteve o
1263 investimento no ano de 2023, muito dele com recurso a fundos próprios,
1264 num montante de cerca de 4.000.000,00€, exatamente igual ao ano 2022 no
1265 que concerne à aquisição de bens de capital. Referiu que isso reflete o
1266 investimento que o Município vem a desenvolver no âmbito das suas
1267 competências, designadamente na captação e distribuição de água, no
1268 saneamento, na regeneração da rede viária, em alguns equipamentos
1269 básicos que foi necessário adquirir.

1270 Deu nota que em 2023 o Município investiu na criação da Casa de
1271 Emergência Social necessária para situações de retaguarda social que
1272 possam ocorrer no Município.

1273 Referiu que o Município continuou a dar execução ao programa “Primeiro
1274 Direito”. Referiu que quando o executivo tomou posse o Município tinha
1275 uma estratégia neste âmbito para a todas as freguesias, mas só detinha o
1276 terreno do Choupelo que ainda não tinha sido escriturado, pelo que tiveram
1277 de fazer essa regularização. Disse que ao longo do ano de 2023 o executivo
1278 adquiriu vários terrenos em quase todas as freguesias para que o “Primeiro
1279 Direito” possa ser executado na sua plenitude.

1280 Informou foi o ano em que concretizaram e concluíram os processos da
1281 EB1 de Oliveira do Arda e da “Loja de Cidadão”, que eram investimentos
1282 que vinham do executivo anterior.

1283 Salientou que há sempre um serviço da dívida pública que tem de ser
1284 cumprido, e para além daquilo que era a obrigação do executivo, e também
1285 por força da disponibilidade financeira que o Município detém, fizeram a
1286 amortização antecipada de dois empréstimos bancários que terminavam em
1287 2027. Referiu que sendo um investimento de capital, o Município dispôs de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 462

cerca de 750.000,00€, valor a que estão associados todos os juros referentes a estes empréstimos e que correspondem a cerca de 80/90.000,00€, totalizando um valor de cerca de 840.000,00€, montante que foi disponibilizado apenas para o serviço da dívida pública e não para fazer investimento.

No que concerne ao Balanço e à Demonstração de Resultados, referiu que o Município fez um reforço do seu ativo na ordem dos 4.700.000,00€ e houve um aumento do passivo na ordem de 2.800.000,00€, tendo explicado que isso se reflete por força do reconhecimento dos deferimentos por contrapartida do financiamento do “IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana”. Disse que o Município viu aprovada no ano de 2023, junto do “IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana”, a candidatura para a reabilitação de todo o seu parque habitacional, pelo que tendo em conta que há este compromisso e esta obrigatoriedade de executar esta obra, entendeu-se que seria correto reconhecer este deferimento no decurso deste investimento.

Salientou que o Município terminou o ano de 2023 com zero euros de dívida a fornecedores de investimento.

Salientou também que o “PMP - Prazo Médio de Pagamentos” é de 7 dias. Disse que fizeram uma redução substancial deste prazo comparativamente ao ano de 2022 - 15 para 7 dias.

No que concerne aos rácios de estabilidade financeira, referiu que os mesmos traduzem bons resultados. Informou que fecharam o ano com um Resultado Líquido do Exercício na ordem de 1.800.000,00€ e um saldo da gerência para o ano seguinte na ordem de 4.200.000,00€. Disse que o Município continua a investir ao mesmo nível dos anos anteriores e de acordo com as suas prioridades, sempre com recurso a fundos próprios, com contas equilibradas, com os pagamentos em dia aos fornecedores e mantendo a estratégia do executivo para desenvolver território. Nesta análise muito resumida a este o exercício e as contas do ano de 2023.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

Deu nota que surgiram algumas dúvidas na reunião de Câmara no que concerne aos fundos comunitários aprovados para da “ELH - Estratégia Local de Habitação”, tendo informado que o “IHRU – Instituto Nacional da Habitação e Reabilitação Urbana” já fez um adiantamento no final do ano de 2023 de 25% dos mais de 3.000.000,00€ aprovados para reabilitar o parque habitacional. Disse que esse valor também já está refletido nas contas do Município.

O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) usou da palavra para dizer que o órgão executivo é o responsável por estas contas, existindo outras entidades que depois da deliberação de hoje as vão também analisar, como por exemplo, a “DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais” e o Tribunal de Contas.

Informou que diz o relatório dos Revisores que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais; que o órgão de gestão é o principal responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação destas contas; que a responsabilidade dos Auditores consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública; que os trabalhos de inventário e registo de cadastro de imobilizado, nos termos da Portaria nº 671/2000, de 17 de abril, foram iniciados pelo executivo em funções no período de 2014, não tendo sido finalizados até ao momento, tendo questionado qual é a previsão para a conclusão deste processo.

Questionou também porque é que nos documentos aparece o Relatório de Auditores como “draft”, se este não é o relatório final; porque é que os auditores emitem uma “Opinião com Reservas” como diz o Relatório; a que se devem mais de 358.000,00€ de recebimentos em atraso.

Informou que o Regulamento de Controlo Interno que transcrevem na totalidade foi aprovado pelo executivo a que presidiu, numa reunião de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 463

1349 Câmara realizada a 19 de abril de 2002, tendo questionado se 22 anos
1350 depois o documento está atualizado (acha que deve ser revisto).
1351 Deu nota que do mapa das Contingências Financeiras constam 25
1352 processos judiciais em curso, perfazendo as respetivas ações cerca de
1353 2.300.000,00€, mas a página 37 (91 de 322) refere processos judiciais em
1354 curso no montante de 800.000,00€, tendo questionado o porquê dessa
1355 diferença:
1356 - Um processo do seu tempo como Presidente da Câmara, o do edifício
1357 “Marmoiral”;
1358 - 15 ações colocadas no tempo do executivo liderado pelo Dr. Gonçalo
1359 Rocha e 8 ações já colocadas no tempo da liderança do Eng.º José Rocha.
1360 Deu nota que os cerca de 4.300.000,00€ que a empresa “MARMOIRAL”
1361 moveu há muitos anos contra o Município estão agora reduzidos a
1362 68.397,00€, significa uma grande vitória do Município. Referiu que agora
1363 estão a falar somente de taxas eventualmente cobradas em duplicado.
1364 Salientou que finalmente e, mais uma vez, fez-se justiça.
1365 Deu também nota que vai para julgamento o processo instaurado pelo atual
1366 promotor do edifício “Marmoiral” e que, de certa forma, a Câmara
1367 Municipal ao não ter concordado com o promotor, por esta via está a ir de
1368 encontro às diversas situações menos legais que aqui já referiu e que ali se
1369 passaram. Informou que as duas ações totalizam cerca de 93.000,00€.
1370 Referiu que considerando que muitas vezes há autarcas, e até munícipes,
1371 que só vêm a coluna da direita, mas olhando a estrutura da esquerda, isto
1372 no que ao Balanço diz respeito, regista com agrado que o património do
1373 Município
1374 ultrapassa (sem depreciações) os 46.000.000,00€, e ainda não estão todos
1375 os ativos avaliados: 6.000.000,00€ em terrenos, 17.000.000,00€ em
1376 edifícios e 23.000.000,00€ em infraestruturas.
1377 Referiu também que as contas refletem um recebimento do “IHRU -
1378 Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana” no montante de 979.450,00€
1379 para a reabilitação de 30 fogos, cujo concurso público foi agora lançado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

1380 Questionou se esse dinheiro foi aplicado em termos financeiros ou esteve à
1381 ordem.
1382 Deu nota que das empreitadas e serviços contratados, verificou que num
1383 total de 4.200.000,00€, cerca de 2.000.000,00€ foram efetuados por
1384 concurso público.
1385 Registou que os Fornecimentos e Serviços Externos registam um aumento
1386 de 27,8%, fundamentalmente devido a três rubricas: os subcontratos,
1387 serviços de vigilância e segurança e deslocações e estadias.
1388 Solicitou que na página 98 se alterasse a expressão “Assembleia Geral”
1389 para “Assembleia Municipal”, e onde está “órgãos sociais”, colocar
1390 “órgãos municipais”.
1391 Referiu que na página 42 (96 de 322) na rubrica Benefícios dos
1392 Empregados, verifica-se um aumento de 1.800.000,00€ nas despesas com o
1393 pessoal, acreditando que seja por força das delegações de competências nas
1394 áreas da
1395 saúde e educação, mas é preciso corrigir o quadro pois tem a mesma data
1396 nas duas colunas, 31.12.2022 – alterar uma para 2023; que na página 30
1397 (84 de 322) é referido que o Município não tem contratos de locações,
1398 tendo questionado se nos últimos meses não foram adquiridas viaturas em
1399 leasing ou renting; que na página 17 (71 de 322), na rubrica m) Benefícios
1400 dos Empregados, é referido que contratam uma empresa relativamente a
1401 atualizações salariais para pensões e acidentes de trabalho, tendo
1402 questionado quem é essa empresa e se esse trabalho não poderia ser feito
1403 internamente.
1404 Realçou que continua a haver uma lacuna que se arrasta há anos, desde o
1405 seu tempo, que é a implementação da contabilidade analítica.
1406 Deu nota que verificou que as obras no Hospital de Oliveira do Arda não
1407 avançaram em 2023, porque ainda não tinha chegado o “cheque” da
1408 Administração Central, ou melhor, porque ainda aguardam aprovação do
1409 financiamento relativamente ao aviso/convite para a realização desta
1410 empreitada. Referiu que espera que 2024 contrarie a tendência de 2023 e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 664

2022, em que não houve avisos para os Municípios no âmbito dos fundos comunitários, como está refletido na página 15 (17 de 322).

O deputado Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para dizer que quando chegam a esta altura do relatório de contas é quase como nos orçamentos, cada um tem a sua visão sobre aquilo que pretende para o Município; quando chegam ao relatório de contas a situação é ligeiramente inversa, ou seja, é a forma como olham para aquilo que foi feito, sendo que, naturalmente, o poder tenta puxar pelos galões daquilo que foi feito durante o ano anterior e a oposição tenta denunciar aquilo que não terá sido devidamente feito ou teria sido feito de outra forma nas várias áreas, é assim que funciona a democracia.

Referiu que em resposta à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPM), sobre a convergência entre os principais partidos da oposição, pensa que deve funcionar de forma diferente: convergente naquilo que será essencial e divergente porque as ideologias são divergentes e o salutar da democracia muitas vezes funciona na divergência, e vê-se essa divergência nos relatórios de contas e nos orçamentos, algo que é saudável para o bom funcionamento da democracia. Referindo-se ao documento em si, repetiu que quem está no poder puxa pelos galões, puxa para aquilo que foi feito, e sendo este o terceiro relatório de contas do atual executivo, não tem memória de terem falado em peso de dívida financeira, não falaram em asfixia financeira, não falaram em dificuldade em liquidar contas do Município ou em dificuldade em perspetivar o futuro do Município em função das restrições orçamentais, e que isso é um dado bom para todos.

Realçou que nenhum deputado põe em causa a veracidade técnica dos documentos, porque se comesçassem a desconfiar de toda a gente seria o caos e não seria a democracia a funcionar; que pensar de forma diferente ou divergente não significa desconfiar tecnicamente dos documentos, bem pelo contrário.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

1441 Deu nota que apesar das contas do Município estarem saudáveis e fortes,
1442 com um saldo de tesouraria bastante expressivo que lhes causa uma certa
1443 inquietação, ou seja, como é que existem tantas necessidades no Município
1444 e, ao mesmo tempo, o saldo em tesouraria não para de crescer. Disse que
1445 não querendo usar a expressão da Vereadora Liliana Vieira de que terão
1446 sítios onde gastar esse dinheiro, o GMPS pensa de forma diferente: devem
1447 investi-lo de forma concertada ao longo dos quatro anos do mandato.
1448 Referiu que a sensação com que ficam é que estão a amealhar para depois
1449 gastar no ano seguinte e não é isso que o GMPS pretende, mas sim
1450 investimento organizado, investimento de encontro às necessidades de
1451 todos os Paivenses, um investimento que corresponda àquilo que tanto
1452 anseiam e defendem os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia para as
1453 suas freguesias.

1454 Realçou que o peso da mão-de-obra continua a ser expressivo, é uma coisa
1455 que já é não é de agora, representando 33% do orçamento, o que é
1456 significativo; que a execução orçamental continua muito aquém daquilo
1457 que é exigido pela legislação, está abaixo dos 85%, cerca de 74% da
1458 receita, 63% da despesa, sendo certo que têm vindo a recuperar, mas ainda
1459 continuam muito abaixo daquilo que é exigido.

1460 Questionou se podem contar com a contabilidade analítica implementada
1461 no Município neste ano de 2024 para se refletir no relatório de contas do
1462 ano seguinte.

1463 Realçou o aumento das receitas através de impostos: no “IMI - Imposto
1464 Municipal sobre Imóveis” o aumento é de cerca de 28%, pouco
1465 expressivo; no “IUC – Imposto Único de Circulação” há um aumento de
1466 quase 5,5%; o aumento do “IMT - Imposto Municipal sobre Transmissões
1467 Onerosas” é de 65% e o aumento do “IRS” é de 15%. Referiu que quando
1468 há este aumento de receitas por parte dos Municípios acha que só há uma
1469 de três situações: ou os Municípios aumentaram as taxas de impostos, facto
1470 que não aconteceu; ou os intervenientes começaram a ganhar muito mais,
1471 facto que, provavelmente, não terá acontecido; ou então significa que há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 465

mais população a contribuir localmente, que é aquilo que lhes parece que terá acontecido. Se assim é, disse, isso significa que também é uma boa herança, ou seja, por um lado, o executivo herdou, e bem (espera que continuem assim), umas contas públicas saudáveis e, por outro lado, também herdou, e bem, resoluções, por exemplo, do caso “Marmoiral”, que tantas bandeiras políticas deu de um lado, e de outro, e que finalmente ficou resolvido, trazendo população para Castelo de Paiva. Disse que isso são factos que registam.

Concluiu, referindo que caso estes valores relativamente aos impostos não correspondam à interpretação do GMPS pedia que justificassem e contrariassem da melhor forma possível.

O deputado Carlos Trindade (GMPS) usou da palavra para referir que lhe cumpria dizer, a título prévio, que em termos de impostos, se bem se recorda, e não vai assim tanto tempo quanto isso, que o anterior Governo foi aquele que incidiu sobre as famílias portuguesas a maior carga fiscal, ou seja, é verdade que grande parte do “IRS” e afins é uma receita também dos Municípios e, nessa medida, como não poderia deixar de ser, o Município arrecada receita, por isso, dizer-se e tentar demonstrar que há receita e que é este executivo municipal ... não, que isso é mentira.

Realçou que ia demonstrar que este executivo se preocupou no ano de 2023 (esperando que o faça em 2024) com as famílias Paivenses. Disse que analisando as contas de 2023, e analisando os documentos, há algumas questões de querer colocar que se prendem, sobretudo, com a constatação de factos da gestão deste executivo, tendo salientado que vão puxar dos galões, porque se outrora o fizeram, porque é que não haverão de o fazer. Referiu que a Vereadora Liliana Vieira explicou de forma clara as contas referentes ao ano 2023, tendo questionado se é, ou não, verdade que são as contas que nestes últimos 5/6 anos apresentam as maiores taxas de execução, nomeadamente na receita arrecadada; se é, ou não, verdade que, ao contrário do passado, não têm baixa liquidez financeira; se é, ou não, verdade que não têm um risco de incumprir certos e determinados planos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

de pagamento; se é, ou não, verdade que ao contrário daquilo que se vai apregoando de que este executivo trata de forma desigual as freguesias, que este executivo transferiu mais verba para todas as freguesias e não discriminou nenhuma delas; se é, ou não, verdade que ajudaram mais as famílias; que de forma global, se é, ou não, verdade que é o maior investimento que de forma direta ou indireta, muito contribuiu para a melhoria da vida dos Paivenses.

A deputada Vanessa Pereira (GMPSD) usou da palavra para dizer que esta é uma das prestações de contas com maiores taxas de execução dos últimos 7/8 anos que tenham sido apresentadas à Câmara Municipal. Referiu que não cumpriram os 85% que precisavam, mas estão muito longe dos 43%, dos 54%, dos 52% que já votaram nesta Câmara Municipal.

Realçou que se no passado tinham relatórios que falavam da falta de liquidez, do risco de terem pagamentos em atraso, e se nessa altura puxaram dos galões para dizer que tinham boas contas e corretas, porque é que agora que têm uma das maiores taxas de execução, que ajudam mais as famílias e as entidades, não o podem fazer, questionou.

Defendeu que estão perante uma prestação de contas que no entender do GMPSD é transparente, que demonstra assertividade naquilo que o Município quer fazer e, acima de tudo, é de uma clareza total, tal como o são as explicações que foram hoje dadas pelo executivo. Referiu que houve alturas nesta Assembleia Municipal em que as explicações foram menores e as dúvidas eram muito maiores.

Questionou a que anos se referem as dívidas incluídas no montante de 358.000,00€; há quanto tempo é que andam com essas dívidas no Município; a que anos se referem os valores que o Município tinha em atraso à “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” que rondavam os 150.000,00€.

Realçou que estava plasmado nos anteriores relatórios de execução trimestral que o Município incumprindo o plano de pagamentos ficava mesmo em situação de ter pagamentos em atraso, e houve alturas em que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 466

1534 teve pagamentos em atraso, pelo que também convinha dar esse
1535 esclarecimento. Defendeu que o amealhar é para depois se poder gastar
1536 naquilo que é efetivamente importante, não é para se gastar em obras que
1537 ficaram com situações inacabadas, como ausência de corrimões em escolas
1538 com vãos de mais de 3 metros de altura; o gastar-se em situações que
1539 depois perceberam que estavam a gastar, por exemplo, em terrenos
1540 particulares e que resultaram no pagamento de indemnizações.
1541 Referiu que é verdade que o Município tem dinheiro, mas também é
1542 verdade que se deve muito à boa gestão deste executivo, à forma criteriosa
1543 como faz a gestão das contas do Município, à forma criteriosa como faz os
1544 investimentos sempre a pensar, presume, naquilo que é o melhor para os
1545 Paivenses, que é isso que é importante.
1546 **A Vereadora Liliana Vieira** usou da palavra para responder às questões
1547 que foram colocadas nas anteriores intervenções.
1548 Respondendo às questões colocadas pelo deputado Paulo Teixeira
1549 (GMUCPT), confirmou que o património do Município ainda não se
1550 encontra atualizado. Disse que iniciaram no corrente ano um processo de
1551 atualização com recurso a técnicos do Município coadjuvados pela empresa
1552 que certifica as contas da Câmara Municipal, esperando que este assunto
1553 tenha uma maior precisão na próxima prestação de contas. Salientou que é
1554 um património muito vasto, estando os serviços a atualizar o existente e a
1555 registar os edifícios escolares que passaram para a tutela do Município, tal
1556 como os edifícios do Centro de Saúde.
1557 Relativamente ao “draft” e aos comentários da empresa que certifica as
1558 contas, respondeu que o relatório final já está na posse do executivo.
1559 Explicou que na altura em que enviaram a prestação de contas tinham o
1560 “draft” mas não tinham o documento final, sendo que este não altera o que
1561 está no “draft” disponibilizado à AM.
1562 Sobre os recebimentos em atraso no montante de 258.000,00€, informou
1563 que criaram este ano uma “task force” que inclui o Gabinete Jurídico,
1564 porque há milhares de execuções fiscais que estavam paradas, algumas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

1565 remontam a 2002, não sabendo se esses valores são exigíveis, algo que está
1566 a ser analisado pelo Gabinete Jurídico. Referiu que a maior parte da dívida
1567 é referente a prestação de serviços de abastecimento de água, lixo e
1568 saneamento. Informou que os munícipes estão a ser notificados para ou
1569 aderir a um plano de pagamento, ou havendo disponibilidade, fazer a
1570 liquidação junto do Município, esperando que no próximo ano não tenham
1571 estes valores registados nos mapas, ou se ainda estiverem, que possam
1572 informar os Senhores Deputados se há algum plano de pagamentos a
1573 decorrer e qual o montante que lhe está associado, ou se terão de fazer
1574 alguma regularização no que concerne à prescrição destes valores, sendo
1575 que, entretanto, já detetaram que algumas empresas já cessaram a atividade,
1576 pelo que estes valores já nem sequer são devidos, mas a Câmara Municipal
1577 terá que fazer a regularização junto da Autoridade Tributária do IVA a
1578 favor do Município referente às faturas emitidas.
1579 Em relação à Norma de Controlo Interno, respondeu que já foi validada
1580 pelo Gabinete Jurídico no início deste mês e será enviada à próxima
1581 reunião de Câmara.
1582 Relativamente ao processo “Marmoiral”, respondeu que foram notificados
1583 pelo mandatário que representa o Município neste processo no sentido de
1584 que o risco de perda desta ação diminuiu, daí não constar do documento
1585 referido.
1586 Informou que o montante de 979.000,00€ recebido do “IHRU – Instituto da
1587 Habitação e da Reabilitação Urbana” não foi aplicado, está em caixa para
1588 fazer face às faturas que vão ser apresentadas assim que se iniciem os
1589 trabalhos de requalificação das habitações. Referiu que o processo apenas
1590 aguarda uma pequena alteração contabilística que faz parte da ordem de
1591 trabalhos desta AM, para que se possa fazer a consignação da empreitada e
1592 dar início aos trabalhos.
1593 Informou também que tomaram nota das propostas feitas pelo deputado
1594 Paulo Teixeira (GMUCPT) de alteração ao Relatório de Gestão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 467

Solicitou ao deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) que lhe fizesse chegar por escrito algumas das questões que fez, nomeadamente a referente a uma empresa relacionada com salários e pensões. Respondeu que não têm nenhuma empresa associada àquele assunto, podendo ser alguma situação que possa estar menos bem refletida no Relatório de Gestão, porque são os serviços de recursos humanos do Município que processam os salários e pensões dos funcionários.

Referindo-se à intervenção do deputado a Manuel Mendes (GMPS), informou que o atual executivo ainda não fez nenhuma atualização da tabela de taxas, a não ser a atualização anual decorrente da taxa de inflação prevista, pelo que se o Município tem receita própria oriunda dos impostos isso advém da dinâmica do próprio Município e de quem reside no concelho.

Salientou que não é nenhum crime ter os montantes referidos em caixa. Referiu que vão saber investir o dinheiro, têm trazido a reunião de Câmara para deliberação valores de investimento, por vezes, na ordem do meio milhão de euros, pelo que não estão a guardar o dinheiro para o último ano, ainda falta um ano e meio para o final do mandato e saberão direcionar os fundos para as prioridades e para as necessidades dos nossos municípios. Referindo-se às intervenções dos deputados do GMPD, referiu que é óbvio que são das maiores taxas de execução dos últimos anos, mas ainda não são as que desejam, porque querem cumprir com aquilo que todos os anos perspetivam no orçamento, sendo que têm feito grandes progressos. Realçou que 74% de execução da receita quer dizer que estão cada vez mais próximos daquilo que são as previsões do executivo aquando da elaboração dos orçamentos, pelo que têm o objetivo de durante o ano de 2024 ter uma execução ainda superior à que hoje apresentam e isso é motivo de satisfação e orgulho para o executivo.

Deu nota que têm sido criteriosos no investimento, estando perfeitamente cientes daquilo que são as necessidades do Município; que às vezes têm feito compassos de espera porque querem ter liquidez de tesouraria para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

1626 suportar a comparticipação nacional de todos os financiamentos a que o
1627 Município se possa candidatar, que é da responsabilidade dos Municípios,
1628 mas também chegaram a uma altura em que se os avisos não abrem a
1629 Câmara Municipal está pronta a avançar a expensas próprias para fazer
1630 esses investimentos, ou seja, estão a saber usar aquilo que têm em caixa.
1631 Salientou que continuam a tratar todas as freguesias por igual. Referiu que
1632 os Senhores Presidentes de Junta não se têm manifestado de forma
1633 diferente nas AM. Informou que em 2023 implementaram o programa
1634 “Apoio de Proximidade”, sendo que recordava que logo em 2021, quando
1635 estavam a preparar o orçamento para o ano de 2022, fizeram um reforço de
1636 40.000,00€ da verba referente à limpeza das vias, e já neste ano de 2024 os
1637 Senhores Presidentes de Junta viram novo aumento de 50.000,00€ no
1638 âmbito das delegações de competências. Em suma, disse, entre 2022 e
1639 2024, foram 90.000,00€ só para a limpeza de vias mais o programa “Apoio
1640 de Proximidade”, não esquecendo que sempre que os Senhores Presidentes
1641 de Junta solicitam à Câmara Municipal matérias-primas ou a cedência de
1642 mão-de-obra, o executivo, dentro das suas possibilidades, tem colaborado
1643 com todas as Juntas de Freguesia.
1644 Realçou que 2023 foi o ano em que apoiaram muitas famílias com medidas
1645 que tiveram em 2023, e já em 2024, um impacto de mais de 200.000,00€,
1646 estando o executivo a preparar outras medidas de apoio; que também há
1647 apoios destinados à liquidez de tesouraria das IPSS do concelho que terão
1648 oportunidade de discutir na prestação de contas de 2024, sendo que este
1649 ano já atribuíram um apoio àquelas instituições com a devolução do valor
1650 da água pago em 2022 e 2023 para reforço de tesouraria.
1651 Referindo-se aos valores que não estavam regularizados junto da “CIM-TS
1652 - Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, respondeu que já teve
1653 oportunidade de dizer que tiveram uma reunião com a aquela entidade
1654 sobre este assunto. Informou que os valores dizem respeito a projetos
1655 cofinanciados que o Município desenvolveu com a “CIM-TS - Comunidade
1656 Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, em que a comparticipação do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 468

Município para esses projetos tem de ser liquidada junto da referida entidade. Referiu que o executivo foi convocado para uma reunião junto da “CIM-TS - Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” onde foi informado que o Município tinha cerca de 150.000,00€ para liquidar referentes ao programa “PIICIE – Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar”, que já estava concluído, e aos sapadores de 2020 e 2021. Disse que foram valores que não foram executados noutras atividades porque tiveram de honrar as responsabilidades do Município junto daquela entidade, sendo que isto não quer dizer que os projetos não eram necessários, mas acha que numa ótica de boa gestão os pagamentos referentes aos mesmos deviam ter sido feitos nos anos respetivos e não agora, designadamente valores que vinham do período entre 2015 e 2022.

O deputado Manuel Mendes (GMPS) interveio novamente para dizer que não questionaram a veracidade técnica do documento que lhe apresentaram, mas sim a vontade política da execução do orçamento.

Referiu que existe falta de investimento, falta de coragem política e ousadia para resolver os problemas do Município, por exemplo as piscinas municipais de Sobrado; o pavilhão municipal dos desportos de Sobrado; falta de estratégia no turismo; uma política de combate ao desperdício de água; política de boas práticas ambientais; a construção das prometidas novas piscinas municipais; o centro de artes da Academia de Música; não há um único metro quadrado de construção da nova “ELH - Estratégia Local de Habitação” e não existem políticas de fixação de jovens. Em contrapartida, disse, existem cerca de 6.000.000,00€ em saldo tesouraria.

Deu nota que a única novidade que lhes trouxeram para 2023, a gala do desporto, nem isso foram capazes de fazer.

Referiu que é “uma governação à vista”, fraca, frágil, a fazer lembrar uma liderança desistente e que “deitou a toalha ao chão”, havendo falta de ambição para Castelo de Paiva, pelo que os eleitos pelo PS vão votar contra o documento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

1687 **A deputada Vanessa Pereira (GMPD)** interveio novamente para dizer
1688 que durante 12 anos houve um total desleixo nos equipamentos
1689 desportivos; não tiveram as novas piscinas que já estavam prometidas há
1690 mais de 30 anos; não tiveram a aquisição de terrenos para a “ELH -
1691 Estratégia Local de Habitação”, nem mesmo aqueles que apareciam na
1692 maquete do Choupelo cujo problema foi resolvido com a Junta de
1693 Freguesia para que o terreno fosse do Município.
1694 Deu nota que as contas refletem, acima de tudo, coragem para requalificar
1695 tudo aquilo que lhes deixaram “a cair”: as piscinas municipais; a piscina do
1696 Castelo; o pavilhão municipal dos desportos que a todos envergonha,
1697 porque durante anos foi deixado ao abandono; o pavilhão do Couto Mineiro
1698 do Pejão no qual a Câmara Municipal deliberou fazer um investimento de
1699 mais de 500.000,00€ para corrigir as deficiências do projeto, etc.
1700 Salientou que têm em 2023 a maior taxa de execução comparativamente às
1701 contas dos últimos anos, até daquelas que defendiam que eram boas contas
1702 e que tinham taxas de execução de 52%/60%; há mais apoios para as
1703 famílias; mais apoios às Juntas de Freguesia; mais apoios às IPSS; mais
1704 obras em todas as freguesias, não há freguesias de esquerda nem de direita,
1705 nem boas nem más, todas as freguesias são tratadas por igual; têm uma
1706 prestação de contas que demonstrou critério, assertividade, rigor e
1707 transparência; têm uma prestação de contas que disse aos Paivenses que é
1708 possível fazer investimento, à semelhança dos montantes que eram
1709 executados em anos anteriores, mas ter saldo de gerência; têm uma
1710 prestação de contas que disse aos Paivenses que riscaram de vez dos
1711 relatórios os saldos de tesouraria negativos, a probabilidade de
1712 incumprirem com os fornecedores e de terem sempre fundos disponíveis
1713 negativos.
1714 Realçou que, provavelmente, foi difícil para este executivo chegar aqui;
1715 que custa reconhecer o trabalho feito e custa reconhecer que este executivo
1716 tem um rumo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 469

Deu nota que usava muito uma frase há uns tempos em que dizia que havia executivos que governavam para as próximas eleições e nunca para as próximas gerações, por isso é que tinham obras feitas a correr com as deficiências que todos conhecem. Disse que este executivo, ao que parece, tem uma visão para as próximas gerações, tem a visão de gastar o dinheiro de forma criteriosa e não à “tripa-forra” para fazer obras antes das eleições, que é o que tanto preocupa o PS; que o que preocupa o PS é que este executivo esteja a amealhar para fazer o que faziam antes, que era gastar antes das eleições, com obras a serem inauguradas a 2 ou 3 dias das eleições autárquicas; que não é isso que presume que este executivo queira fazer e espera que não seja isso que este executivo vá fazer.

Salientou que nunca as Juntas de Freguesia tiveram tanto investimento nas suas freguesias, como nalgumas não tinham nenhum passaram a ter algum, pelo que dava os parabéns ao executivo por estas contas que são as melhores contas que têm ao fim de várias décadas.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que o deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) lhe deu nota através de mensagem que fez uma questão sobre o facto de os relatores terem emitido uma opinião com reservas. Referiu que diria que decorre da redação que está no documento de que há informação de anos anteriores que não está disponível, tendo, no entanto, solicitado ao Dr. José Carmo, técnico que certificou as contas do Município e que está presente na sessão, que esclarecesse o porquê de ter emitido uma opinião com reservas.

O Dr. José Carmo esclareceu que tal decorre de um jargão técnico e das próprias minutas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Explicou que uma vez que têm uma reserva por limitação de âmbito que se prende com o facto de não conseguirem confirmar a questão do inventário, naturalmente, têm uma opinião com reservas. Referiu que se não tivessem esta reserva sairia uma opinião sem qualquer reserva.

Deliberação: Apreciados e aprovados por maioria, com 7 votos contra do GMPS, 7 abstenções (2 do GMPS (Sr. Presidente da Junta de Freguesia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

1748 Santa Maria de Sardoura e Sr. Presidente da UF da Raiva, Pedorido e
1749 Paraíso), 3 do GMMPM e 2 do GMUCPT) e 12 votos a favor (11 do
1750 GMPD e 1 do GMMPM (Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real)).

1751 **7. *Apreciação e deliberação - Integração do Saldo da Gerência do ano de***
1752 ***2023.***

1753 Presente para apreciação e deliberação uma proposta da Câmara Municipal
1754 que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

1755 **O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para dizer que
1756 relativamente a uma comunicação recebida do “IGFEJ - Instituto de Gestão
1757 Financeira e Equipamentos da Justiça” que é referida no documento,
1758 gostava de obter uma explicação sobre o processo de expropriação e a que
1759 se deve essa devolução.

1760 **O deputado Jorge Quintas (GMMPM)** usou da palavra para dizer que
1761 esta integração do saldo de gerência no montante de 2.650.000,00€, no
1762 fundo é um reforço do orçamento. Referiu que o GMMPM na altura da
1763 discussão do orçamento para o corrente ano defendeu que o documento
1764 estava inflacionado.

1765 Referindo-se à parte da despesa, disse há um valor de 20.000,00€ numa
1766 rubrica referente à “AMVS - Associação de Municípios do Vale do Sousa”,
1767 tendo solicitado um esclarecimento.

1768 Deu nota que no Plano Plurianual de Investimentos está previsto na rubrica
1769 de arranjo de estradas, caminhos e outros um montante de 1.000.000,00€, e
1770 na rubrica de conservação da rede viária também um montante de
1771 1.000.000,00€, tendo solicitado em esclarecimento porque, no fundo, são
1772 2.000.000,00€ para a mesma coisa.

1773 **O deputado Manuel Mendes (GMPD)** interveio para colocar a seguinte
1774 dúvida: existe um saldo de gerência do ano de 2023 de cerca de
1775 4.150.000,00€ e há uma dotação de cerca de 2.650.000,00€ para
1776 investimento, pelo que questionava se não seria mais sensato a dotação ser
1777 o total da verba sobrança do ano passado para investimento ou é possível
1778 dotar em outras rubricas que não seja em investimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 470

1779 **O Sr. Presidente da Câmara**, respondendo à questão colocada pelo
1780 deputado Paulo Teixeira (GMUCPT), informou que aquando da
1781 expropriação dos terrenos junto ao rio Douro, a Câmara Municipal teve de
1782 depositar o montante de 161.0000,00€, sendo que uma vez que se chegou a
1783 acordo para o pagamento de 50.000,00€, o Tribunal teve de devolver o
1784 dinheiro que estava depositado em excesso à sua ordem em nome do
1785 Município, daí a devolução do montante de 111.000,00€.

1786 Respondendo às questões colocadas pelo deputado Jorge Quintas
1787 (GMMPM), referiu que o Plano plurianual de Investimentos tem as
1788 rubricas 102 e 105, que são muito parecidas. Disse que englobam não só a
1789 conservação da rede viária, mas tudo o que seja relacionado com as
1790 infraestruturas necessárias.

1791 Informou que no âmbito do levantamento que foi feito pelos serviços de
1792 acordo com as opções do executivo relativamente às empreitadas, entrará
1793 nestes investimentos, por exemplo, a repavimentação e alargamento do
1794 Gafanhão ao Chão da Carroçosa, porque há essa necessidade.

1795 Referiu que a “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”
1796 e a “AMVS - Associação de Municípios do Vale do Sousa” são associações
1797 participadas pelo Município, pelo que em relação a este última, à medida
1798 que há a necessidade de ir fazendo pagamentos repartidos entre os seis
1799 municípios na respetiva proporção, têm que prover à competente dotação
1800 orçamental, estando o mesmo a ser feito em relação à “CIM-TS –
1801 Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, dado que apesar de ainda
1802 não haver financiamentos em aberto, vão antecipando os compromissos
1803 que são assumidos pelos onze Municípios, procedendo à elaboração de
1804 estudos e projetos, para que depois os possam candidatar mediante a
1805 abertura dos vários avisos.

1806 Esclareceu que relativamente aos encargos com a saúde, apesar de já não
1807 competir ao Município fazer os pagamentos à “ADSE – Instituto Público
1808 de Gestão Participada”, esta entidade ainda está a fazer chegar aos serviços
1809 municipais despesa que foi realizada no ano de 2023 a suportar pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

Município até ao final de junho. Explicou que achando que seria um valor residual a inscrever no orçamento para 2024, não acautelaram o valor total que a “ADSE – Instituto Público de Gestão Participada” poderá vir a solicitar ao Município.

Respondendo à questão colocada pelo deputado Manuel Mendes (GMPS), informou que também já a colocaram ao Revisor Oficial de Contas. Referiu que se o executivo entende que dos cerca de 4.000.000,00€ necessita apenas de 2.600.000,00€, não há necessidade, tal como disse o deputado Jorge Quintas (GMMPM), de estar a empolar o orçamento, até porque pretendem atingir os 85% de execução orçamental.

Deliberação: Apreciado e aprovado por maioria, com 10 abstenções (7 do GMPS e 3 do GMMPM) e 16 votos a favor (11 do GMPSD, 2 do GMPS (Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura e Sr. Presidente da UF da Raiva, Pedorido e Paraíso), 1 do GMMPM (Sr. Presidente da Junta de Freguesia de REAL) e 2 do GMUCPT).

8. Apreciação e deliberação - Terceira Proposta de Correção Material do PDM – Plano Diretor Municipal de Castelo de Paiva.

Presente para apreciação e deliberação uma proposta da Câmara Municipal que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) usou da palavra para dizer que o “PDM – Plano Diretor Municipal” foi publicado em fevereiro de 2021 e vão na sua 3.ª correção material, isto porque desde aquela data foram detetados um conjunto de erros materiais e lapsos gramaticais no regulamento e nas plantas de ordenamento e de condicionantes, bem como nos elementos que acompanharam a revisão do documento.

Deu nota que na época, como munícipe, alertou para algumas situações e a pressa com que o “PDM – Plano Diretor Municipal” estava a ser aprovado, e logo em ano eleitoral, mas na altura fizeram ouvidos de mercador a esses alertas: ter razão antes do tempo é muito bom.

Referiu que hoje vem a esta AM a 3.ª correção material ao “PDM – Plano Diretor Municipal”, esperando que seja a última antes da próxima revisão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 471

(afinal já vão com mais de três anos com o “PDM – Plano Diretor Municipal” em vigor).

Salientou que tal como foi referido no debate no sábado passado por um ex. presidente eleito pelo PS, com o qual concorda, algo já melhorou na “DPUH – Divisão de Planeamento, Urbanismo e Habitação” com o atual executivo, mas ainda é preciso melhorar mais, senão veja-se o que consta deste ponto 8: num dos processos o despacho do Sr. Presidente da Câmara ao requerimento do munícipe é de 17 de novembro de 2022, o despacho do Diretor de Departamento é de 23 de novembro do mesmo ano, e o gabinete jurídico despacha para o assunto ser presente a reunião de Câmara e à AM a 14 de Novembro de 2022, e 17 meses depois vem hoje à Assembleia Municipal, não se compreendendo este atraso.

Deliberação: Apreciada e aprovada por unanimidade.

9. Apreciação e deliberação - Reabilitação de 30 habitações nos conjuntos habitacionais de Curvite, Póvoa, Raiva e Oliveira do Arda – Repartição de Encargos Plurianuais.

Presente para apreciação e deliberação uma proposta da Câmara Municipal que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) usou da palavra para dizer que nada tem a opor a este ponto.

Referiu que a “ELH - Estratégia Local de Habitação” é fundamental para resolver o problema de muitas famílias Paivenses que já aqui vivem e é transversal a muitos dos problemas que existem neste concelho.

Defendeu que atrair novas pessoas para o concelho deve ser também uma prioridade, criando-se, por exemplo, loteamentos de iniciativa municipal e disponibilizando habitações a custos controlados, tudo isto conjugado com a conclusão das acessibilidades prometidas. Assim, disse, e com um pensamento otimista, se a Variante à EN 222 for a concurso até ao fim de 2024, no segundo semestre de 2025 poderão ter a obra no terreno e final de 2026, início de 2027, terão a obra concluída.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

Deu nota que a Carta Educativa diz-lhes que, se a tendência não for invertida, o ano letivo 2026/2027 será um ano muito mau para o concelho, com muitas escolas a serem encerradas por falta de alunos e um decréscimo acentuado da população escolar: na última década o concelho perdeu mais de 46% da população estudantil.

Concluiu, referindo que urge resolver a questão da habitação e a concretização das referidas acessibilidades.

O deputado Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para dizer que há um prazo limite para a conclusão deste processo, tendo questionado qual era a data, e se o tempo é suficiente para que esse prazo seja cumprido.

O deputado Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se lhes podia dizer que erros e que omissões é que percebeu que aquele teria dito que havia e que têm de justificar a alteração - não fala apenas da questão de 2026, fala em erros e omissões.

Questionou se o facto de estarem atrasados neste processo poderá, ou não, significar que podem perder o financiamento da execução da obra.

Deu nota que desde a primeira hora que o PS se tem debatido sobre esta temática, e verificam que os municípios à nossa volta estão a finalizar obras no âmbito da “ELH - Estratégia Local de Habitação”; veem vários municípios do país, de todos os partidos políticos, a entregar habitações sociais novas e estão hoje a discutir procedimentos que têm erros e omissões administrativos; que quando a maior parte dos municípios estão a concluir os processos, estão a entregar as obras, Castelo de Paiva ainda está a tratar da papelada quando estava na linha da frente das candidaturas, algo que lhe mete um bocado de confusão.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que concordava com a intervenção do deputado Paulo Teixeira (GMUCPT).

Em relação aos erros e omissões, esclareceu que houve a necessidade de retificar o mapa de quantidades e orçamentação, o que foi feito em sede de reunião de Câmara. Referiu que aquando do concurso público houve um atraso de cerca de um mês, porque havia materiais que apesar de terem sido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 472

1902 aprovados pelo “IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana”,
1903 e de terem sido alvo de audição, não se coadunavam com os equipamentos
1904 necessários para a estratégia, daí se ter feito a alteração da qual resultou
1905 uma redução do valor total da candidatura, sendo que as obras têm de estar
1906 concluídas até dezembro de 2026.

1907 Deu nota que esta alteração teve de ser feita porque não havia verba
1908 contemplada para o ano de 2026, uma vez que a previsão era a de que a
1909 obra ficasse concluída em 2025, ficando assim salvaguardados os
1910 compromissos plurianuais para que depois o empreiteiro não apresente
1911 pedidos de prorrogação do prazo de conclusão da obra.

1912 Em relação à “ELH - Estratégia Local de Habitação”, referiu que os outros
1913 concelhos, muitos deles, tinham projetos, sendo que o único projeto
1914 contratado que lhe deixaram ficou pronto em março deste ano. Referiu que,
1915 entretanto, tiveram de entrar em contato com a UF da Raiva, Pedorido e
1916 Paraíso para fazer o direito de superfície dos terrenos a favor da Câmara
1917 Municipal senão nem se podiam candidatar.

1918 Informou que a aquisição dos terrenos foi feita, e pode dizer que até 30 de
1919 março de 2023 deram entrada na plataforma do “IHRU – Instituto da
1920 Habitação e da Reabilitação Urbana” os terrenos de Bairros, Real,
1921 Meirinhas, Póvoa 2, Choupelo, São Martinho e Sardoura, para além da
1922 autorização para a aquisição, pelo que conseguiram em tempo que poderá
1923 não ter sido record, adquirir os terrenos que lhes faziam falta para suprir as
1924 necessidades habitacionais; que aproveitaram, no caso de Sardoura e São
1925 Martinho, duas escolas que não se encontram em funcionamento para as
1926 reabilitar para fixar ali pessoas.

1927 Realçou que o trabalho está a ser feito e espera que em 2026 a “ELH -
1928 Estratégia Local de Habitação” esteja concluída e consigam fixar mais
1929 pessoas em Castelo de Paiva.

1930 Informou também que muitos dos terrenos, pelos metros que possuem, vão
1931 possibilitar a criação de lotes para serem vendidos a preços reduzidos para
1932 primeira habitação: no caso de Real são cerca de 19.000 metros, em Bairros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

são cerca de 12.000 metros, Póvoa 2 tem uma área sobrando envolvente a todo o cemitério da Póvoa para tentar fixar pessoas e para a criação de lotes. Disse que a única freguesia onde ainda lhes falta adquirir terrenos é na de Fornos pela baixa disponibilidade de terrenos de construção que, na sua maioria, pertencem à paróquia, sendo que os restantes proprietários não pretendem vender. Mesmos assim, referiu, está tudo encaminhado para se adquirir ainda durante este mês, ou no início do próximo, o terreno que falta para arrancar com a “ELH - Estratégia Local de Habitação” naquela freguesia.

Deliberação: Apreciado e aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que sendo 00:10 minutos, e seguindo a deliberação tomada no início da AM, os restantes pontos da ordem de trabalhos serão apreciados numa segunda reunião.

O deputado Jorge Quintas (GMMPM) questionou se o Regimento prevê (acha que sim, não tem a certeza) um prazo para o agendamento da continuação da AM, e qual é que será a data prevista para essa reunião.

O Sr. Presidente da AM respondeu que não encontrou no Regimento um normativo que preveja um prazo para o agendamento da reunião. Disse que ele próprio e o trabalhador que dá apoio à AM vão analisar o Regimento com mais detalhe, e antes de agendar a data da reunião vai contactar os líderes dos GM sobre a data mais conveniente para todos.

A reunião foi suspensa às 00:15 horas, tendo-se aprovado, por unanimidade, a minuta da ata com os pontos já apreciados e deliberados, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3, do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

No dia 29 de maio de 2024, reuniu, pelas 20:30 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Castelo de Paiva, a Assembleia Municipal (AM), para a segunda reunião da sessão ordinária de 22 de abril, com a seguinte ordem de trabalhos:

Período Antes da Ordem do dia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 473

1964	1. -----.
1965	2. -----.
1966	3. -----.
1967	4. -----.
1968	Período de Intervenção do Público
1969	5. -----.
1970	Período da Ordem do dia
1971	6. -----.
1972	7. -----.
1973	8. -----.
1974	9. -----.
1975	10. Recomendação e relatório da visita ao Canil/Gatil Intermunicipal
1976	Cinfães e Castelo de Paiva.
1977	10.1. Apreciação e discussão do relatório.
1978	10.2. Apreciação e deliberação de recomendação.
1979	11. Comissão Permanente de Acompanhamento do Testamento do Conde
1980	de Castelo de Paiva.
1981	11.1. Discussão e apreciação - Teor da última reunião da Comissão
1982	Permanente de Acompanhamento, realizada aos 14 de março de 2024.
1983	11.2. Informação e discussão - Ponto da situação quanto às diligências
1984	concretas levadas a cabo pelo Executivo Municipal e contidas no Relatório
1985	Final aprovado por unanimidade por esta Assembleia Municipal.
1986	11.3. Informação e discussão - Ponto atual da situação sobre o Memorando
1987	de Entendimento e perspetivas futuras, no entender do Exmo. Sr.
1988	Presidente da Câmara e da Câmara Municipal.
1989	12. Discussão e apreciação do Boletim Municipal de dezembro de 2023.
1990	13. Informação para apreciação e conhecimento da AM:
1991	13.1. Plano de Desenvolvimento Social - 2024-2030.
1992	Período de Intervenção do Público
1993	14. Intervenção do Público.
1994	Mesa:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

1995	Presidente: Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira
1996	Primeiro-Secretário: Pedro Maldonado Martins de Carvalho
1997	Segunda-Secretária: Ana Margarida Pinto da Rocha
1998	Deputados Eleitos presentes na reunião:
1999	• Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira (GMPD);
2000	• José António da Costa Moreira da Rocha, em substituição de Gonçalo
2001	Fernando da Rocha de Jesus (GMPD);
2002	• Pedro Maldonado Martins de Carvalho (GMPD);
2003	• Manuel António da Rocha Pereira (GMPD);
2004	• Jorge Humberto Castro Rocha Quintas (GMPD);
2005	• Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira (GMPD);
2006	• Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro (GMPD);
2007	• Paulo Ramalheira Teixeira (UCPT);
2008	• Carlos Filipe Gonçalves Trindade (GMPD);
2009	• Olinda Tavares Noronha, em substituição de Manuel António Fernandes
2010	Mendes (GMPD) e Filipe Miguel de Sousa da Costa (GMPD);
2011	• José Carlos Vieira Tavares, em substituição de António Luis da Costa
2012	Esteves (GMPD);
2013	• Rodrigo António Joaquina Pereira, em substituição de Sílvia Raquel
2014	Amaral da Cruz (GMPD);
2015	• António da Silva Pinto (GMPD);
2016	• Ana Margarida Pinto da Rocha (GMPD);
2017	• Giselda Martins de Sousa Neves (GMPD);
2018	• Manuel José Soares Marçal (GMPD);
2019	• João Luiz da Silva Vieira (GMPD);
2020	• Ângelo Soares Fernandes (GMPD);
2021	• Cristiana Sofia Martins Vieira, em substituição de Inês Duarte da Silva
2022	Martins e João Manuel Ferreira da Silva (GMPD);
2023	• José Vieira Gonçalves (GMPD).
2024	Presidentes de Junta de Freguesia presentes na reunião:
2025	• António da Costa e Cunha (GMPD);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 474

- 2026 • Pedro Miguel de Jesus Mendes (GMPS), em substituição do Presidente da
2027 União de Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso;
- 2028 • José António de Sousa Teixeira (GMPS), em substituição do Presidente
2029 da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sadoura;
- 2030 • José da Rocha e Silva (GMPD), em substituição do Presidente da Junta
2031 de Freguesia de S. Martinho;
- 2032 • José Manuel de Magalhães Rodrigues (GMPD), em substituição do
2033 Presidente da Junta de Freguesia de Fornos;
- 2034 • Carlos Alberto Moreira da Rocha (GMPM).
- 2035 **Faltou:** Paulo Carlos Alves Vieira (UCPT), com motivo justificado.
- 2036 **Elementos da Câmara Municipal (CM) presentes na reunião:**
- 2037 Presidente da Câmara: José Duarte de Sousa e Rocha
- 2038 Vereadores: José Manuel Moreira de Carvalho, José António Santos Vilela,
2039 António dos Santos Rodrigues, Vitor Manuel Quintas Pinho e Liliana
2040 Catarina Martins Vieira.
- 2041 Verificada a existência de quórum Sr. Presidente da AM declarou aberta a
2042 reunião pelas 20:40 horas.
- 2043 O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de substituição
2044 para a presente reunião:
- 2045 - Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, eleito pelo PS, nos termos do
2046 previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na
2047 sua redacção actual, substituído pelo deputado José António da Costa
2048 Moreira da Rocha, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do
2049 Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.
- 2050 - Sílvia Raquel Amaral da Cruz, eleita pelo MPM, nos termos do previsto
2051 no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua
2052 redacção actual, substituída pelo deputado Rodrigo António Joaquina
2053 Pereira, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM,
2054 e no artigo 79.º da referida Lei.
- 2055 - Manuel António Fernandes Mendes (GMPS) e Filipe Miguel de Sousa da
2056 Costa (GMPS), eleitos pelo PS, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

2057 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção actual,
2058 substituídos pela deputada Olinda Tavares Noronha, nos termos do previsto
2059 no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.ª da referida Lei.
2060 - António Luis da Costa Esteves, eleito pelo PSD, nos termos do previsto
2061 no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua
2062 redacção actual, substituído pelo deputado José Carlos Vieira Tavares, nos
2063 termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo
2064 79.ª da referida Lei.

2065 O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de suspensão de
2066 mandato:

2067 - João Manuel Ferreira da Silva, eleito pelo PSD, nos termos do previsto no
2068 artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção actual, pelo
2069 período de 1 dia, nos termos do previsto nos termos do previsto no n.º 2 e 3
2070 - alínea g), do artigo 4.º do Regimento da AM, e do artigo 77.º da Lei n.º
2071 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção actual, que depois de apreciado
2072 foi aprovado por unanimidade.

2073 De seguida operou-se a respectiva substituição pela deputada Cristiana
2074 Sofia Martins Vieira, nos termos do previsto no n.º 4, do artigo 76.º da
2075 referida Lei.

2076 **Período da Ordem do dia (continuação)**

2077 **Ponto Prévio**

2078 **O deputado Rocha Pereira (GMPS)** usou da palavra para dizer que
2079 achava que ficaria bem à AM apresentar e aprovar um voto de pesar pelo
2080 falecimento recente de um funcionário do Município.

2081 **O Sr. Presidente da AM** referiu que se ninguém se opuser, uma vez que já
2082 passaram essa fase da sessão, colocaria o voto de pesar à votação.

2083 Não tendo havido oposição, o voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

2084 **O deputado Rocha Pereira (GMPS)** interveio novamente para dizer que
2085 chegou um bocadinho atrasado, pelo que não sabia se a Mesa e o Sr.
2086 Presidente da AM deram, ou não, alguma explicação quanto ao facto de
2087 terem passado 37 dias entre a primeira reunião e a de hoje. Referiu que não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 475

foi a primeira vez que isso aconteceu, tendo recordado que em dezembro de 2022 reuniram no dia 12, mas os trabalhos não ficaram concluídos nesse dia e foram reatados três dias depois, o que acha muito bem; que estão hoje a terminar um trabalho que iniciaram há cerca de 40 dias, o que lhes parece que é tempo a mais; que independentemente das explicações que haverá, necessariamente, há uma leitura que devem pôr à consideração de eles próprios, desde logo a começar pelo Sr. Presidente da AM, que é muito simples: o princípio da continuidade das reuniões é um princípio importante em direito, tal como o distinto Primeiro-Secretário da Mesa poderá explicitar com minúcia, mas isso não aconteceu e devia ter acontecido, porque tem o maior respeito pelas novas funções políticas que o Sr. Presidente da Mesa exerce (que tenha o maior sucesso nessa área), mas a verdade é que a AM não pode de jeito algum ser penalizada pelo facto de a agenda do Sr. Presidente da Mesa, naturalmente, ter sido alterada, é inevitável, pelo que acha que isso merece alguma consideração, até porque se se derem ao cuidado de analisar o que está na lei geral e no Regimento, este aborda essa matéria pelo menos em duas situações. Disse que nas ausências e impedimentos do Presidente estão os substitutos, o que é normal, pelo que se se colocar esse problema há resposta para ele, devendo questionar-se porque é que não se recorreu a essa solução. Referiu que não lhe passa pela cabeça, como é óbvio, até conhecendo as pessoas em apreço, que haja algum sentimento de não confiança do Sr. Presidente da AM em relação aos seus secretários, nomeadamente em relação ao Primeiro-Secretário.

Concluiu, referindo que ficava aqui esta referência, porque não é necessário que estejam 40 dias à espera para dar continuidade a uma sessão.

A deputada Vanessa Pereira (GMPD) usou da palavra para dizer que foi proposto um voto de pesar pelo falecimento de um funcionário municipal ao qual o GMPD se associa, mas pelo menos deviam dizer que o funcionário se chamava Fernando Augusto Pereira Araújo, era



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

funcionário do Município desde 1986, Assistente Técnico, e que tendo em consideração o que todos os colegas dizem era um funcionário exemplar.

O Sr. Presidente da AM interveio novamente para dizer que relativamente à nota feita à Mesa sobre a data desta AM, que se o deputado Rocha Pereira (GMPS) tivesse falado com o seu líder parlamentar (não sabe se terá falado) teria evitado de ele dizer o que vai dizer: a reunião é hoje, não por qualquer impeditivo de agenda do Presidente da Assembleia, até porque tentaram fazer esta AM bem mais cedo, mas achou que estando em falta apenas dois pontos para a conclusão da sessão, mais a intervenção do público, e os dois pontos que estavam em apreço tinham sido indicados pelo GMMPM e GMPS, conforme fez questão de referir nas várias comunicações que trocou com os líderes dos grupos para encontrar esta data de hoje, que faria sentido que estivessem ambos representados ou, pelo menos, eles não se opusessem à data. Disse que isso nem sequer isso vai acontecer, porque apesar de inicialmente o deputado Manuel Mendes (GMPS) ter dito que estava disponível para hoje, depois, por imperativos de agenda, não pôde estar presente, tendo reiterado que não teve nada a ver com a agenda do Presidente da Assembleia Municipal, porque ele estava disponível para fazer a sessão mais cedo, mas foi esta foi a data que encontraram como possível dentro das limitações que têm relacionadas com os dias em que há reuniões de Câmara e também, naturalmente, da sua agenda, tal como de qualquer outro membro; que o que pediu foi se tinham disponibilidade em articulação com a restante Mesa e com o Sr. Presidente da Câmara, pelo que não há aqui qualquer problema, nem nenhum líder municipal levantou qualquer problema relativamente a esta matéria; que tendo sido dadas algumas datas alternativas, esta foi a que encontraram para realizar a reunião.

10. Recomendação e relatório da visita ao Canil/Gatil Intermunicipal Cinfães e Castelo de Paiva.

10.1. Apreciação e discussão do relatório.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 476

2148 **O Sr. Presidente da AM** deu a palavra ao GMMPM, enquanto proponente
2149 deste ponto, para fazer uma breve apresentação do mesmo.
2150 **O deputado Jorge Quintas (GMMPM)** usou da palavra para dizer que
2151 chegou aos ouvidos dos deputados do GMMPM que qualquer coisa se
2152 passava no Canil, nomeadamente em relação às suas condições e,
2153 provavelmente, maus-tratos a animais, pelo que no uso das suas
2154 competências solicitaram à Câmara Municipal no dia 22 de fevereiro de
2155 2024 a possibilidade de fazerem uma visita ao Canil, que foi autorizada.
2156 Informou que a visita se prendeu com aquilo que lhes chegou, da qual
2157 elaboraram um relatório que enviaram à Câmara Municipal no dia 14 de
2158 março de 2024, tendo esta, no dia 17 de março, noticiado que fizeram uma
2159 visita ao Canil para também se inteirarem das suas condições e do seu
2160 possível alargamento.
2161 Deu nota que o propósito da visita foi verificar as condições físicas do
2162 edifício, conhecer a organização funcional do Canil e inteirarem-se do
2163 bem-estar e do bom trato dos animais, e foi acompanhada pelo Médico
2164 Veterinário, Dr. António Borges, e pelo seu funcionário, Adriano Nunes, a
2165 quem agradeceu pela disponibilidade demonstrada e por todas as
2166 explicações que lhes deram.
2167 Salientou que a primeira coisa que estranharam foi a questão da localização
2168 do Canil - está situado no extremo do concelho de Castelo de Paiva na zona
2169 industrial das Lavagueiras. Disse que sendo um canil intermunicipal de
2170 Castelo de Paiva e de Cinfães, acha que a sua localização mais exata seria
2171 no meio dos dois concelhos, que servisse ambos na mesma distância.
2172 Deu nota que o Canil foi inaugurado no dia 1 março de 2021 e o seu custo
2173 total rondou os 200.000,00€: 50% suportados pela “DGAL – Direção-Geral
2174 das Autarquias Locais, e os restantes 50% pela Câmara Municipal de
2175 Cinfães e pela Câmara Municipal de Castelo de Paiva; que é um edifício
2176 muito recente, mas já apresenta vários problemas na sua estrutura: tem
2177 infiltrações de água, fissuras nas paredes, abatimentos na parte exterior, ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

2178 seja, para um edifício tão recente, três anos, acha que as coisas não estão
2179 assim lá muito bem.

2180 Informou que o Canil tem um Médico Veterinário que além de prestar
2181 serviços naquele equipamento, tem outras funções no Município de Castelo
2182 de Paiva, e um Assistente Operacional que além de tratar do Canil, sozinho,
2183 também está no combate à vespa asiática (informações que recolheram de
2184 viva-voz dos referidos trabalhadores).

2185 Informou também que havia um contrato com uma Médica Veterinária para
2186 tratar das esterilizações e para fazer alguns tratamentos nos animais; que
2187 existiam 60 cães à data da visita; que a alimentação consiste em 3 sacos de
2188 20 quilos de ração por dia; que à data da visita o Canil estava limpo e
2189 organizado, mas a limpeza é feita 6 dias por semana; que as jaulas
2190 destinadas aos canídeos estão dispostas de uma forma que não lhe parece a
2191 correta devido à exposição solar, e dado que não há nenhum avançado, em
2192 caso de chuva e vento, os animais ficam molhados; que não puderam
2193 testemunhar a existência dos maus-tratos que lhes chegaram, pelo
2194 contrário, porque na sua presença todos os animais se deslocavam para
2195 junto deles, exceto dois, que seriam também vítimas de maus tratos quando
2196 fugiam das pessoas, mas não podem dizer que havia maus tratos.

2197 Deu nota que a conclusão a que chegaram foi a de que se o Canil vai
2198 funcionando e cumprindo com as funções para que foi criado, tal deve-se
2199 mais à boa vontade dos funcionários.

2200 Defendeu que houve falta de ambição quando foi feito o Canil, porque ao
2201 ser implantado na zona em que está podia servir quatro freguesias:
2202 freguesia da Lomba, que faz fronteira com o Canil; freguesia de Canedo,
2203 freguesia de Vale e freguesia de Vila Maior, ou seja, podia ter havido essa
2204 ambição, ter-se criado outra estrutura com outra grandeza que teria
2205 certamente melhores condições para os animais.

2206 Relativamente os 3 sacos de ração que são consumidos por dia no Canil,
2207 referiu que lhes foi dito que os animais não passam fome, mas não há
2208 fartura. Disse que tem sido sempre garantida a alimentação, por vezes,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 477

2209 graças à boa vontade de certas pessoas que vão doando alimentos para os
2210 animais.
2211 Realçou que este é um problema a que são sensíveis, porque o bom trato e
2212 o respeito pelos animais fazem parte de uma sociedade civilizada.
2213 Informou que neste seguimento fizeram uma recomendação à Câmara
2214 Municipal que está no relatório para que a Câmara Municipal de Castelo de
2215 Paiva, juntamente com a Câmara Municipal de Cinfães, sendo estes os
2216 proprietários do Canil, que se empenhem mais na resolução dos problemas
2217 e das deficiências existentes como é sua obrigação; que a Câmara
2218 Municipal podia fazer uma campanha de adoção (hoje saiu uma notícia que
2219 falava precisamente na questão da adoção dos animais, porque houve aqui
2220 um “raid” de jipes em que foram recolhidos alimentos que foram
2221 fornecidos a uma associação que foi agora fundada, a “PAP – Proteção
2222 Animal de Payva”); tentar estabelecer parcerias com empresas e
2223 associações para a alimentação dos animais, contribuindo desta forma para
2224 aliviar o ónus financeiro que o Município de Castelo de Paiva e Cinfães
2225 têm com o Canil. Referiu que a campanha de adoção pode ser feita através
2226 da fatura da água.
2227 Informou que os deputados do GMMPM, juntamente com o Vereador Vitor
2228 Quintas, resolveram contribuir com parte da senha de presença para
2229 oferecer 100 kg de ração para os animais. Disse que não vai resolver o
2230 problema, mas é alguma coisa, e se alguém se quiser associar poderão
2231 passar dos 100 kg para mais quilos de ração, sendo que o GMMPM faz este
2232 trabalho porque está preocupado e quer o bem-estar dos animais, além de
2233 que os interesses de Castelo de Paiva sejam sempre salvaguardados: não só
2234 doaram ração ao Canil, como também já colocaram placas de toponímia,
2235 porque estão aqui para colaborar e para fazer o concelho mudar para
2236 melhor.
2237 **O Deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para informar
2238 que o deputado Paulo Vieira (GMUCPT) não vai poder estar presente por
2239 motivos pessoais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

2240 Defendeu que a localização escolhida para o Canil não foi a melhor, não só
2241 por aquilo que já foi dito pelo deputado Jorge Quintas em relação à
2242 exposição solar que se traduz num calor tórrido para os animais que ali
2243 estão, mas também porque dista 88 km, ida e volta, do estaleiro da Câmara
2244 Municipal de Cinfães, 42 km, ida e volta, da freguesia de Fornos, 34 km,
2245 ida e volta, de Santa Maria de Sardoura, quando havia terrenos municipais,
2246 ou das Juntas de Freguesia, em lugares mais equidistantes, como menores
2247 custos de transporte e, terrenos, inclusivamente, também muito longe de
2248 áreas urbanizadas.

2249 Questionou se o Canil/Gatil está instalado num lote da ETAR englobado na
2250 zona industrial de Lavadeiras, publicado no Diário da República, ou em
2251 terreno público sobrance, também ele propriedade municipal; se o
2252 regulamento do Canil já está em vigor, e se sim, quando é que foi
2253 publicado; que face às obras de reparação que são necessárias fazer e que
2254 estão neste relatório, que medidas é que a Câmara Municipal já
2255 desencadeou para as concretizar; uma vez que a empreitada foi finalizada a
2256 1 de março de 2021, há mais de 3 anos, se a garantia bancária associada à
2257 empreitada ainda está em vigor.

2258 **A deputada Giselda Neves (GMPS)** usou da palavra para dizer que acha
2259 que é opinião generalizada de que a localização do Canil não é a melhor,
2260 mas é a que têm, pelo que há que melhorar as condições para os animais.

2261 Deu nota que também trazia a questão relativa às garantias contratualizadas
2262 com o empreiteiro, se estão em vigor, ou não, de forma a serem acionadas
2263 para resolver os problemas indicados no relatório.

2264 Referiu que se trata de um Canil/Gatil que nesta altura só serve para
2265 acolher cães, tendo questionado se há alguma possibilidade de se avançar,
2266 já que estão em obras de ampliação das instalações, para a recolha de gatos.

2267 Deu nota que sendo um equipamento intermunicipal e, segundo o que
2268 percebeu, o Veterinário é do Município de Castelo de Paiva, tal como o
2269 funcionário, qual é a contribuição do Município de Cinfães pelo menos em
2270 termos de recursos humanos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 470

2271 Defendeu que há algumas possibilidades de melhoria, porque a exposição
2272 ao sol é muito desfavorável para os animais, tendo sugerido a colocação, se
2273 calhar, de uma pala para obviar esse problema; que se falou na
2274 possibilidade da contratualização de outro veterinário, tendo questionado se
2275 já existe, ou não, e, sobretudo, trabalhar no processo de esterilização dos
2276 gatos. Disse que são animais de pequeno porte, é fácil conseguir levá-los
2277 com apanhadores próprios e, em 2/3 dias fica concluído, sendo uma medida
2278 importante porque evitava algum ar de abandono que se verifica nos nossos
2279 animais; que é importante investir no regulamento; fazer uma boa
2280 campanha nas redes sociais em prol dos nossos animais, sendo a adoção
2281 uma via possível.

2282 **A deputada Vanessa Pereira (GMPSP)** usou da palavra para dizer que
2283 que quando o deputado Jorge Quintas (GMMPM) falou em maus-tratos, e
2284 foi uma nota que ninguém fez, achava que todos devem condenar o
2285 abandono dos animais, porque é uma falta de civismo e de humanidade.
2286 Disse que há relatos de pessoas que os atiram para dentro do Canil, pelo
2287 que acha que deviam repudiar essa falta de civismo das pessoas ao
2288 abandonar os animais. Realçou que quem acolheu animais vítimas de
2289 maus-tratos ou que foram abandonados, sabe que quando estão colocados
2290 num Canil têm muita dificuldade no contato humano, porque sabem o que
2291 passaram à mão das pessoas.

2292 Realçou que achava que o deputado Jorge Quintas (GMMPM) não quis
2293 dizer que nenhum funcionário, ou nenhum veterinário, prestava maus-tratos
2294 aos animais, pelo que convinha esclarecer este ponto. Disse que não é esse
2295 o facto, mas sim que muitas vezes os animais que estão num Canil foram
2296 maltratados, violentados por pessoas, tendo reiterado que é algo que devem
2297 repudiar.

2298 Salientou que ainda bem que se fez uma “mea culpa” relativamente à
2299 localização do Canil, é um local que se calhar não é o ideal, e por isso
2300 reconhece-se que quando a obra foi lançada não se pensou que a
2301 localização não era a ideal; que não se acautelaram algumas coisas, por isso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

2302 é que na altura até se falava que era um Canil/Gatil mas que não se podiam
2303 pôr gatos porque não cabiam dentro das jaulas, tendo solicitado ao Sr.
2304 Presidente da Câmara que a esclarecesse sobre esse facto.
2305 Deu nota que existem imensas contas para pagar, tendo questionado se a
2306 proporção de repartição com Cinfães é a mesma que os recursos a
2307 humanos, num acordo que foi feito em 2020 ou 2021.
2308 Defendeu que houve falta de ambição no Canil, porque é intermunicipal,
2309 mas, se calhar, podia ter sido só municipal e ser gerido só por Castelo de
2310 Paiva. Disse que neste momento, para que as pessoas tenham uma noção, o
2311 Canil é 33% nosso, apesar de estar no nosso território, e 66% de Cinfães, e
2312 por isso acha que devia ter sido feita essa ponderação, sendo obvio que no
2313 futuro as conjecturas são fáceis de fazer, enquanto lá atrás, se calhar, não
2314 foram decisões fáceis de se tomar.
2315 Realçou que ainda bem que o MPM conseguiu visitar o Canil, conseguiu
2316 tirar fotografias, algo que é salutar em democracia. Disse que houve alturas
2317 em que era mais complicado, pelo que isso também é mudar e que é assim
2318 que deve ser o trabalho de um membro de uma Assembleia Municipal ou
2319 de um Vereador, ou seja, poder aceder a tudo no desempenho das suas
2320 funções.
2321 Informou que leram as recomendações do GMMPM, não vão votar contra,
2322 mas são recomendações que apesar de deverem ser reforçadas, dava nota
2323 que foram feitas imensas campanhas de adoção por este executivo e pelo
2324 anterior, há várias publicações na página de internet do Canil, pelo que
2325 nisso têm de ser justos com este executivo e com o anterior, sendo que
2326 foram adotados vários animais. Referiu que não sabe se isso aconteceu no
2327 executivo anterior, mas pensa que neste executivo já foram postas essas
2328 mesmas campanhas na fatura da água.
2329 Referiu também que relativamente a serem os munícipes a participarem no
2330 Canil, vê nisso uma necessidade de terem todos um certo humanismo e
2331 uma prática de cidadania. Disse que o Canil até podia ter comida para
2332 esbanjar, mas se entender que o seu ato de cidadania é doar comida para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 479

2333 aquele equipamento, acha que o deve fazer; se entender que deve adotar um
2334 animal, acha que o deve fazer; se entender que até se deve oferecer para
2335 poder passear os animais, se lhe for permitido, acha que o deve fazer, e por
2336 isso apelava a quem os ouve que, independentemente de tudo o que pode
2337 acontecer, os nossos atos de cidadania podem ser esses, podem ser ajudar
2338 as instituições, ajudar os animais e ajudar quem mais precisa, porque acha
2339 que fica bem a toda a gente.

2340 Deu nota que ainda sobre a recomendação, designadamente em relação às
2341 instituições, já falaram na “PAP – Proteção Animal de Payva”, que é uma
2342 instituição que faz trabalho nesta área, e por isso quem não conhecer pode
2343 conhecer, e quem quiser ajudá-los pode fazê-lo de várias formas, que eles
2344 estarão certamente disponíveis para receber esses apoios.

2345 **O deputado Jorge Quintas (GMMPM)** interveio novamente para dizer
2346 que existem jaulas no Gatil, não sabe se as dimensões são as adequadas, ou
2347 não, mas não estão em uso.

2348 Deu nota que há falhas graves no Canil que não focou mas que estão no
2349 relatório, como é o caso de não existir um regulamento; não há pessoal com
2350 funções administrativas; não há pessoal de apoio aos cuidados dos animais,
2351 é só um funcionário para todos os animais; o Canil não tem identificação.

2352 Em relação aos maus-tratos, referiu que não disse em parte alguma que
2353 havia maus-tratos por parte dos funcionários, pelo contrário, louvou os
2354 funcionários no sentido de que se o Canil vai funcionando é graças à boa
2355 vontade deles. Disse que o relatório foi feito com base naquilo que viram e
2356 com base no que lhes disseram os funcionários que tem como pessoas
2357 idóneas e responsáveis.

2358 **O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às questões
2359 que lhe foram colocadas.

2360 Referiu que ainda bem que o Canil não tem identificação, porque só no ano
2361 passado foram atirados mais de 20 animais por cima da rede, conforme o
2362 deputado Jorge Quintas (GMMPM) poderá confirmar com o Veterinário
2363 Municipal. Disse que isso é crime e convém alertar as pessoas para isso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

2364 Em relação à visita, realçou que nem o Presidente da Câmara de Castelo de
2365 Paiva, nem o Presidente da Câmara de Cinfães fazem visitas a reboque de
2366 visitas de quem quer que seja. Referiu que a visita já estava marcada há
2367 muito tempo, até porque se fez uma candidatura ao “ICNF – Instituto de
2368 Conservação da Natureza e da Floresta” para financiar a ampliação do
2369 Canil.
2370 Informou que as jaulas que existem para o Gatil tem uma dimensão de
2371 cerca de 45 por 30, com uma largura de 25: colocar ali um gato é
2372 desumano, pelo que no alargamento do equipamento está previsto um
2373 parque apropriado para gatos.
2374 Deu nota que a inauguração do Canil foi em Março de 2021, antes da
2375 entrada deste executivo, que sempre foi contra aquela localização até pela
2376 falta de espaço envolvente para que os animais possam em certas fases do
2377 dia andar em liberdade.
2378 Em relação aos funcionários, informou que o Assistente Operacional está
2379 destacado ao Canil a 100%, porque o Município fez um contrato de
2380 prestação de serviços para o combate à vespa asiática devido ao aumento
2381 de ninhos no concelho. Disse que a empresa garante uma resposta em 48
2382 horas e também já distribuiu armadilhas a quem se mostrou interessado
2383 para a captura da vespa asiática, sendo que aqueles que pretendam obter
2384 essas armadilhas podem fazer a sua inscrição porque são gratuitas.
2385 Relembra que em 2021, aquando da discussão do Mapa do Pessoal,
2386 muito se criticou a necessidade da contratação de um Médico Veterinário
2387 para o Canil, quando já tinham um. Informou que o procedimento
2388 concursal está a terminar e o Médico Veterinário dará uma grande resposta.
2389 Relativamente ao financiamento, referiu que se dividiu em 50% oriundos
2390 de fundos comunitários e outros 50% oriundos dos municípios. Informou
2391 que a Câmara Municipal de Cinfães detém 67% do Canil e tem a obrigação
2392 de pagar 67% das despesas, ou seja, 33% é pertença do Município de
2393 Castelo de Paiva e 67% é pertença do Município de Cinfães.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 480

2394 Quanto à localização, esclareceu que foi a escolhida na altura por quem
2395 tinha o poder para escolher.
2396 Em relação à alimentação, informou que o Canil foi, já neste mandato,
2397 equipado com comedouros e bebedouros automáticos para que nenhum
2398 animal passe sede ou fome. Disse que as requisições de ração são feitas
2399 consoante os pedidos do Médico Veterinário do Município, e ainda esta
2400 semana autorizou a aquisição de mais 100 sacos, tendo dito ao Veterinário
2401 que poderia solicitar a aquisição de maior quantidade porque acabam por
2402 ser gastos.
2403 Deu nota que a exposição solar decorre da forma como o projeto foi
2404 elaborado. Disse que segundo a explicação do Médico Veterinário, porque
2405 tiveram essa preocupação para a questão da ampliação, os animais não
2406 podem estar de frente uns para os outros, daí aquela disposição.
2407 Quanto à falta de ambição na elaboração do projeto do Canil, respondeu
2408 que não se podia pronunciar porque não foi da sua responsabilidade,
2409 relembrando o que disse acerca da localização do equipamento.
2410 Referindo-se à intervenção do deputado Paulo Teixeira (GMUCPT),
2411 respondeu que eram terrenos sobrantes da zona industrial das Lavagueiras.
2412 Informou que as garantias ainda estão em vigor, e que o empreiteiro foi
2413 notificado da necessidade de retificar as infiltrações e alguns defeitos
2414 daquela instalação, tendo demonstrado disponibilidade em fazer essas
2415 reparações, o que espera que aconteça a breve trecho.
2416 Informou que o Município de Castelo de Paiva ficou como gestor do Canil
2417 e o Município de Cinfães paga toda a despesa que exista com aquele
2418 equipamento, inclusive as remunerações dos funcionários que ali estão
2419 alocados, numa proporção de 67%.
2420 Informou também que têm sido feitas várias campanhas de adoção,
2421 inclusivamente pelo anterior executivo. Disse que está uma campanha em
2422 andamento que foi publicada em novembro de 2023, sendo que todos
2423 aqueles que pretendam adotar um animal que esteja no Canil têm acesso a
2424 todos os serviços que lhe estão associados de forma gratuita.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

2425 Deu nota que o executivo nada tem contra a recomendação do GMMPM,
2426 até porque já tem estabelecido parcerias com vários supermercados quer do
2427 concelho, quer de fora do concelho que têm doado alimentação para o
2428 Canil; que o executivo atribuiu em sede de reunião de Câmara um subsídio
2429 à “PAP – Proteção Animal de Payva”; que a Câmara Municipal, em
2430 conjunto com a “ACI - Associação Comercial e Industrial de Castelo de
2431 Paiva”, implementou uma medida em que uma parte das receitas obtidas
2432 com os copos reutilizáveis foi canalizada para fazer face às despesas que
2433 aquela associação tem com animais errantes, principalmente com aqueles
2434 que necessitam de cuidados clínicos. Ou seja, disse, uma parte do que está
2435 na recomendação já está a ser executado pela Câmara Municipal, inclusive
2436 a divulgação das campanhas de adoção na fatura da água.

2437 Concluiu, reiterando que o executivo nada tem contra a recomendação do
2438 GMMPM, porque o seu conteúdo, praticamente na sua totalidade, já está a
2439 ser colocado em prática.

2440 ***10.2. Apreciação e deliberação de recomendação.***

2441 **O Sr. Presidente da AM** leu a recomendação apresentada pelo GMMPM,
2442 nos termos que a seguir se transcrevem:

2443 “- Com base no artigo 13, alínea b, do Regimento da Assembleia Municipal
2444 de Castelo de Paiva, os eleitos pelo Movimento Político MPM - Mudar
2445 Para Melhor - recomendam à Câmara Municipal de Castelo de Paiva que,
2446 em conjunto com a Câmara Municipal de Cinfães, se empenhe, como é sua
2447 obrigação, em resolver as deficiências e carências existentes no Canil/Gatil,
2448 algumas referidas no nosso relatório, para que desta forma possa garantir a
2449 dignidade, respeito e bem-estar dos animais que lá são acolhidos.

2450 Recomendamos uma campanha a favor da adoção, no sentido de apelar ao
2451 respeito pelos animais e de incentivar as pessoas, que tenham
2452 possibilidades e queiram ter cães ou gatos, a escolher esta opção. Sugere-se
2453 que seja utilizado, para esta campanha, o verso da fatura da água.

2454 Recomendamos, também, o estabelecimento de parcerias com empresas e
2455 associações concelhias, no sentido de as mesmas contribuírem para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 681

Subs.
V. 11.0

2456 alimentação dos animais, o que permitirá não só o suprimento constante de
2457 alimentos, como também o alívio do ónus financeiro.”
2458 **Deliberação:** Apreciada e aprovada por unanimidade.
2459 **11. Comissão Permanente de Acompanhamento do Testamento do Conde**
2460 **de Castelo de Paiva.**
2461 **11.1. Discussão e apreciação - Teor da última reunião da Comissão**
2462 **Permanente de Acompanhamento, realizada aos 14 de março de 2024.**
2463 **O Sr. Presidente da AM** deu a palavra ao GMPS, enquanto proponente
2464 deste ponto, para fazer uma breve apresentação do mesmo.
2465 **O deputado Rocha Pereira (GMPS)** usou da palavra para dizer que
2466 solicitaram a inclusão deste ponto porque estavam à espera que o Sr.
2467 Presidente da Câmara tomasse alguma diligência no sentido de fazer incluir
2468 na ordem de trabalhos algo que se relacionasse com o tema, mas não o fez;
2469 que esperavam que o Sr. Presidente da AM, e Coordenador da Comissão,
2470 que o pode fazer, o fizesse, e não o fez.
2471 Deu nota que solicitaram a subdivisão para simplificar as coisas, porque há
2472 coisas completamente distintas em relação a esta importantíssima temática
2473 que gostariam de abordar em separado.
2474 Justificou que pediram a inclusão deste ponto 11.1 porque na política há
2475 muita coisa que acontece dentro das quatro paredes e deve quedar-se por aí,
2476 mas há outras que não, e aquilo que se passou no dia 14 de março de 2024
2477 deve ser do conhecimento de todos os autarcas e de todos os Paivenses,
2478 porque isso é que é democrático, isso é que é falar verdade. Disse que a
2479 reunião de 14 de março foi solicitada pelo Dr. Paulo Teixeira precisamente
2480 no dia em que estava a decorrer a AM de 26 de fevereiro, se bem se
2481 recorda, e foi convocada pelo Sr. Presidente da AM para discutir, entre
2482 outras coisas, a abordagem do relatório final do Memorando de
2483 Entendimento, que assim foi denominado.
2484 Referiu que era pressuposto que a Câmara Municipal, depois de o ter
2485 aprovado, indicasse alguém para estar presente nessa reunião da Comissão
2486 de Acompanhamento, mas o Sr. Presidente da Câmara não esteve presente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

2487 | nessa reunião e sabia que ia ter reunião, porque foi enviado um e-mail pelo
2488 | Dr. André Pimenta que se reporta ao próprio Presidente; que o Sr.
2489 | Presidente da Câmara não esteve, mas poderia ter-se feito representar, o
2490 | que não seria a primeira vez, porque o Sr. Vice-Presidente da Câmara
2491 | esteve presente em representação da Câmara Municipal por mais do que
2492 | uma vez nas reuniões do grupo de trabalho, mas também não compareceu,
2493 | tal como não o fez a Vereadora Liliana Vieira, pelo que, pessoalmente,
2494 | sentiu-se muito desapontado com o facto de estarem a discutir um
2495 | documento que foi aprovado pela Câmara Municipal, do qual a mesma
2496 | solicitou que se desse um parecer, sugestões, até ao dia seguinte, dia 15, é
2497 | convocada a reunião e não aparece ninguém da Câmara Municipal para dar
2498 | explicações, para apresentar o documento, para o defender, para responder;
2499 | que o Sr. Presidente da AM foi confrontado no sentido de se estaria em
2500 | condições de responder, ao que obviamente disse que não, e é legítimo que
2501 | não estivesse. Defendeu que executivo não respeitou a comissão, e ao não
2502 | respeitar a comissão não respeitou a Assembleia Municipal, e ao não
2503 | respeitar a Assembleia Municipal não respeitou os Paivenses. Disse que
2504 | num assunto desta importância em que se discute a questão do Memorando,
2505 | ninguém pode aceitar isso, ninguém pode aplaudir esse tipo de
2506 | procedimento; que estava à espera de que o Sr. Presidente da AM fizesse
2507 | aquilo que o próprio faria se lá estivesse: a Câmara Municipal não veio,
2508 | vão-se embora.

2509 | Salientou que não podia deixar passar esta situação em claro relativamente
2510 | a quem apregoa tanta transparência, tanta democraticidade, tanto respeito.

2511 | **O Sr. Presidente da AM** interveio novamente para dizer que depois dará
2512 | algumas notas sobre o que acabou de ser dito, nomeadamente relativamente
2513 | à condução dos trabalhos da comissão, mas primeiro irá ouvir todos os
2514 | GM.

2515 | **O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para dizer que
2516 | na reunião de 14 de março um dos assuntos muito falado foi a questão dos
2517 | levantamentos topográficos, designadamente as palavras proferidas pelo Sr.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 482

2518 Presidente da Câmara em janeiro 2024 em que os informou nessa altura
2519 que os levantamentos topográficos eram feitos em fevereiro e que o
2520 processo de adjudicação desse trabalho estaria em fase de conclusão,
2521 porque os serviços municipais não tinham capacidade como viram ao longo
2522 dos últimos dois anos. Disse que pese embora na ata da reunião do grupo
2523 de trabalho realizada a 1 de setembro de 2022 o Sr. Presidente da Câmara
2524 tenha dito que o procedimento administrativo estava em fase de conclusão,
2525 acontece que o contrato para aquisição de serviços de topografia tem a data
2526 de 23 de novembro de 2023, e o trabalho tinha um prazo de 12 meses para
2527 ser efetuado, e com o envio do relatório que receberam há poucos dias
2528 verificou-se que foi tudo muito rápido, ainda bem.

2529 Realçou que convém, no entanto, terem algum cuidado, pois neste caso em
2530 apreço passou por dois executivos, porque já no mandato anterior o grupo
2531 de trabalho solicitou o levantamento topográfico. Disse que demorou anos
2532 a concretizar algo que foi realizado em menos de 4 meses, pelo que, afinal,
2533 era capaz de ser um trabalho rápido de realizar. Recordava que esse
2534 trabalho começou por ser solicitado pelo grupo de trabalho constituído no
2535 mandato 2017/2021, e a renovação do pedido veio a ser feito nos últimos
2536 28 meses pelo grupo de trabalho e comissão de acompanhamento
2537 constituídos pela AM neste mandato.

2538 Referiu que em relação ao relatório que lhes foi distribuído há dias e que
2539 foi alvo da reunião de 14 de março, que o documento incorpora desenhos
2540 das propriedades e não tem nenhuma fotografia de nenhum dos artigos
2541 urbanos que muitas das propriedades têm, desde a Boavista, à Serrada,
2542 Gondim, inclusivamente a Borralheira, que tiveram a oportunidade de
2543 visitar e tem um artigo urbano que está omissa na matriz, pelo que
2544 solicitaram há dois anos que se fizesse a inscrição na matriz, ainda não foi e
2545 não aparece no levantamento topográfico; que a Quinta da Serrada e a
2546 Quinta da Boavista aparecem com duas xácaras gigantes que desconhecia
2547 por completo e não sabe quem é que autorizou a fazê-las; que não constam
2548 do relatório duas parcelas que pertencem ao Município que estão na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

2549 empreitada de alargamento da estrada que na altura o executivo liderado
2550 pelo Dr. Antero Gaspar fez da Fonte até ao Bom-Retiro, e que nas
2551 negociações que o Dr. Antero Gaspar teve com o D. José de Arrochela, este
2552 pediu as partes sobranes ao Município, conforme consta no processo da
2553 empreitada executada algures entre 1991 e 1993. Disse que essas duas
2554 partes soberanas, uma fica logo a seguir à Fonte, que em tempos o Sr. José
2555 António Vilela, Presidente da Junta de Freguesia, não limpava porque
2556 pensava que não era pública, mas é, pertence à Boavista, mas está fora do
2557 muro da Boavista, e a outra é aquele espaço todo em frente às bombas da
2558 “Galp”. Referiu que essas duas parcelas ficaram a pertencer à Boavista e,
2559 naturalmente, a Câmara Municipal, como detentora dos bens de raiz, passa
2560 também a ser proprietária das mesmas. Sugeriu que na parcela que está
2561 encostada ao muro se fizesse um espaço ajardinado com bancos para que
2562 quem vem pé do Casal possa ali descansar um pouco antes de chegar à
2563 Vila.

2564 Salientou que no relatório está patente a dificuldade que o Topógrafo teve
2565 em identificar as propriedades.

2566 Realçou que há um caso que o preocupa e que está no relatório da
2567 Comissão de Acompanhamento, que é a questão da Quinta de Torre/Trás
2568 da Cozinha, em que há uma casa que foi demolida, não aparece no
2569 relatório, não se sabe se existe, não está registada. Referiu, que as
2570 usufrutuárias venderam aquele terreno a um privado, tendo questionado
2571 porque é que não foram convidadas para dizer ao topógrafo quais eram os
2572 limites daquela propriedade e foi convidado quem comprou, sendo que
2573 quem comprou vai dizer aquilo que lhe interessa.

2574 Deu nota que há outra propriedade na Serrada que é ocupada por um
2575 munícipe, que é um contrato de arrendamento feito por uma das
2576 usufrutuárias com um munícipe do concelho, tendo reiterado que as
2577 usufrutuárias não foram convidadas.

2578 Alertava para que seja feito o registo do artigo urbano da Borralheira
2579 porque constitui uma valorização de uma propriedade: aquela mata da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 483

2580 Borralheira, em Real, com uma casa, vale muito mais do que sem casa e a
2581 casa está lá.

2582 **O deputado Carlos Trindade (GMPD)** usou da palavra para, referindo-
2583 se à intervenção do deputado Rocha Pereira (GMPD), dizer que era preciso
2584 esclarecer os Paivenses que o testamento deixado pelo Conde Castelo de
2585 Paiva foi escrito em abril de 1996. Referiu que o deputado Rocha Pereira
2586 (GMPD) está na AM desde 2009, tendo questionado o que é que foi feito
2587 até 2021, o que é que foi feito pelo deputado Rocha Pereira (GMPD); que
2588 só no último mandato do PS é que se lembraram da Quinta da Boavista, até
2589 então estava esquecida, nunca ninguém se preocupou seriamente com este
2590 problema, com este legado que é extremamente importante para Município
2591 e para os Paivenses.

2592 Deu nota que não concorda com o que foi dito relativamente à reunião de
2593 14 de março, porque iam apreciar um Memorando e quem deveria ter
2594 estado naquela reunião, mas não foi convocado para o efeito, não era o Sr.
2595 Presidente da Câmara, não era o Senhor Vice-Presidente da Câmara nem a
2596 Senhora Vereadora, mas sim o relator do Memorando, há semelhança
2597 daquilo que fizeram nesta sala, ou seja, depois do grupo de trabalho ter
2598 concluído o relatório acharam por bem não ser só o relator a apresentá-lo,
2599 mas sim dividir essa apresentação devido à extensão do documento, o que
2600 foi feito.

2601 Considerou que há muito a fazer, mas é um trabalho que não é fácil em
2602 termos processuais, dado que têm os processos judiciais que muito podem
2603 ainda contribuir para o desfecho de toda esta narrativa pela positiva, ou
2604 pela negativa.

2605 Salientou que desde que o PSD assumiu os desígnios da autarquia muito se
2606 tem feito acerca da Quinta da Boavista e muito se tem trabalhado, todos
2607 têm colaborado, e acha que foi do sonho de todos os deputados que surgiu a
2608 Comissão e que se desenvolveu todo aquele trabalho.

2609 Realçou que o processo ainda não findou e têm um caminho longo a fazer,
2610 contudo, estão manietados, toda a gente conhece a questão dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

2611 usufrutuários, mas se Senhores Deputados não se lembram aconselhava a
2612 relerem o relatório que foi feito pela Comissão.
2613 Deu nota que segundo as últimas notícias que surgiram a Quinta da
2614 Boavista foi mais uma vez alvo de um furto, tendo questionado de quem é a
2615 responsabilidade, se é da Câmara Municipal ou dos usufrutuários, sendo
2616 que a Câmara Municipal não tem direito ao uso e à fruição, pelo que quem
2617 tem de zelar pelo património que lá está são os usufrutuários.
2618 **O deputado Rocha Pereira (GMPS)** interveio novamente em uso da
2619 defesa da honra.
2620 Questionou se o deputado Carlos Trindade (GMPD) refutou algum dos
2621 factos a que fez referência; que relativamente ao que o referido deputado
2622 disse no que respeita ao relator, questionou porque é que o mesmo “não
2623 abriu o bico” para o dizer na reunião.
2624 **O Sr. Presidente da AM** interrompeu a intervenção do deputado Rocha
2625 Pereira (GMPS) para lhe sugerir que tivesse cuidado com a linguagem que
2626 utiliza, porque apesar de há pouco terem falado do Canil, que saiba,
2627 ninguém aqui tem bico.
2628 **O deputado Rocha Pereira (GMPS)** retorquiu que ia oferecer um
2629 dicionário ao Sr. Presidente da AM para que entenda o que é que aquilo
2630 significa.
2631 Salientou que ao contrário daquilo que foi dito, em 2021, quando o
2632 Município de Castelo de Paiva recebeu uma carta do Sr. Dr. Bernardo
2633 Alegria a dizer que a partir dessa altura ocupava a posição da usufrutuária
2634 Filipa é que tudo se alterou, antes não, e, por conseguinte, se forem a
2635 apontar o tempo, o PSD tem mais responsabilidades a esse nível pela
2636 gestão desse dossier.
2637 Deu nota que há uma coisa que deveras o surpreende: quando o deputado
2638 Carlos Trindade (GMPD) diz que o relator deveria ser convidado, quem
2639 fez a convocatória foi o Sr. Presidente da AM, não foram eles.
2640 Referiu que pensava que o deputado Carlos Trindade (GMPD) ia
2641 perguntar ao Sr. Presidente da Câmara o que é que ele fez às sugestões que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 484

Subscrito
HK

2642 ele apresentou; àquilo que propôs, enquanto líder da bancada do PSD,
2643 contra o que foi aprovado pelo Sr. Presidente da Câmara relativamente à
2644 área a ceder, ou seja, uma redução de 20.000 metros para 10.000 metros.

2645 **O deputado Carlos Trindade (GMPD)** interveio novamente para dizer
2646 que olhando para o Regimento não se vislumbra que tenha sido feita
2647 qualquer defesa da honra, pelo que solicitava à Mesa que seja apagada esta
2648 parte da gravação e não seja transcrito na ata tudo o que foi dito pelo
2649 deputado Rocha Pereira (GMPD), a não ser que o Sr. Presidente da AM, ou
2650 quem quer que seja, lhe explique que houve defesa da honra.

2651 Referiu que os atos falam por si, sempre se pautou pelo respeito, mas
2652 também exige respeito. Disse que, infelizmente, tem-se assistido na AM de
2653 forma “impávida e Serena” a faltas de respeito e de consideração quer pelo
2654 Sr. Presidente da AM, quer pela Mesa, quer pelo executivo e até pelos
2655 deputados, mas não vai tolerar faltas de respeito.

2656 **O Sr. Presidente da AM** usou da palavra para dizer que ia dar duas notas
2657 relativamente à condução dos trabalhos da Comissão. Disse que é
2658 democrático que haja divergências de opinião e ele, enquanto Presidente da
2659 Comissão, e o deputado da Comissão Rocha Pereira (GMPD), têm
2660 diferentes entendimentos quanto à posição que deve ter a Comissão
2661 Permanente de Acompanhamento do Testamento do Conde que, como o
2662 próprio nome diz, é Comissão Permanente de Acompanhamento, pelo que
2663 estão permanentemente a acompanhar o trabalho que está a ser realizado
2664 pela Câmara Municipal. Coisa diferente, referiu, é a Comissão Executiva
2665 que foi também criada pela Câmara Municipal em que todas as forças
2666 partidárias estão representadas, e essa sim, tem a função de executar, ou
2667 não, a recomendação que a AM deu.

2668 Quanto à eventualidade de que poderia ter estado o relator na anterior
2669 reunião, referiu que a reunião, extraordinária, foi convocada a pedido de
2670 um membro, e este não pediu que o relator estivesse presente, e por isso,
2671 quando o Presidente da AM convoca uma reunião extraordinária, convoca
2672 nos exatos termos do requerente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

2673 **O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às questões
2674 que lhe foram colocadas.
2675 Referiu que já estão habituados ao fervor com que o deputado Rocha
2676 Pereira (GMPS) gosta de usar trocadilhos e tornar factos o que não são
2677 factos, e verdades em inverdades ou inverdades em verdades.
2678 Referiu que a realidade é que efetivamente existe um grupo de trabalho do
2679 executivo municipal composto pelo Presidente da Câmara, José Rocha,
2680 pelo Vereador eleito pelo MPM, Vitor Quintas, pelo Vereador eleito pelo
2681 PS, José Manuel Carvalho, e pelo Vereador eleito pelo UCPT, Ricardo
2682 Jorge, grupo esse que foi proposto em sede de reunião de Câmara (não pelo
2683 Presidente de Câmara) para se tentar chegar a um acordo com os
2684 usufrutuários, em linha com uma das recomendações que consta no
2685 relatório da Assembleia Municipal.
2686 Deu nota que sempre foi dado conhecimento dos passos da Comissão
2687 Executiva à Comissão de Acompanhamento da AM, inclusive do
2688 documento elaborado pelo Vereador Ricardo Jorge, que foi submetido à
2689 apreciação daquela Comissão para pronuncia e para darem sugestões.
2690 Salientou que em momento algum o Presidente da Câmara fez parte da
2691 Comissão de Acompanhamento da AM.
2692 Salientou também que o documento que foi enviado aos membros da
2693 Comissão de Acompanhamento da Assembleia foi aprovado por
2694 unanimidade no grupo do executivo.
2695 Referiu que se não há diálogo entre os representantes da Câmara Municipal
2696 e os representantes da AM de cada um dos movimentos e de cada um dos
2697 partidos, sugeria que o deputado Rocha Pereira (GMPS) não apontasse o
2698 dedo ao Presidente da Câmara, porque sempre que houve novos elementos
2699 no processo, como é o caso do relatório do levantamento topográfico ou
2700 das missivas que recebe de qualquer de um dos usufrutuários, é dado
2701 conhecimento aos membros da Comissão.
2702 Informou que no seguimento das recomendações resultantes da reunião
2703 solicitada pelo deputado Paulo Teixeira (GMUCPT), a Comissão Executiva



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 485

2704 reuniu-se novamente, fez alterações, pediu contributos a um dos
2705 usufrutuários, o Dr. Bernardo Alegria, para à posteriori se enviar para os
2706 deputados da AM, tal como foi enviado para os membros da Comissão de
2707 Acompanhamento.

2708 Referiu que dizer-se que a responsabilidade do que se passa na Quinta da
2709 Boavista é mais do executivo do PSD porque só em 2021 é que a Câmara
2710 Municipal foi notificada de que o usufrutuário era o Dr. Bernardo Alegria
2711 em detrimento da Dra. Filipa, o levava a questionar se é verdade, ou não,
2712 que antes já existiam usufrutuários; se é verdade, ou não, que houve
2713 alteração de usufrutuários aquando do falecimento do Sr. Viriato, e se nessa
2714 altura o deputado Rocha Pereira (GMPS) exigiu um inventário aquando da
2715 passagem do usufruto para as usufrutuárias que tão falta faz à Câmara
2716 Municipal numa altura em que foi delapidado grande parte do património
2717 móvel existente na Casa da Boavista. Disse que não estava a inventar
2718 factos, é público, os bens desapareceram e que isso foi reportado após o
2719 falecimento do Sr. Viriato antes sequer de tomar posse; questionou se os
2720 contratos e as charcas já não existiam antes.

2721 Reconheceu que este executivo pode ter demorado dois anos para fazer os
2722 levantamentos topográficos, mas outros, anteriormente, tiveram essa
2723 oportunidade, mas estão feitos, tendo solicitado ao deputado Paulo Teixeira
2724 (GMUCPT) o envio das sugestões de correção para posteriormente as
2725 enviar ao Topógrafo para averiguação, porque foram feitos de acordo com
2726 as cadernetas prediais, sendo que praticamente todos os artigos têm mais
2727 área do que a descrita nas cadernetas prediais das finanças e da que consta
2728 na Conservatória. Disse que na própria Quinta da Boavista existem vários
2729 edifícios no núcleo central e um deles é a adega, que se encontra omissa,
2730 tal como todos aqueles se encontram no interior, sendo que o único edifício
2731 que se encontra registado é a casa da Boavista. Referiu que a Quinta de
2732 Vegide tem mais artigos do que a Quinta da Boavista.

2733 Salientou o trabalho de equipa feito pela Comissão Executiva para se
2734 conseguir um acordo e resolver uma situação que se arrasta ao longo dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

2735 anos, pelo que não percebe a razão de tão violenta crítica: se é por estarem
2736 a dar passos em frente e a tirar algum protagonismo a alguns que, se calhar,
2737 queriam ter. Referiu que a realidade é que bem, ou mal, das três
2738 recomendações que foram feitas pelo grupo de trabalho optou-se por uma
2739 que está a ser seguida pelo executivo em conjunto, por todos os partidos e
2740 movimentos; que se a AM está contra a união do executivo em trabalhar
2741 nesse sentido, não percebe o que é defender o interesse público, dos
2742 Paivenses.

2743 Concluiu, referindo que se for esse o entendimento dos colegas que o
2744 acompanham na Comissão do Executivo, vão continuar a partilhar todas as
2745 diligências, todos os avanços, ou recuos, com a Comissão de
2746 Acompanhamento do Testamento do Conde de Castelo de Paiva.

2747 **O Sr. Presidente da AM** interveio novamente para dar nota que neste
2748 ponto há duas subdivisões - 11.1, 11.2 e 11.3. Disse que, no fundo, algumas
2749 intervenções estão a juntar-se e a colidir com os temas porque eles estão
2750 interligados, e por isso sugeriu que se faça mais uma ronda de intervenções
2751 e depois dão por concluído o ponto 11.1.

2752 **O deputado Rocha Pereira (GMPS)** interveio novamente em uso da
2753 defesa da honra.

2754 Deu nota da importância em que houvesse discriminação dos pontos para
2755 que não se metesse tudo no mesmo saco, que foi aquilo que foi metido.

2756 Referiu que o Sr. Presidente da Câmara não desmentiu o quer que fosse
2757 relativamente à reunião da Comissão de Acompanhamento...

2758 **O Sr. Presidente da AM** interrompeu a intervenção do deputado Rocha
2759 Pereira (GMPS) para questionar onde é que a sua honra foi ofendida.

2760 **O deputado Rocha Pereira (GMPS)** respondeu que foi quando o Sr.
2761 Presidente da Câmara referiu que ele disse meias verdades.

2762 Em relação ao grupo de trabalho que a Câmara Municipal constituiu,
2763 questionou se o Sr. Presidente da Câmara deixou de o ser; se o grupo de
2764 trabalho não é do executivo; quem é que representa o executivo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 486

2765 Sobre a carta de 2021, disse ao Sr. Presidente da Câmara que fizesse o
2766 favor de se informar cabalmente, de ler a correspondência que depois
2767 segue.

2768 Referiu ao Sr. Presidente da Câmara que quando ele se referiu ao próprio
2769 no sentido de que está aqui há 12, há 40 ou 50 anos, questionava se o PSD
2770 nasceu ontem; se o PSD na altura não estava representado nos respetivos
2771 órgãos autárquicos; se o PSD fez alguma coisa nesse sentido.

2772 **O Sr. Presidente da AM** usou novamente a palavra para dizer que
2773 relativamente à questão que foi novamente suscitada sobre a presença do
2774 Sr. Presidente da Câmara, informava todos, e em particular o deputado
2775 Rocha Pereira (GMPS), que devia saber que o Sr. Presidente da Câmara
2776 não faz parte da Comissão Permanente de Acompanhamento do
2777 Testamento do Conte.

2778 Salientou que existe uma Comissão Permanente que é composta por si,
2779 Presidente da AM e que preside a Comissão, pelo deputado Carlos
2780 Trindade, em representação do GMPSD, pelo deputado Rocha Pereira, em
2781 representação do GMPS, pelo deputado João Vieira, em representação do
2782 GMMPM e pelo deputado Paulo Teixeira, em representação do GMUCPT.
2783 Informou que houve um pedido dirigido a si, que preside a comissão, para
2784 que convocasse uma reunião extraordinária, e compete a quem convoca
2785 uma reunião extraordinária não só fazer a ordem de trabalhos, como
2786 também dizer se, eventualmente, quisesse que alguém fosse convidado, e
2787 não foi dito, razão pela qual o Sr. Presidente da Câmara não foi convidado
2788 para a reunião. Reiterava que não houve qualquer desrespeito da parte do
2789 Sr. Presidente da Câmara porque ele não podia ir a uma reunião para a qual
2790 não foi convocado. Relativamente ao ponto 11.1 - Discussão e apreciação
2791 do teor da última reunião da Comissão Permanente de Acompanhamento,
2792 realizada a 14/03/2024 – questionou se havia mais alguma intervenção e
2793 para que efeito.

2794 **O Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros, António Costa**
2795 **(GMPSD)**, manifestou intenção de intervir.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

2796 **O Sr. Presidente da AM** dirigiu-se-lhe, referindo que têm três pontos em
2797 discussão, estando-se neste momento a falar da última reunião da
2798 Comissão, pelo que ainda vão discutir o ponto 11.2 relativo às propostas
2799 concretas levadas a cabo no âmbito do relatório final aprovado pela
2800 Assembleia Municipal e o ponto de situação do Memorando de
2801 Entendimento.
2802 Questionou novamente se havia mais alguém para intervir relativamente ao
2803 teor da última reunião da Comissão Permanente de Acompanhamento
2804 realizada a 14 de março.
2805 **O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** interveio novamente para dizer
2806 que o Sr. Presidente da Câmara referiu que tinham aprovado aqui o
2807 Memorando de Entendimento. Referiu que, efetivamente, o Sr. Presidente
2808 da AM mandou-lhes no dia 6 de março à tarde uma versão do memorando
2809 de entendimento e discutiram-no na AM, mas esse memorando só tinha
2810 quatro cláusulas, e ouviu na rádio que tem cinco, tendo questionado se o
2811 documento tem quatro ou tem cinco clausulas.
2812 **O Sr. Presidente da AM** esclareceu que o memorando foi elaborado pela
2813 Comissão Executiva da Câmara Municipal; que foi feita uma proposta de
2814 memorando que foi partilhada com os membros da Comissão Permanente
2815 de Acompanhamento para que se pudessem pronunciar sobre o seu
2816 conteúdo e dar contributos; que alguns membros da Comissão Permanente
2817 de Acompanhamento, nomeadamente o deputado Carlos Trindade
2818 (GMPD), o deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) e o deputado João
2819 Vieira (GMMPM) deram contributos; que o próprio, enquanto Presidente
2820 da Comissão Permanente de Acompanhamento, enviou esses contributos ao
2821 Sr. Presidente da Câmara, contributos esses que estão numa fase de
2822 integração, ou não, dado que ainda não receberam o memorando seguinte,
2823 haverão de receber uma próxima versão com a inclusão, ou não, dos seus
2824 contributos para apreciação da Comissão Permanente de
2825 Acompanhamento; que a AM haverá de apreciar a proposta de memorando
2826 depois de ser apreciada pelo executivo, por isso, não está nada em falta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 487

O deputado João Vieira (GMMPM) usou da palavra para dizer que o Sr. Presidente da Câmara esteve presente várias vezes nas reuniões da Comissão Permanente de Acompanhamento, tendo questionado o que é que ele lá esteve a fazer.

O Sr. Presidente da AM interrompeu a intervenção do deputado João Vieira (GMMPM) para clarificar que uma coisa é quando uma reunião é convocada pelo seu Presidente, e se for o próprio a convocar uma reunião ordinária pode solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que esteja presente; que quando convoca uma reunião extraordinária a pedido de um membro tem de fazer a convocatória nos exatos termos em que ela lhe foi solicitada, não pode interferir na ordem de trabalhos de uma reunião extraordinária porque está circunscrita aos termos de quem pede a sua convocação, e quem pediu a convocatória dessa reunião extraordinária foi o deputado Paulo Teixeira (UCPT), e este não referiu que era necessária a presença do Sr. Presidente da Câmara, por isso, enquanto Presidente da Comissão Permanente de Acompanhamento, não podia alterar o conteúdo do que lhe foi solicitado. Disse que face ao exposto, a questão colocada pelo deputado João Vieira (GMMPM) estava respondida.

O deputado João Vieira (GMMPM) retomou a sua intervenção referindo que nessa reunião o grupo de trabalho só colocou uma questão referente ao dito logradouro que em princípio seria de 20.000 m², mas que o deputado Filipe Trindade (GMPSD) propôs que fosse de 10.000 m².

Deu nota que outra questão que queria salientar é que o Sr. Presidente da Câmara tem de assumir de uma vez por todas o que é que quer fazer da Casa da Boavista, fica-lhe mal dizer que não pode resolver uma situação que se arrasta desde 1998, porque isso quer dizer daqui por 10 anos outro Presidente da Câmara irá dizer a mesma coisa, que não se pode resolver porque os outros não resolveram. Referiu que no programa do PSD está escrito que a Casa da Boavista ia ser resolvida, e agora anda-se a “empurrar este caso com a barriga”; que se houver vontade política esta situação, com mais ou menos dificuldade, é resolvida.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

2858 Deu nota que fazia gosto que daqui por alguns anos, quando visitasse esta
2859 sala com os seus netos, visse a fotografia do Sr. Presidente da Câmara
2860 exposta e dizer-lhes foi aquele Senhor que conseguiu desbloquear a Casa
2861 da Boavista, mas pelos vistos isso vai-se empurrando. Disse que não vai ser
2862 o atual executivo a resolver o problema da Casa do Boavista, porque daqui
2863 por dois anos o Sr. Presidente da Câmara não vai estar cá.

2864 ***11.2. Informação e discussão - Ponto da situação quanto às diligências***
2865 ***concretas levadas a cabo pelo Executivo Municipal e contidas no***
2866 ***Relatório Final aprovado por unanimidade por esta Assembleia***
2867 ***Municipal.***

2868 **O deputado Rocha Pereira (GMPS)** usou da palavra para apresentar o
2869 ponto.

2870 Deu nota que a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade em
2871 setembro de 2022 o relatório que contempla sugestões, recomendações,
2872 pelo que é mais do que evidente para o GMPS que a Câmara Municipal já
2873 devia ter tomado a iniciativa de lhes ter feito o ponto da situação dessas
2874 recomendações, mas não o fez, mas fazem-no eles.

2875 Referiu que no que respeita às diligências, é evidente que muito se tem
2876 falado sobre a questão do levantamento topográfico, tendo requerido ao Sr.
2877 Presidente da AM uma certidão integral de tudo aquilo que tem a ver com
2878 este processo e que culminou na adjudicação deste serviço, pedindo que
2879 não aconteça como aconteceu quando em fevereiro solicitou fotocópia do
2880 Protocolo com a rádio que ainda não lhe foi enviado.

2881 Informou que foram feitas recomendações específicas em relação ao
2882 levantamento topográfico, sendo que o deputado Paulo Teixeira
2883 (GMUCPT) há pouco já fez a referência a algumas.

2884 Salientou que relativamente aos prédios urbanos é da maior importância
2885 que seja feito um registo fotográfico para futuro, algo que não consta no
2886 relatório que lhes foi apresentado.

2887 Interrogou-se, relativamente a Trás da Cozinha, como é possível fazer um
2888 levantamento de uma coisa que, pelo menos parcialmente, já foi demolida,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 488

2889 sendo algo que depois tem de ser especificado e analisado com a devida
2890 atenção.
2891 Deu nota que além da questão dos levantamentos topográficos há outras
2892 que são importantes, porque no relatório recomendaram que o Município
2893 interviesse em todos os processos judiciais, tendo perguntado ao Sr.
2894 Presidente da Câmara quais são os processos, quais são os mandatários que
2895 constituiu e qual é o ponto de situação de cada processo.
2896 Deu também nota de um prédio urbano omissa na Borracheira. Disse que
2897 tinha existência física, mas não existe nos serviços de finanças, defendendo
2898 que o topógrafo pode e deve avançar e resolver esse assunto porque é da
2899 maior importância.
2900 Referiu que tem de se obter o parecer jurídico já solicitado pelo grupo de
2901 trabalho sobre a escritura realizada em 6 de abril de 2021, tendo
2902 questionado se Câmara Municipal já o solicitou e qual é o teor do mesmo.
2903 Salientou que há uma coisa que não entende: tem um documento que diz
2904 que a 15 de junho de 2022, pelas 17 horas e 32 minutos, o Dr. Adão Santos
2905 dizia, e citou: *"Boa tarde, André. Os levantamentos topográficos*
2906 *solicitados não se encontram ainda concluídos. Considerando o volume de*
2907 *trabalho que tem sido atribuído ao serviço de topografia, é expectável que*
2908 *para conclusão dessa tarefa sejam necessários cerca de 2/3 meses."* Disse
2909 que isso foi em junho de 2022, interrogaram o funcionário que referiu que
2910 o levantamento topográfico estava em curso, mas ainda não se encontrava
2911 concluído, tendo perguntado ao Sr. Presidente da Câmara como é que se
2912 explica isso; como é que tendo como referência esse documento o Sr.
2913 Presidente da Câmara explica como é que, entretanto, foi desenrolado ao
2914 longo destes anos o dossier da topografia; se o processo já estava iniciado
2915 pelos serviços da autarquia em junho de 2022, porque é que foi agora em
2916 2023 ou 2024 adjudicado a uma pessoa de fora.
2917 Realçou que acha que o Sr. Presidente da Câmara percebeu muito bem o
2918 espírito e a razão de ser da inclusão deste ponto. Referiu que o Sr.
2919 Presidente da Câmara responde perante a AM, e não o contrário, os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

2920 deputados é que fazem as perguntas e o Sr. Presidente da Câmara responde,
2921 ou não responde, e como ele diz, com verdade, com meia-verdade, mas a
2922 Assembleia Municipal é quem fiscaliza a atividade da Câmara Municipal e,
2923 portanto, é o momento certo para que o Sr. Presidente da Câmara dê provas
2924 concretas do que fez em relação a esta matéria.

2925 **O Sr. Presidente da AM** solicitou ao deputado Rocha Pereira (GMPS) que
2926 faça chegar à Mesa, por escrito, o pedido que fez das certidões, porque não
2927 conseguiu perceber o que era.

2928 **O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para reiterar a
2929 sugestão feita pelo deputado Carlos Trindade (GMPSD) para que as
2930 pessoas leiam o relatório com atenção e verifiquem o que já foi feito desde
2931 o dia 21 de março de 1997, dia em que o largo do Conde recebeu a urna do
2932 Sr. Conde e foi para o cemitério na Ranha, e o que se passou a seguir.

2933 Referiu que as vicissitudes do testamento começam com a cláusula dos
2934 30.000 m2, mas isso só foi possível depois dos testamenteiros terem ido
2935 apresentar a relação de bens Lisboa.

2936 Informou que relativamente à situação dos 30.000 m2, foi ao terreno com
2937 as usufrutuárias, sendo que hoje está tudo alterado, há caminhos da
2938 propriedade municipal que estão cortados, mas sabe identificar onde é que
2939 acabava a propriedade dos 30.000 m2; que, entretanto, houve a cedência de
2940 usufruto entre as usufrutuárias e o pai, fizeram trocas de usufrutos num
2941 cartório notarial em Setúbal e aquela propriedade foi vendida pela Filipa a
2942 um privado Paivense. Disponibilizou-se a ir ao terreno para ajudar o
2943 Município face àquilo que é possível ainda hoje ver, porque estão a falar de
2944 um bem público.

2945 Deu nota que a análise rigorosa que pediu, entretanto já está implementado
2946 um loteamento, não foi feita. Por exemplo, disse, já se ultrapassou aquela
2947 situação de uma eventual oportunidade da Câmara Municipal de exercer o
2948 direito de opção quando um privado vende a uma empresa um artigo
2949 daquela zona. Referiu que o próprio na Comissão Permanente de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 489

2950 Acompanhamento, o Sr. Presidente da Câmara estava presente, pediu um
2951 parecer jurídico que até hoje não veio, já lá vão cerca de dois anos e meio.
2952 Solicitou o ponto de situação do Processo Cível n.º 250/21.6/8CPV em que
2953 intervêm os usufrutuários e o arrendatário da Boavista.
2954 Solicitou também o ponto de situação relativo ao corte maciço de árvores,
2955 estão a falar de 150 toneladas que desapareceram da Quinta da Boavista.
2956 Disse que soube há pouco tempo que foi deduzida acusação contra a
2957 usufrutuária que permitiu esse assalto. Referiu que numa declaração que ela
2958 lhes fez na reunião que fizeram na Casa da Boavista, ela disse que deitou as
2959 árvores abaixo porque estavam a cair sobre a casa, mas quem conhece a
2960 Quinta da Boavista sabe que nunca existiram 150 toneladas à beira da casa;
2961 que sabe do que fala porque teve de lá ir várias vezes no tempo do Sr.
2962 Viriato quando havia uma água a cair próximo das escadas e da varanda
2963 que já não existe; que enquanto o Sr. Viriato lho permitiu ia todos os meses
2964 à Casa da Boavista, e na primeira semana em que tomou posse como
2965 Presidente da Câmara foi lá ver tudo e consegue dizer o que é que existia
2966 em cada quarto, consegue fazer uma visita guiada à casa à época.
2967 Dirigindo-se ao Sr. Presidente da AM, disse que lhe enviou no dia 20 de
2968 maio, às 15 e 20, um e-mail para saber algo que tinha chegado ao seu
2969 conhecimento que tinha a ver com a questão do corte maciço de árvores,
2970 designadamente saber se a Câmara Municipal confirma que foi deduzida
2971 acusação, ou não, e se a Câmara Municipal deduziu o pedido de
2972 indemnização cível; quem foi o mandatário que a Câmara Municipal
2973 designou para o efeito; consultar toda a documentação referente a este
2974 processo, porque desde agosto de 2022 que nunca mais consultou o
2975 processo.
2976 Relembra que a 12 de outubro de 2023 a Comissão Permanente de
2977 Acompanhamento sugeriu à Câmara Municipal que intentasse uma
2978 providência cautelar para evitar o acesso à Casa e Quinta Boavista por
2979 parte da Dra. Brites de Almeida, pelo que questionava se a Câmara
2980 Municipal fez alguma coisa nesse sentido.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

2981 Questionou também se o tal parecer jurídico que solicitaram foi obtido; se
2982 em relação ao contrato de arrendamento celebrado após a morte do Sr.
2983 Viriato, com um artigo urbano de Gondim, entre Dra. Brites e um munícipe
2984 Paivense, a Câmara Municipal já obteve esse contrato, porque é muito
2985 importante para saberem qual é o prazo de arrendamento que a pessoa tem
2986 para aquele imóvel.

2987 **O Sr. Presidente da AM** interveio novamente para dizer que relativamente
2988 ao requerimento que o deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) fez ao
2989 Presidente da AM no dia 20 de maio, será respondido em breve nos
2990 mesmos termos em que foi solicitado, ou seja, por escrito.

2991 **O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às questões
2992 que lhe foram colocadas.

2993 Referiu que algumas das questões já foram respondidas na sua intervenção
2994 anterior.

2995 Informou que em relação ao processo-crime, já houve a primeira ação de
2996 julgamento, e que na próxima sexta-feira, por insistência da Dra. juíza que
2997 está entregue ao caso, o próprio irá ter aqui uma reunião com o mandatário
2998 do Município, Dr. Gomes Ferreira, e com o Dr. Celso Cruzeiro, para se
2999 proceder a uma visita à Quinta da Boavista.

3000 Informou também que os processos estão todos em andamento, e todas as
3001 diligências que têm sido desenvolvidas têm sido transmitidas à Comissão
3002 Permanente de Acompanhamento, inclusive o levantamento topográfico.

3003 Disse que havendo sugestões de correção ao levantamento topográfico ou
3004 havendo necessidade de consulta desse levantamento em fator vetorial, há
3005 essa possibilidade.

3006 Referindo-se à intervenção do deputado Rocha Pereira (GMPS) relativa aos
3007 levantamentos topográficos, informou que os serviços não conseguiram dar
3008 resposta e houve a necessidade de se fazer uma contratação externa. Disse
3009 que esta contratação não foi feita só a propósito da Quinta da Boavista,
3010 porque uma vez que o Topógrafo do Município requereu a pratica do
3011 horário de trabalho a meio tempo para acompanhamento de filho menor de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 490

Handwritten signature
HA

3012 12 anos, a Câmara Municipal teve de contratar um serviço de topografia
3013 para fazer o levantamento de caminhos, de áreas, de edifícios, bem como
3014 vários levantamentos para a elaboração de projetos de arruamentos e
3015 caminhos públicos. Referiu que o trabalho está feito e está assinado por um
3016 técnico certificado, trabalho esse que pode ser consultado caso assim os
3017 Senhores Deputados o entendam.

3018 Referindo-se à intervenção do deputado João Vieira (GMMPM), recordava
3019 ao referido deputado que ele próprio fez parte do anterior grupo de
3020 trabalho, sendo que após a aprovação da recomendação deixou de o fazer.

3021 Informou que os passos estão a ser dados e não precisa do apoio do referido
3022 deputado para conseguir resolver a situação da Casa da Boavista. Reiterou
3023 que estão a ser dados passos que nunca antes foram dados; possivelmente
3024 já reuniu mais vezes com os usufrutuários do que muitos no passado na
3025 tentativa de ir ao encontro de uma das recomendações que é a de se chegar
3026 a um acordo através do diálogo: relembra que uma das recomendações
3027 era chegar a acordo com usufrutuários através do diálogo, a segunda era
3028 através da expropriação, a terceira era enveredar pela via judicial. Disse
3029 que estão a optar pela primeira recomendação porque acha que é a mais
3030 séria, e porque as pessoas de bem normalmente optam pelo diálogo para
3031 chegar a um acordo e, caso não seja possível, enveredar por outras vias.

3032 Deu nota que em jeito de ponto de situação, ficou acordado realizar uma
3033 nova reunião da Comissão do executivo para à posteriori voltar a solicitar a
3034 presença do Dr. Bernardo Alegria na tentativa de se chegar a um texto base
3035 de memorando a ser colocado à apreciação da Comissão Permanente de
3036 Acompanhamento, tendo informado que algumas das recomendações que
3037 foram feitas pela dita Comissão foram aceites pela Comissão do executivo,
3038 e daí, em resposta à questão colocada pelo deputado Paulo Teixeira
3039 (GMUCPT), ter-se passado de quatro para cinco cláusulas. C

3040 Concluiu, salientando que não é um processo fácil e não é preciso invocar o
3041 passado, basta ver a atualidade: processo-crime, processo-cível, contratos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. _____

ou seja, há uma panóplia de entropias no processo que se estão a tentar resolver, uma de cada vez, para se chegar a bom porto.

O deputado José António Rocha (GMPS) ausentou-se da sessão.

11.3. Informação e discussão - Ponto atual da situação sobre o Memorando de Entendimento e perspectivas futuras, no entender do Exmo. Sr. Presidente da Câmara e da Câmara Municipal.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para, dirigindo-se ao deputado Rocha Pereira (GMPS), dizer que achava que nas suas duas intervenções anteriores foi dando nota da situação atual, inclusive, informou que ficou combinado os Vereadores voltarem a reunir para à posteriori voltar a solicitar a presença do Dr. Bernardo Alegria na tentativa de se chegar a um texto base de memorando a ser colocado à apreciação da Comissão Permanente de Acompanhamento. Referiu que o deputado Rocha Pereira (GMPS) pode questionar o que quiser, mas não lhe pode responder mais do que isso.

O deputado Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para dizer que antes deste ponto o Sr. Presidente da Câmara esqueceu-se de se referir à sugestão que deu de se tirarem algumas fotografias (levantamento topográfico).

Deu nota que o ponto em discussão tem mais atualidade agora do que aquando na convocação da presente sessão, em 11 de abril, porque o documento que a Comissão Permanente de Acompanhamento abordou do memorando tinha quatro cláusulas, e agora tem um documento onde o memorando já tem cinco cláusulas.

Alertou para um lapso constante na linha 4, onde se refere que se encontra acusada a Sra. Brites pelo Ministério Público em processo de natureza criminal, mas ela é arguida em dois processos-crime: no processo do furto das obras de arte e no processo do abate das árvores. Disse que relativamente ao processo do abate das árvores foi requerida a abertura da instrução pela Sra. Brites, faltando a decisão da instrução de pronunciar ou não pronunciar, sendo que a Senhora Juíza meteu baixa médica, está doente, mas a qualquer momento pode haver novidades. Salientou que tal